



# Avaliação das Medidas de Promoção da Inovação Social

7/SGMTSSS/POISE/2020

RELATÓRIO FINAL PRELIMINAR

VOLUME II - ANEXOS

23 de fevereiro de 2022



Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Social Europeu

FUNÇÕES A DESEMPENHAR	ELEMENTO DA EQUIPA TÉCNICA
<b>Coordenação do trabalho</b>	António Manuel Figueiredo
<b>Interlocação junto da Autoridade de Gestão</b> para as questões operacionais	Mariana Rodrigues
<b>EQUIPA TÉCNICA</b>	
Assessoria científica na área da economia e da inovação social	Professor Doutor Américo Mendes – Centro Regional do Porto da Universidade Católica
Processos de inquirição	Filipa Barreira e Carlos Fontes
Análise documental e do Sistema de Informação	Mariana Rodrigues e Filipa Barreira
Capacitação de organizações da economia social, Parcerias para o Impacto e Títulos de Impacto;	Lurdes Cunha, Leonor Rocha e Filipa Barreira
Empreendedorismo social e Fundo de Inovação Social	António Manuel Figueiredo e Mariana Rodrigues

Programas Operacionais abrangidos pela Avaliação:



**SIGLAS E ACRÓNIMOS**

**ABT - Avaliação Baseada na Teoria**  
**AE – Avaliação Realista**  
**CE – Caderno de Encargos**  
**CIS – Capacitação para o Investimento Social**  
**COMPETE 2020 - Programa Operacional Competitividade e Internacionalização**  
**ECSIES - Ecosistema de Inovação e Empreendedorismo Social**  
**EM – Estrutura de Missão**  
**EcS – Economia Social**  
**ES – Empreendedorismo social**  
**EMPIS – Estrutura de Missão Portugal Inovação Social**  
**FEEI – Fundos Europeus Estruturais e de Investimento**  
**FIS – Fundo de Inovação Social**  
**FSE – Fundo Social Europeu**  
**IES – Inovação e Empreendedorismo Social**  
**IIES – Iniciativas de Inovação e Empreendedorismo Social**  
**IS – Investidores Sociais**  
**IPIS – Iniciativa Portugal Inovação Social**  
**MIES – Mapa de Inovação e Empreendedorismo Social**  
**MPIS – Medidas de Promoção da Inovação Social**  
**OES – Organizações da Economia Social**  
**OI – Organismo Intermédio**  
**PO – Programa Operacional**  
**POCH – Programa Operacional Capital Humano**  
**POR – Programa Operacional Regional**  
**POISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego**  
**PPI – Parcerias para o Impacto**  
**PT2020 – Portugal 2020**  
**QA – Questão de Avaliação**  
**QP – Quatenaire Portugal**  
**RI – Relatório Inicial**  
**RIM – Relatório Metodológico Inicial**  
**SI – Sistema de Informação**  
**SGMTSSS – Secretária-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**  
**TdM – Teoria da Mudança**  
**TIS – Título de Impacto Social**  
**VAE – Valor Acrescentado Europeu**

**ÍNDICE**

<b>1 - MARCOS IPIS E ESTÁDIO DE IMPLEMENTAÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>1.1. Marcos IPIS .....</b>	<b>6</b>
<b>1.2. Estádio de implementação da IPIS.....</b>	<b>6</b>
<b>2 – MATRIZES DE ABORDAGEM ÀS QUESTÕES DE AVALIAÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>3 - MECANISMOS DE CONTROLO DA QUALIDADE.....</b>	<b>44</b>
<b>4 - INDICADORES DA AVALIAÇÃO .....</b>	<b>47</b>
<b>5- GUIÕES DE ENTREVISTAS .....</b>	<b>56</b>
<b>6 - GUIÕES DOS FOCUS GROUP .....</b>	<b>59</b>
<b>8 – GUIÃO ANALÍTICO DA ELABORAÇÃO DO ESTUDO DE CASO .....</b>	<b>64</b>
<b>9 – INQUÉRITO A ENTIDADES IMPLEMENTADORAS DE PROJETOS .....</b>	<b>65</b>
<b>10 – INQUÉRITO ENTIDADES PROMOTORAS SEM OPERAÇÕES APROVADAS.....</b>	<b>73</b>
<b>11 – SÍNTESE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS .....</b>	<b>76</b>
<b>12 – ENTREVISTAS REALIZADAS NO ÂMBITO DOS ESTUDOS DE CASO .....</b>	<b>98</b>
<b>13 – FICHAS DOS ESTUDOS DE CASO .....</b>	<b>110</b>
<b>14 - SÍNTESE DOS FOCUS GROUP REALIZADOS.....</b>	<b>121</b>
<b>15 – SÍNTESE DOS RESULTADOS DO PROCESSO DE INQUIRIÇÃO .....</b>	<b>133</b>

**ÍNDICE DE TABELAS**

Tabela 1 – Matriz de abordagem à QA1.....	9
Tabela 2 – Matriz de abordagem à QA2.....	19
Tabela 3 – Matriz de abordagem à QA3.....	28
Tabela 4 – Matriz de abordagem QA4 .....	36
Tabela 5 – Matriz de abordagem à QA5.....	40
Tabela 5 - Organização do modelo interno de interação com a Coordenação Global do Estudo para garantir da qualidade do processo de avaliação .....	45
Tabela 6 – Indicadores de avaliação .....	48
Tabela 7 – Amostra obtida .....	133

## **1 - MARCOS IPIS E ESTÁDIO DE IMPLEMENTAÇÃO**

### **1.1. Marcos IPIS**

O ano de 2017 foi um ano de grandes transformações: (i) a primeira fase da IPIS caracterizou-se essencialmente pela conceção e desenho de instrumentos de financiamento, preparação técnica da operacionalização e pelo primeiro contacto com entidades e empreendedores relevantes, (ii) a segunda fase caracterizou-se pela aprovação dos primeiros projetos, pela finalização dos instrumentos de financiamento ainda não operacionalizados e pela aceleração de todo o processo de ativação de proximidade, divulgação em larga escala e de abertura de novos concursos.

No final de 2017, a IPIS afirmou-se como instrumento de política pública de referência, inovador em si mesmo. Foi realizada em Portugal uma grande conferência internacional, “Novas Perspetivas para a Inovação Social”, organizada em colaboração com a Comissão Europeia, Governo Português e Fundação Calouste Gulbenkian que reuniu um vasto conjunto de especialistas na área da inovação social. A Resolução do Conselho de Ministros nº 157/2017 introduziu ajustamentos à descrição dos instrumentos de financiamento que decorrem da prática da sua implementação.

**Em 2018**, deu-se a consolidação e expansão da IPIS:

- Lançamento de concursos e aprovação de novos projetos em todos os instrumentos de financiamento, a criação formal do Fundo para a Inovação Social;
- Alargamento da Portugal Inovação Social à região do Algarve;
- Lançamento da plataforma *One Value*;
- Realização da primeira Aldeia de Inovação Social;
- Apresentação do Fundo para a Inovação Social (FIS)
- Foi publicada no final do ano, a RCM nº 177/2018, de 18 dezembro, que procedeu à inclusão do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização e introduziu diversas alterações decorrentes da experiência de implementação desta iniciativa, entre as quais se destaca o reconhecimento do papel estratégico fundamental da equipa técnica de ativação da EMPIS no contacto direto e presencial com empreendedores, autarquias, investidores e entidades privadas e públicas;

**Em 2019**, a EMPIS teve como principais objetivos:

- Iniciar as operações do Fundo para a Inovação Social;
- Ajustar o modelo dos Títulos de Impacto Social, dinamizar a plataforma *One Value*, promover o desenvolvimento de competências na Administração Pública no âmbito da contratualização de resultados, alargar o financiamento à região de Lisboa e, naturalmente, abrir novos concursos em Parcerias para o Impacto (incluindo um específico para a região do Pinhal Interior) e Títulos de Impacto Social.

### **1.2. Estádio de implementação da IPIS**

A análise da informação relativa à **execução física e financeira** da Iniciativa, sobretudo a informação inscrita nos Relatórios de Execução e informação enviada pela EMPIS permite retirar as seguintes conclusões quanto ao grau de implementação da IPIS:

- A 3º de junho de 2021, data de reporte da presente avaliação, **todas as medidas da Iniciativa estavam ativas.**
- Foram abertos **17 concursos** (1 em contínuo) que contaram com 1.165 candidaturas apresentadas, com distribuição distinta e com diferentes situações no balanço entre a dotação a concurso e as candidaturas apresentadas. Foi disponibilizado um total de 90M€ e o valor solicitado situou-se nos 176M €, isto é, cerca de 196% da dotação disponibilizada em concurso.
- Na medida **PPI**, a dotação a concurso (10 Avisos, 62,5 M €) foi largamente ultrapassada pelas propostas das entidades beneficiárias (141,7M €); na **CIS**, verifica-se situação similar, mas a diferença entre a verba disponível (10M €) e as propostas é significativamente inferior (15,7M

€).

- Pelo contrário, no caso dos **TIS** as propostas das entidades a concurso (14,8M€) ficaram aquém da respetiva dotação (17,8M€). Fica assim evidente a maior procura e consequente atratividade da medida PPI e a menor ligação das potenciais entidades beneficiárias com os Avisos da medida TIS.
- Até ao final de junho de 2021, tendo consideração a informação enviada pelo POISE<sup>1</sup>, foram aprovadas<sup>2</sup> as seguintes candidaturas:
  - **CIS** – 201 candidaturas no valor de 7,3 M€
  - **PPI** - 356 candidaturas no valor de 59,9M€ e investimento social de 28,7M€
  - **TIS** – 18 candidaturas no valor de 8,9M€ e investimento social no montante de 9,2 M€.
  - **FIS** – 10 candidaturas (8 FIS Capital e 2 FIS Crédito), no caso do FIS Capital as 8 operações aprovadas têm um montante total 9,5M€ e 5,23 M€ de montante FIS e, no caso das operações FIS Crédito o montante acende a 0,3M€.
- Segundo a informação relativa à **distribuição geográfica** disponibilizada pela EMPIS, considerando os dados relativos às medidas de capacitação, parcerias para o impacto e títulos de impacto social, pode-se afirmar que, em termos gerais, a **região do Norte** (227) lidera o número de candidaturas, seguida de perto da Região do Centro (200) e a região de Lisboa e Vale do Tejo (62) que foi abrangida apenas por dois Avisos. O Alentejo (52) apresenta um número de candidaturas substancialmente inferior, bem como a Região do Algarve (34) que segundo a informação disponível foi abrangida por quatro Avisos – três na tipologia Parcerias para o Impacto e um de Títulos de Impacto Social.

Na perspetiva da operacionalização da IPIS e da execução e incidência regional importa compreender em que medida é que as ações regionais de ativação (equipas técnicas de ativação) influenciaram a dinâmica da geração de candidaturas e de projetos apoiados nas diferentes regiões.

---

<sup>1</sup> Mapa\_Geral\_Candidaturas\_Execução\_Pagamentos\_30.06.2021

<sup>2</sup> Neste âmbito entendem-se como candidaturas aprovadas as que se encontram no seguinte estado aceite/entidade notificada, aceite pela entidade, com data de início comunicada pela entidade, com pedido de saldo final submetido, com saldo final aceite, em execução, em execução - autorização pagamento - 1º adiantamento emitido e por emitir, encerrada, caducadas, extintas, proposta para extinção

## **2 – MATRIZES DE ABORDAGEM ÀS QUESTÕES DE AVALIAÇÃO**



Tabela 1 – Matriz de abordagem à QA1

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	MECANISMOS E FATORES CRÍTICOS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO						
			ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS,...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Perfil da execução física e financeira, incluindo dados da programação, aprovação e execução - dados globais e desagregados;</li> <li>-Grau de cumprimento dos indicadores contratualizados;</li> <li>Outros atributos da execução: dados territorializados, tipologia de promotores, tipologia de beneficiários</li> <li>Análise de critérios de admissibilidade e da aplicação das grelhas de mérito</li> <li>Apreciação da adequação dos recursos mobilizados para as funções de OI e de gestão e acompanhamento da Iniciativa...</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sistematização das realizações, resultados e cumprimento das metas definidas e contratualizadas;</li> <li>Sistematização dos fatores explicativos do perfil da execução, internos à IPIS e de âmbito externo, em particular do contexto da economia social;</li> <li>Apreciação da adequação dos instrumentos de financiamento e do aparelho regulamentar aos objetivos visados e à estratégia de implementação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Informação adicional de âmbito qualitativo relativa aos resultados alcançados;</li> <li>Explicitação das condições de operacionalização da IPIS: articulação interinstitucional (PO), recursos mobilizados, sistema de informação, dispositivos de gestão e acompanhamento, dinâmicas de aprovação e execução, acompanhamento dos projetos...</li> <li>Contributos para a interpretação dos resultados alcançados e dos fatores e mecanismos explicativos;</li> <li>Recenseamento de expectativas de evolução dos resultados no curto e médio prazo;</li> <li>Identificação de áreas de melhoria e necessidades de revisão;</li> <li>Apreciação das funções de OI e de gestão e acompanhamento da IPIS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Contributos para a interpretação dos resultados alcançados e dos fatores e mecanismos explicativos;</li> <li>Apreciação da pertinência e adequação da IPIS e das suas condições de operacionalização;</li> <li>Identificação de áreas de melhoria e necessidades de revisão</li> <li>Comunicação e compreensão entre os dois universos da economia social</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Contributos para a interpretação dos resultados alcançados e dos fatores e mecanismos explicativos: contexto externo da economia social, pertinência e adequação da IPIS;</li> <li>Identificação de áreas de melhoria e necessidades de revisão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Informação adicional de suporte à identificação das realizações e resultados da IPIS baseada na amostra de projetos inquiridos;</li> <li>Contributos para a interpretação dos resultados alcançados e dos fatores e mecanismos explicativos a partir da experiência como promotores de projetos: motivações para a adesão à IPIS, satisfação com aspetos organizativos e processos de candidatura, condicionantes das realizações e dos resultados, apreciação dos benefícios, sustentabilidade dos resultados...</li> <li>Identificação de áreas de melhoria e necessidades de revisão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Informação adicional de suporte à identificação das realizações e resultados da IPIS baseada na amostra de projetos analisados em profundidade e na relação com os contextos específicos de inserção;</li> <li>Contributos para a interpretação dos resultados alcançados e dos fatores e mecanismos explicativos: motivações para a adesão à IPIS, satisfação com aspetos organizativos e processos de candidatura, fatores não antecipados, apreciação dos benefícios, sustentabilidade dos resultados;</li> <li>Análise do papel de contextos diferenciados (estrutura do universo OES e tipologia de problemas sociais) em cada região de inserção do estudo de caso</li> <li>Identificação de áreas de melhoria e necessidades de revisão</li> </ul>
<b>QA1.EFICÁCIA</b>	<b>DIAGRAMA 1 – ATIVIDADES - REALIZAÇÕES</b>								
Considerando o grau de implementação da IPIS, em que medida será possível alcançar as metas e os objetivos específicos definidos? Quais os	<b>MECANISMOS 1 (Nota: nestes mecanismos fez-se a associação às subquestão (ões) para as quais dão maior contributo, embora não exclusivo)</b>								
	<b>QA 1.2</b>	<b>Rz1</b> A robustez e continuidade do conhecimento refletem-se na estruturação da EMPIS e na concretização de instrumentos de gestão em linha com os beneficiários e destinatários potenciais identificados	<b>I1</b> Evidência de continuidade de pensamento na EMPIS sobre a inovação social designadamente face ao legado da EQUAL						
				X	X	X		FG1 e FG2	

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	MECANISMOS E FATORES CRÍTICOS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO							
			ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS,...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO	
<p><b>fatores internos e externos que influenciam, positiva ou negativamente, o alcance dos resultados, já obtidos e ainda esperados</b></p> <p><b>QA1.1</b> Que procedimentos de gestão operativa foram desenvolvidos?</p> <p><b>QA1.2</b> Os instrumentos de gestão dirigidos aos potenciais destinatários são adequados, facilmente apreendidos e potenciadores da procura?</p> <p><b>QA1.3</b> As grelhas de análise e os critérios de admissibilidade e seleção de candidaturas são coerentes e adequadas face aos objetivos dos instrumentos de financiamento?</p> <p><b>QA1.4</b> Que exigências se colocaram à gestão e que respostas foram dadas para a adaptação à lógica de resultados e a instrumentos de financiamento não reembolsáveis?</p> <p><b>QA1.5</b> A EMPIS desenvolveu procedimentos racionais de gestão financeira e de Recursos Humanos?</p> <p><b>QA1.6</b> A IPIS apresenta coerência interna e externa?</p>	QA 1.5	Rz2 Eficácia do recrutamento de quadros técnicos em termos das competências procuradas	I2a Estrutura comparativa e de competências da estrutura técnica da EMPIS relativamente a outras estruturas técnicas de PO		X	X				
	QA 1.6 QA 1.7 QA 1.8	Rz3 Sensibilização de autoridades do PT 2020 e das entidades responsáveis pelas políticas públicas sociais, com acautelamento das condições de coerência externa com outros instrumentos de políticas públicas sociais	I3a Evidência de produção legislativa e regulamentar sobre a introdução da abordagem inovação social nas políticas sociais		X	X				
			I3b. Evidência de que as MPIS tenham gerado sinergias e desenvolvimentos com projetos/iniciativas já existentes envolvendo entidades públicas e privadas		X	X				
			I3c. Nº de projetos apoiados que revelem que a procura está em linha com a coerência interna entre as tipologias de MPIS (exemplo CIS versus PPI e TIS ou CIS versus FIS Crédito)	Exploração do sistema de informação: instituições apoiadas em diferentes tipologias de MPIS	Entrevista EMPIS: de que modo foi implementada a coerência interna entre tipologias de MPIS	Entrevistas a OES: perspetiva sobre a operacionalidade da coerência interna das medidas				
	QA 1.5	Rz4 O apetrechamento técnico-científico da EM permite ajustar a programação à procura potencial, com a construção associada de competências	I2a Estrutura comparativa e de competências da estrutura técnica da EMPIS relativamente a outras estruturas técnicas de PO		X	X				
			I2b. Nº de elementos da equipa técnica alocados a atividades de gestão financeira			X				
			I2c. Competências-aprendizagem ou formação específica adquiridas ao longo do processo de implementação				Entrevistas à equipa técnica e equipas AG			
			I2d Nº de elementos da equipa técnica envolvidos na preparação de elementos operativos (avisos, formulários, grelhas de análise e			X				

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	MECANISMOS E FATORES CRÍTICOS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO							
			ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS,...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO	
<p><b>QA1.7</b> Os instrumentos de financiamento de financiamento apresentam complementaridades e sinergias e/ou sobreposições com outras intervenções?</p> <p><b>QA1.8</b> Os instrumentos de financiamento constituem um conjunto coerente e complementam-se de forma lógica para atingir os objetivos da IPIS?</p>		respetivos critérios de admissibilidade,...)								
		<b>I2e</b> Nº de procedimentos de gestão financeira e de recursos humanos criados pela estrutura de gestão			Entrevistas à equipa técnica e equipas AG					
		<b>I2i</b> Nº de alterações à programação para responder à procura potencial por tipologia de MPIS			Entrevistas à equipa técnica e equipas AG					
	<b>QA 1.1</b>	<b>Rz41</b> Pertinência dos textos dos avisos e dos formulários do ponto de vista da orientação da procura	<b>I2f</b> % de promotores de operações aprovadas que consideraram avisos e formulários para orientar o desenho do projeto		Análise de procedimentos de gestão operativa em documentação existente sobre a matéria	Entrevistas à equipa técnica e equipas AG (Gestão operativa)			% de promotores de operações aprovadas que consideraram avisos e formulários para orientar o desenho do projeto	
	<b>QA 1.1</b>	<b>Rz42</b> Adequação das grelhas de análise e de critérios de admissibilidade de projetos definidos, por tipo de entidade e de apoio (OES capacitação, OES para PI e TI, OES para financiamento e Empreendedores Sociais)	<b>I2g</b> % de promotores de operações aprovadas que concordaram com o mérito atribuído		Análise documental de grelhas de análise e de critérios de admissibilidade de projetos	Entrevistas a analistas de mérito de projetos			% de promotores de operações aprovadas que concordaram com o mérito atribuído	
			<b>I2h</b> % de promotores de operações não aprovadas que compreenderam a não aprovação do projeto		Análise documental de grelhas de análise e de critérios de admissibilidade de projetos	Entrevistas a analistas de mérito de projetos			% de promotores de operações não aprovadas que compreenderam a não aprovação do projeto	
	<b>Q1.4</b>	<b>Rz43</b> Outros dispositivos de adaptação interna à lógica de financiamento por resultados	<b>I2j</b> Novos processos de organização interna da equipa de gestão induzidos pelo financiamento baseado em resultados		Consulta de elementos de decisão interna da EMPIS e da AG	Entrevistas à estrutura técnica – recolha de evidência de alterações de processos	Entrevistas a OES: recolha de evidência sobre orientações recebidas			
	<b>QA 1.5</b>	<b>Rz44</b> Aquisição de competências em matéria de gestão financeira e de recursos humanos	<b>I2c.</b> Competências-aprendizagem ou formação específica adquiridas ao longo do processo de implementação			Entrevistas à equipa técnica e equipas AG				
<b>QA 1.7 e QA 1.8</b>	<b>Rz45</b> Capacidade de articulação lógica e temporal entre (i) instrumentos de capacitação, (ii) parcerias e títulos de impacto, (iii) FIS Crédito e FIS Capital	<b>I2i</b> Nº de decisões de gestão focadas na articulação lógico-temporal entre tipologias de MPIS		Consulta de elementos de decisão interna da EMPIS e da AG	Entrevistas à equipa técnica e equipas AG	Entrevistas a OES: evidência sobre o modo como as OES com projetos apoiados viram a articulação lógico-temporal entre medidas				

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	MECANISMOS E FATORES CRÍTICOS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO						
			ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS,...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO
		I3b. Evidência de que as MPIS tenham gerado sinergias e desenvolvimentos com projetos/iniciativas já existentes envolvendo entidades públicas e privadas		X	X				
		I3a Evidência de produção legislativa e regulamentar sobre a introdução da abordagem inovação social nas políticas sociais		X	X				
QA 1.1	Rz46 Adequação do sistema de informação e dos mecanismos de apoio e esclarecimento	I2f % de promotores de operações aprovadas que consideraram avisos e formulários para orientar o desenho do projeto		Análise documental de esclarecimentos prestados	Entrevistas à equipa técnica e equipas AG: de que modo o Sistema de Informação permitiu apoiar as respostas aos pedidos de esclarecimento				
<b>MECANISMOS 2</b>									
		I4a Nº de projetos candidatados por OES e respetivos montantes por instrumento face à programação	X						
		I5 Nº de OES inquiridas e % face ao total que afirmam não compreender a abordagem da Inovação social					Complementos FG3	X	
	Rz5 Capacidade de compreensão por parte das OES existentes do alcance das medidas de IS para resposta às suas necessidades e constrangimentos	I5d Nº e % de OES inquiridas envolvidas em operações PPI e TIS face ao total que afirmam reconhecer vantagens neste modelo de financiamento face ao modelo de financiamento do Estado						X	
		I5f Nº de OES inquiridas envolvidas em operações FIS Crédito que afirmam reconhecer vantagens neste modelo de financiamento face ao crédito bancário normal						X	

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	MECANISMOS E FATORES CRÍTICOS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO								
			ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS,...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO		
	Rz6 Reconhecimento por parte dos investidores sociais (IS) (existentes e novos) da credibilidade da programação, reforçando o mercado	I7 Nº e peso de investidores sociais envolvidos em candidaturas em relação a universos globais conhecidos	X	X		X			X		
		I7b Evidência recolhida ( <i>focus group</i> ) sobre as motivações que levaram os investidores sociais a aderirem às IPIS	X				FG2				
	Rz7 As ações de dinamização, disseminação e comunicação impactam OES e empreendedores sociais	I8 Nº de OES participantes e envolvidas em ações de comunicação, divulgação, disseminação e ativação			X	X				X	
		I8b Taxa de participação em ações de comunicação, divulgação, disseminação e ativação dinamizada pela EMPIS								X	
		I8c Taxa de contacto com o ativador regional EMPIS								X	
		I8d Principais motivos de contacto com o ativador regional EMPIS								X	
		I8e Importância atribuída ao ativador regional									
	Rz8 A cobertura do ciclo de vida de projetos de empreendedorismo social, em matéria de apoios, atrai a procura de empreendedores sociais com envolvimento de entidades facilitadoras (incubadoras)	I6a Nº de OES que apresentaram candidaturas de processos de capacitação, PPI e TIS com envolvimento de entidades facilitadoras		X				X		X	
	Rz9 Reconhecimento por parte das entidades bancárias da existência do potencial de mercado de crédito na segmentação das OES	I9a Peso em termos de volume de negócio bancário das entidades bancárias com intervenção no FIS Crédito		X	Relatórios Anuais - Sustentabilidade de entidades bancárias			Complementos de entrevista			
	Rz10 Fundos de Capital de Risco e Business Angels reconhecem a existência de potencial de mercado no financiamento do empreendedorismo social	I10 Nº de entidades de Capital de Risco e de <i>Business Angels</i> envolvidas no FIS capital		X							
	Rz11 Reconhecimento por parte das entidades responsáveis por políticas públicas sociais da	I11a Nº de entidades políticas responsáveis por políticas públicas sociais envolvidas nas MPIS.		X		X					

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	MECANISMOS E FATORES CRÍTICOS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO							
			ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS,...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO	
	necessidade/vantagem de testar a abordagem Inovação Social									
<b>FATORES CRÍTICOS</b>										
	<b>Frz1</b> Comunicação/compreensão mútua entre os dois mundos da Economia Social	<b>I5</b> Nº de OES inquiridas e % face ao total que afirmam não compreender a abordagem da Inovação social						Complementos FG3		
		<b>I5d</b> Nº e % de OES inquiridas envolvidas em operações PPI e TIS face ao total que afirmam reconhecer vantagens neste modelo de financiamento face ao modelo de financiamento do Estado							X	
		<b>I5f</b> Nº de OES inquiridas envolvidas em operações FIS Crédito que afirmam reconhecer vantagens neste modelo de financiamento face ao crédito bancário normal								X
	<b>Frz2</b> Falha de mercado no financiamento de OES e empreendedorismo social: demasiado significativa para a dimensão de intervenção pública programada	<b>I4a</b> Nº de projetos candidatados por OES e respetivos montantes por instrumento face à programação	X							
		<b>I5c</b> Recursos financeiros alocados ao FIS em % das necessidades líquidas de financiamento de OES	X	X						
		<b>I7</b> Nº e peso de investidores sociais envolvidos em candidaturas em relação a universos globais conhecidos	X	X			X			X
	<b>Frz3</b> Timings de implementação da programação: sequência lógico-temporal dos instrumentos pode ser comprometida	<b>I9b</b> Nº de meses que mediu entre a publicação do 1º aviso referente ao instrumento capacitação e a publicação do 1º aviso do FIS Crédito	X			X				

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	MECANISMOS E FATORES CRÍTICOS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO							
			ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS,...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO	
		<b>I9c</b> Nº de meses que mediu entre a publicação do 1º aviso referente ao instrumento capacitação e a publicação do 1º aviso do FIS Capital	X		X					
		<b>I9d</b> Evidência recolhida sobre timing ajustado entre a publicação de avisos para a capacitação e avisos para PPI e TIS			X				X	
<b>DIAGRAMA 2: REALIZAÇÕES – RESULTADOS DE 1º NÍVEL</b>										
<b>MECANISMOS</b>										
		<b>I16a</b> Taxa de admissibilidade dos projetos (Projetos elegíveis/Projetos aprovados)	X							
	<b>R1s1</b> A análise de mérito dos projetos permite selecionar a qualidade dos mesmos	<b>I4b</b> Estrutura de operações aprovadas por classe de mérito atingido, por tipologia de intervenção	X							
		<b>I16b</b> % de projetos com atribuição de mérito máximo	X							
	<b>R1s2</b> Os critérios de seleção dos projetos permitem garantir a aprovação de candidaturas conforme os princípios das IIES	<b>I16a</b> Taxa de admissibilidade dos projetos (Projetos elegíveis/Projetos aprovados)	X							
		<b>I17</b> Nº e % de projetos rejeitados por não cumprirem o critério de IIES	X							
	<b>R1s3</b> As OES identificam necessidades e oportunidades de capacitação em cooperação com empresas de consultoria especializadas (CAPACITAÇÃO)	<b>I13</b> Áreas de incidência das necessidades de capacitação presentes nos diagnósticos dos projetos aprovados	X				X			
		<b>I18b</b> Análise qualitativa de amostra de memórias descritivas de projetos aprovados do ponto de vista da justificação feita quanto a problemas sociais abordados (atendendo aos critérios utilizados em cada instrumento)	X							



QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	MECANISMOS E FATORES CRÍTICOS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO							
			ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS,...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO	
	<b>R1s4</b> A capacitação para a Inovação Social é alcançada com uma tipologia clara de dimensões de capacitação, com destaque para as avaliações de impacto (CAPACITAÇÃO)	<b>I15</b> Nº e % de projetos de capacitação que integram alteração do modelo de criação de valor social e de avaliação de impacto da OES	X						X	
	<b>R1s5</b> Investidores sociais reconhecem a credibilidade dos processos de capacitação (PARCERIAS E TÍTULOS)	<b>I19</b> Nº de investidores sociais e tipologia (empresas, fundações, ...) envolvidos em : (I) projetos de capacitação (% do total de investidores) e (II) no conjunto de projetos aprovados nas Parcerias	X				X			
		<b>I25a</b> Investimento social médio envolvido nas operações	X							
		<b>I27</b> Nº de entidades privadas envolvidas em operações de TIS aprovadas por áreas prioritárias de política pública e por projeto	X							
	<b>R1s6</b> A capacitação concretizada induz a adesão de OES ao financiamento por resultados (PARCERIAS E TÍTULOS)	<b>I20</b> Volume e média % : (I) de investimento social envolvido por projeto (relativamente às estimativas conhecidas do mercado de investimento social); (II) de investimento municipal	X	X						
		<b>I21</b> Média da: (I) % de investimento social privado no total do financiamento aprovado por área de intervenção e do (ii) investimento público municipal	X							
		<b>I22a.</b> Nº e % de OES (por tipologia de OES) com participação em operações aprovadas de TIS, com percentagem calculada em relação ao número total de OES com projetos aprovados	X	X						
		<b>I23</b> Nº de OES envolvidas em operações com resultados atingidos por	X							



QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	MECANISMOS E FATORES CRÍTICOS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO							
			ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS,...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO	
		instrumento de financiamento								
		<b>I25a</b> Investimento social médio envolvido nas operações	X							
		<b>I27</b> Nº de entidades privadas envolvidas em operações de TIS aprovadas por áreas prioritárias de política pública e por projeto	X							
	<b>R1s7</b> As melhorias de gestão e capacitação de OES geram oportunidades solventes de negócio (crédito) bancário (FIS)	<b>I28a.</b> Nº de entidades bancárias envolvidas em apoios FIS Crédito e quotas de participação		X	X					
		<b>I29</b> Financiamento aprovado no FIS Crédito /Financiamento solicitado em sede de candidaturas	X							
		<b>I30</b> Rácio “Crédito bancário concedido a OES no quadro do FIS Crédito” /Crédito bancário concedido a OES fora do âmbito do FIS	<b>Recurso ao sistema de informação para quantificar o crédito bancário concedido via FIS Crédito</b>		<b>Análise documental de Relatórios Anuais de Instituições Bancárias e dos Relatórios de Sustentabilidade que existem</b>		<b>Entrevistas a instituições bancárias para avaliar o realismo do indicador construído</b>			
		<b>I32</b> Peso relativo do investimento de IIES apoiados pelo FIS Capital em relação a valores de necessidades de financiamento líquido disponíveis	X	X						
		<b>I34</b> Nº de entidades especializadas de capital de risco e de outros instrumentos de capital envolvidas em cofinanciamento de IIES aprovadas	X							
<b>FATORES CRÍTICOS</b>										
	<b>F1Rs1</b> Nº de OES recetivas à ideia de capacitação: grau de perceção das suas próprias necessidades	<b>I6b.</b> Nº de empreendedores sociais (IES) apoiados que apresentam projetos com articulação com o universo de OES	X							

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	MECANISMOS E FATORES CRÍTICOS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO							
			ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS,...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO	
		<b>I12b.</b> Nº de OES com operações de capacitação aprovadas em % do universo de OES por tipologia da Conta Satélite	X	X						
		<b>I13</b> Áreas de incidência das necessidades de capacitação presentes nos diagnósticos dos projetos aprovados	X			X			X	
	<b>F1Rs3</b> Subvenções globais não reembolsáveis versus financiamento baseado em resultados: as primeiras podem persistir generalizadamente	<b>I5e</b> Nº e % de OES inquiridas que afirmam preferir o apoio sob a forma de subvenções globais não reembolsáveis							X	
		<b>I23</b> Nº de OES envolvidas em operações com resultados atingidos por instrumento de financiamento	X							
	<b>F1Rs4</b> Magnitude da falha de mercado no financiamento de OES e do empreendedorismo social: demasiado significativa para a dimensão de intervenção pública programada	<b>I20</b> Volume e média % : (I) de investimento social envolvido por projeto (relativamente às estimativas conhecidas do mercado de investimento social); (II) de investimento municipal	X	X						
		<b>I21</b> Média da: (I) % de investimento social privado no total do financiamento aprovado por área de intervenção e do (ii) investimento público municipal	X							
	<b>F1Rs5</b> Qualidade dos projetos: grau de cumprimento dos resultados	<b>I4b</b> Estrutura de operações aprovadas por classe de mérito atingido, por tipologia de intervenção	X							
		<b>I18c.</b> Nº e % de projetos concluídos que cumpriram os objetivos contratualizados por (i) área de incidência da política social, (ii) por região NUTS II e (iii) por tipo e massa de população envolvida.	X							

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	MECANISMOS E FATORES CRÍTICOS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO								
			ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS,...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO		
		I28b. Nº e % de projetos aprovados que cumpriram resultados contratualizados	X								
		I31c. Nº de projetos de IIES apoiados e concluídos que cumpriram resultados contratualizados	X						X		
		F1Rs6 Timings de implementação da programação: sequência lógico-temporal dos instrumentos pode ser comprometida									
		I9b Nº de meses que mediou entre a publicação do 1º aviso referente ao instrumento capacitação e a publicação do 1º aviso do FIS Crédito	X			X					
		I9c Nº de meses que mediou entre a publicação do 1º aviso referente ao instrumento capacitação e a publicação do 1º aviso do FIS Capital	X			X					
		I9d Evidência recolhida sobre timing ajustado entre a publicação de avisos para a capacitação e avisos FIS				X			X		

Tabela 2 – Matriz de abordagem à QA2

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	MECANISMOS E FATORES CRÍTICOS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO						
			ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS,...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Análise de projetos aprovados do ponto de vista do registo de práticas colaborativas entre entidades do eco</li> <li>Dados globais e desagregados por instrumentos financeiros;</li> <li>Outros atributos da execução</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sistematização das realizações, resultados e cumprimento das metas definidas e contratualizadas - perspectiva geral e projeção de resultados de 2º nível/ impactos;</li> <li>Fatores explicativos da projeção de resultados de 2º nível/ impactos, internos à IPIS e de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Informação adicional de âmbito qualitativo relativa aos resultados alcançados, às expectativas de evolução dos resultados no curto e médio prazo e à identificação/ estimativa de resultados de 2º nível/ impactos: essencialmente avaliações qualitativas quanto (i) à qualidade dos projetos aprovados pelas AG em termos da sua sustentabilidade futura e</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Contributos para a leitura crítica da identificação/ estimativa de resultados de 2º nível/ impactos e dos respetivos fatores e mecanismos explicativos: fatores internos e externos</li> <li>Entrevistas com 2 investidores sociais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Contributos para a leitura crítica da identificação/ estimativa de resultados de 2º nível/ impactos e dos respetivos fatores e mecanismos explicativos: fatores internos e externos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Informação adicional de suporte à identificação/ estimativa de resultados de 2º nível/ impactos e dos respetivos fatores e mecanismos explicativos internos e externos, a partir</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Informação adicional de suporte à identificação/ estimativa de resultados de 2º nível/ impactos;</li> <li>Análise em profundidade dos respetivos fatores e mecanismos explicativos internos e externos, incluindo</li> </ul>

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	MECANISMOS E FATORES CRÍTICOS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO							
			ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS,...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO	
			contemplados no SI: dados territorializados, tipologia de promotores, tipologia de beneficiários...	<p>âmbito externo, em particular do contexto da economia social;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Análise de relatórios anuais de investidores sociais;</li> <li>Análise de <i>clipping</i> de comunicação social relativa à notoriedade de empreendedores sociais e de projetos de empreendedorismo social</li> </ul>	<p>(ii) à intensidade de práticas colaborativas entre entidades do ecossistema veiculadas pelos projetos aprovados;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Contributos para a interpretação dos resultados alcançados e estimados e fatores e mecanismos explicativos associados às estimativas produzidas: fatores internos e externos</li> </ul>	para avaliação do peso relativo do cofinanciamento via MPIS face à dinâmica global do investimento social e das necessidades de financiamento de OES e empreendedores sociais		da amostra de projetos inquiridos	<p>fatores não antecipados</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Identificação de sinergias encontradas com intervenções já em atividade no terreno, designadamente de iniciativas que já envolviam parcerias público-privadas</li> <li>Avaliação de testemunhos de OES em matéria de resultados de capacitação alcançados, designadamente do ponto de vista da melhoria de serviços prestados</li> <li>Especificidades territoriais em matéria de ecossistema: diversidade de instituições e intensidade de práticas colaborativas</li> <li>Transferibilidade de soluções e <i>policy-mix</i> de consolidação de inovação social</li> </ul>	
<b>DIAGRAMA 3: RESULTADOS 1º NÍVEL – RESULTADOS DE 2º NÍVEL</b>										
<b>MECANISMOS</b>										
<p><b>QA2 IMPACTO</b> Em que medida a Iniciativa PIS está a contribuir para o alcance dos objetivos globais a que se propunha, nomeadamente a consolidação do ecossistema de inovação e empreendedorismo social em Portugal?</p> <p><b>QA2.1.</b> A IPIS permitiu criar novas capacidades efetivas, indutora de ganhos continuados na eficiência dos serviços prestados a cidadãos e empresas?</p> <p><b>QA2.2</b> Como é que a IPIS se articulou com as</p>	<p><b>R2s1</b> A capacitação de OES induz procura de Parcerias e Títulos de Impacto Social</p>	<p><b>I37b</b> % de OES com projetos de capacitação aprovados que têm PPI ou TIS aprovados</p>	<b>X</b>							
	<p><b>R2s2</b> Os projetos aprovados permitem responder a problemas sociais de forma mais eficaz e eficiente</p>	<p><b>I43a</b> Nº e % de entidades bancárias entrevistadas que confirmaram ter registado melhorias de gestão e organização nas OES que apresentaram pedidos de crédito</p>					<b>X</b>			
		<p><b>I43b</b> Idem Fundos de capital de risco e outras instituições financeiras especializadas em instrumentos de capital relativamente a promotores de IES</p>					<b>X</b>			

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	MECANISMOS E FATORES CRÍTICOS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO								
			ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS,...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO		
<p>restantes intervenções da política pública?</p> <p><b>QA2.3</b> Qual o potencial de transferibilidade ou alavancagem de soluções desenvolvidas na IPIS para outros contextos?</p>		<b>I38a</b> Dimensões reveladas por OES inquiridas e entrevistadas e a outras entidades (por exemplo, núcleos Redes Sociais) que com estas articulam segundo as quais os processos de capacitação em que intervieram se traduziram por uma resposta da instituição mais eficaz e eficiente aos problemas sociais					X		X	X	
	<b>R2s3</b> A credibilidade dos projetos de capacitação atrai IS existentes e a emergência de novos IS (Parcerias e Títulos)	<b>I38</b> Evolução do nº de investidores sociais (públicos e privados) e do investimento social no período de vigência da IPIS	X								
	<b>R2s4</b> A capacitação apoiada induz a adesão de OES ao financiamento baseado em resultados (Parcerias e Títulos)	<b>I35</b> % de OES com projetos de capacitação aprovados, por tipologia de área de capacitação e investimento médio aprovado	X								
		<b>I36</b> % de OES com planos de desenvolvimento aprovados, por tipologia de área de capacitação e investimento médio aprovado	X								
		<b>I37</b> % de abrangidos pela intervenção das OES relativas aos indicadores anteriores, por tipologia de área de capacitação e investimento médio aprovado	X								
		<b>I41a</b> % de OES inquiridas que revelam dificuldades na avaliação dos resultados das suas intervenções					Entrevistas OES		X		
		<b>I46</b> % de investimento social ressarcido por via do cumprimento dos resultados em operações TIS face ao total de investimento social comprometido em TIS aprovados	X								
	<b>R2s5</b> As entidades bancárias aderentes ao FIS Crédito oferecem produtos e condições de crédito em conformidade com as necessidades de OES	<b>I40</b> Nº e % de empreendedores sociais envolvidos em IIES apoiadas no âmbito da IPIS (evolução anual para o período de implementação)	X								

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	MECANISMOS E FATORES CRÍTICOS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO							
			ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS,...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO	
		I44 Nº e % de entidades bancárias entrevistadas que confirmaram ter desenvolvido processos de segmentação de produtos destinados às OES					X			
	R2s6 A cobertura do ciclo de vida dos projetos de ES em termos de financiamento induz procura de instrumentos de capital	I39 Nº e % de entidades financeiras envolvidas na implementação do FIS Capital	X							
		I45 Idem Fundos de Capital de risco e outras instituições financeiras especializadas em instrumentos de capital relativamente a promotores de IES					X			
	R2s7 As incubadoras de ES garantem um forte envolvimento com instituições especializadas em instrumentos de capital e criam mercado para estas últimas	I41 Evolução do número de IIES configurando serviços de assistência técnica e consultadoria a OES e média anual de investimento aprovado por IIES	X				X			
		I50 Evolução das necessidades de financiamento de OES (Conta Satélite da Economia Social)		X						X
		I51 Nº de incubadoras especializadas em empreendedorismo social criadas após o início de atividade da EMPIS		X		X	X			
		I52 Evolução do nº de projetos de empreendedorismo social incubados em instituições especializadas		X		X	X			
	R2s8 "Policy-making" recetivo e coerente à inovação social	I37c Nº de entidades públicas entrevistadas que revelaram abertura à incorporação da abordagem da inovação social	X							
		I38 Evolução do nº de investidores sociais (públicos e privados) e do investimento social no período de vigência da IPIS	X							
		I38b Evidência junto dos investidores sociais sobre alargamento de práticas de responsabilidade social e outros projetos sociais a partir da experiência IPIS					X			X

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	MECANISMOS E FATORES CRÍTICOS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO						
			ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS,...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO
	<b>R2s9 Empreendedores sociais e projetos aprovados de ES</b> ganham notoriedade na comunicação social	<b>I38c</b> Evidências recolhidas por análise documental e entrevistas sobre evolução das menções de projetos de inovação social na comunicação social		X		X			
	<b>R2s10 Criação de condições para a transferibilidade de boas práticas apoiadas pela IPIS a outros contextos</b>	<b>I38d</b> Nº de projetos apoiados pelo PO ISE que integram dimensões de inovação social e que não foram apoiados ao abrigo da IPIS	Mobilização da base de informação do PO ISE para identificar projetos que satisfaçam o critério do indicador I38d		Entrevistas à EMPIS e AG PO ISE: a dimensão da replicabilidade dos projetos apoiados	Entrevistas a OES: dimensão de replicabilidade dos projetos apoiados e suscetibilidade de contexto de aplicação		Nº de promotores de operações aprovadas que consideram o seu projeto replicável noutro contexto	
<b>FATORES CRÍTICOS</b>									
	<b>F2Rs1</b> Massa crítica de projetos de capacitação	<b>I38a</b> Dimensões reveladas por OES inquiridas e entrevistadas e a outras entidades (por exemplo, núcleos Redes Sociais) que com estas articulam segundo as quais os processos de capacitação em que intervieram se traduziram por uma resposta da instituição mais eficaz e eficiente aos problemas sociais				X		X	
		<b>I35</b> % de OES com projetos de capacitação aprovados, por tipologia de área de capacitação e investimento médio aprovado	X						
		<b>I36</b> % de OES com planos de desenvolvimento aprovados, por tipologia de área de capacitação e investimento médio aprovado	X						
	<b>F2Rs2</b> Fragilidades do mercado de investimento social	<b>I40</b> Nº e % de empreendedores sociais envolvidos em IES apoiadas no âmbito da IPIS (evolução anual para o período de implementação)	X						
		<b>I38</b> Evolução do nº de investidores sociais (públicos e privados) e do investimento social no período de vigência da IPIS	X						
	<b>F2Rs3</b> Magnitude da falha de mercado no financiamento de OES e do empreendedorismo social:	<b>I42</b> Evolução das necessidades de financiamento de OES por tipologia de OES (total e		X					

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	MECANISMOS E FATORES CRÍTICOS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO						
			ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS,...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO
	demasiado significativa para a dimensão de intervenção pública programada	média por OES) segundo os dados da Conta Satélite da Economia Social							
		<b>I50</b> Evolução das necessidades de financiamento de OES (Conta Satélite da Economia Social)		X					X
	<b>F2Rs4</b> Riscos de que a inércia de formulação e implementação de políticas públicas sociais penalize a avaliação dos projetos contratualizados configurarem novas respostas a problemas sociais	<b>I38a</b> Dimensões reveladas por OES inquiridas e entrevistadas e a outras entidades (por exemplo, núcleos Redes Sociais) que com estas articulam segundo as quais os processos de capacitação em que intervieram se traduziram por uma resposta da instituição mais eficaz e eficiente aos problemas sociais					X		X
		<b>I47</b> % de despesa pública por setor de intervenção social que apoia ações e projetos segundo uma lógica de inovação social antes e depois da implementação da IPIS		X					X
		<b>I49</b> Evidência recolhida, junto das redes sociais, relativamente à articulação e complementaridade dos projetos IPIS com outros projetos sociais e respetiva resposta necessidades dos territórios							X
	<b>F2Rs5</b> Existência de dinâmicas colaborativas anteriores à colaboração IPIS que podem influenciar a introdução de inovação na atuação das OES	<b>I38b</b> Evidência junto dos investidores sociais sobre alargamento de práticas de responsabilidade social e outros projetos sociais a partir da experiência IPIS					X		
		<b>I51</b> Nº de incubadoras especializadas em empreendedorismo social criadas após o início de atividade da EMPIS		X		X		X	
		<b>I52</b> Evolução do nº de projetos de empreendedorismo social incubados em instituições especializadas		X		X		X	
<b>DIAGRAMA 4: RESULTADOS DE 2º NÍVEL -IMPACTOS</b>									



QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	MECANISMOS E FATORES CRÍTICOS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO						
			ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS,...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO
	<b>MECANISMOS</b>								
	<b>MI1</b> Incremento das práticas colaborativas no ecossistema de inovação e empreendedorismo social	<b>I53a</b> Resultados de entrevistas qualitativas em matéria de perceção e reconhecimento do ecossistema de inovação e do papel dos FEEI na sua construção					X		X
		<b>I56</b> Identificação de projetos comuns envolvendo OES e novos Empreendedores Sociais	X	X			X		X
	<b>MI2</b> Fortalecimento das componentes mais frágeis do ecossistema: OES inovadoras, empresas de consultoria, investidores sociais, empresas interessadas nos princípios e valores da ES	<b>I57</b> Projetos de <i>Start-up's</i> apoiados de empreendedorismo social com atividade na prestação de serviços às OES	X	X			X		X
		<b>I57b</b> Nº e % de OES inquiridas que recorrem a empresas prestadoras de serviços					Entrevistas a OES sobre o modo como recorrem ou não a consultadoria especializada		Nº e % de OES inquiridas que declaram recorrer normalmente a empresas de consultadoria especializada Idem que o fizeram para a preparação da operação aprovada
		<b>I55a</b> Indicadores das incubadoras de empreendedorismo social relativamente à avaliação de necessidades sociais respondidas pelos projetos das OES					X		
	<b>MI3</b> Avanços consolidados na redução da falha de mercado do financiamento à IS e ao ES	<b>I54</b> Evolução do mercado de investimento social		X Designadamente relatórios de atividade de investidores sociais	X		Perspetivas de avaliação dos investidores sociais entrevistados quanto à evolução do mercado		
		<b>I59</b> Registo de apoio filantrópico de entidades bancárias à inovação social na perspetiva da responsabilidade social corporativa (análise de relatórios de sustentabilidade de instituições bancárias).		X					
	<b>MI4</b> Demonstração de resultados na abordagem inovadora a determinadas políticas públicas	<b>I60</b> Peso da despesa pública em apoios sociais subordinados à lógica da inovação social relativamente		X					

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	MECANISMOS E FATORES CRÍTICOS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO						
			ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS,...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO
		ao orçamento público anual por domínio de política pública após a implementação da IPIS							
	MI5 Protagonismo mediático de empreendedores sociais	I58 Identificação de referências ao empreendedorismo e à inovação social na comunicação social		X					
		I61 Nº de ações de comunicação realizadas com divulgação de boas práticas		X					
	MI6 Reconhecimento por parte das entidades responsáveis por políticas públicas sociais da necessidade/vantagem de testar a abordagem Inovação Social	I60 Peso da despesa pública em apoios sociais subordinados à lógica da inovação social relativamente ao orçamento público anual por domínio de política pública após a implementação da IPIS		X					
	MI7 "Policy-making" recetivo e coerente à inovação social	11b Investimento aprovado em operações com envolvimento de entidades responsáveis por políticas sociais em % da despesa pública total por política pública	X		X				
<b>FATORES CRÍTICOS</b>									
	F11 Efeito pedra no lago: massa crítica de implementação dos instrumentos de programação insuficiente para implicar a generalização de impactos	I63 Dimensão total dos apoios MPIS aprovados	X						
	F12 Reduzida expressividade de efeitos de demonstração: deficiências de comunicação de boas práticas	I61 Nº de ações de comunicação realizadas com divulgação de boas práticas		X					
		I58 Identificação de referências ao empreendedorismo e à inovação social na comunicação social		X					
	F13 Ausência de cultura comum de ecossistema	I53b Nº e % de entidades inquiridas que afirmam não se sentir integradas num ecossistema de inovação social						X	
	F14 Riscos de que a inércia de formulação e implementação de políticas	I60 Peso da despesa pública em apoios sociais subordinados à lógica da		X					

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	MECANISMOS E FATORES CRÍTICOS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO						
			ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS,...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO
	públicas sociais penalize a avaliação dos projetos contratualizados configurarem novas respostas a problemas sociais	inovação social relativamente ao orçamento público anual por domínio de política pública após a implementação da IPIS							
	<b>F15</b> Continuidade do sistema de subvenções não reembolsáveis sem exigência visível de resultados	<b>I62</b> Rácio Apoios MPIS/Apoios sociais com subvenções não reembolsáveis no PO ISE		X					

Tabela 3 – Matriz de abordagem à QA3

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	MECANISMOS E FATORES CRÍTICOS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO						
			ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS,...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Análise da evolução da procura dos diferentes tipos de instrumentos</li> <li>Territorialização de informação de suporte aos Estudos de Caso</li> <li>Análises por amostragem de diagnósticos de necessidades elaborados pelas OES e comparação com as respostas das operações aprovadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Análise documental de estudos com diagnósticos regionais de necessidades sociais</li> <li>Análise de fundamentação dos instrumentos em termos de ajustamento às necessidades de OES: racional de regulamentação e sua fundamentação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Informação adicional de âmbito qualitativo relativa à leitura dos resultados por tipo de instrumento, tipologia de promotores e incidência territorial;</li> <li>Evolução das tipologias e intensidade de necessidades sociais, designadamente no contexto pós-pandemia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Contributos para a leitura crítica dos resultados por tipo de instrumento, tipologia de promotores e incidência territorial e dos respetivos fatores e mecanismos explicativos: fatores internos e externos;</li> <li>Dinâmica de evolução de necessidades sociais (tipologia e intensidade) designadamente pós-pandemia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Contributos para a leitura crítica dos resultados, por tipo de instrumento, tipologia de promotores e incidência territorial e dos respetivos fatores e mecanismos explicativos: fatores internos e externos;</li> <li>Perceção da emergência de novas necessidades sociais (designadamente pós-pandemia) e dos desafios colocados às OES</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Informação adicional de suporte à Identificação de fatores/problemas na identificação de necessidades sociais como explicação de realizações e resultados alcançados</li> <li>% de OES inquiridas com processos de capacitação aprovados que afirmam ter recetividade à ideia de que o financiamento por resultados pode conduzir (ou não) a uma melhor identificação das necessidades</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Informação adicional de suporte à identificação problemas relacionados com necessidades não tidas em consideração que explicam as realizações e resultados alcançados</li> <li>Análise qualitativa da resposta efetiva das operações aprovadas às necessidades sociais</li> </ul>
<b>DIAGRAMA 2: REALIZAÇÕES – RESULTADOS DE 1º NÍVEL</b>									
<b>MECANISMOS</b>									
QA3. IMPACTO Em que medida os instrumentos de financiamento contemplados na IPIS dão resposta às necessidades, iniciais e atuais, identificadas no setor da economia social e solidária, em particular das organizações (tradicionais e novos empreendedores sociais), dos destinatários finais e dos territórios de atuação, em matéria de inovação social	R1s3 As OES identificam necessidades e oportunidades de capacitação em cooperação com empresas de consultoria especializadas (CAPACITAÇÃO)	I13 Áreas de incidência das necessidades de capacitação presentes nos diagnósticos dos projetos aprovados	X				X		
		I18b Análise qualitativa de amostra de memórias descritivas de projetos aprovados do ponto de vista da justificação feita quanto a problemas sociais abordados (atendendo aos critérios utilizados em cada instrumento)	X						
<b>FATORES CRÍTICOS</b>									
QA3.1 As necessidades que a intervenção se propunha dar resposta foram bem atendidas, persistem ou evoluíram	F1Rs1 Nº de OES recetivas à ideia de capacitação: grau de perceção das suas próprias necessidades	I6b. Nº de empreendedores sociais (IES) apoiados que apresentam projetos com articulação com o universo de OES	X						

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	MECANISMOS E FATORES CRÍTICOS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO							
			ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS,...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO	
para novas necessidades?		<b>I13</b> Áreas de incidência das necessidades de capacitação presentes nos diagnósticos dos projetos aprovados	X				X		X	
	<b>F1Rs2</b> Expressão e qualidade do mercado de consultoria às OES	<b>I5d2</b> Nº e % de empresas inquiridas que recorreram a empresas de consultoria que se consideram satisfeitas com a qualidade do serviço prestado	X				Entrevistas a OES sobre a matéria do recurso a empresas de consultoria especializada e sobre a qualidade do serviço prestado		Nº e % de empresas inquiridas que recorreram a empresas de consultoria que se consideram satisfeitas com a qualidade do serviço prestado	
	<b>F1Rs3</b> Subvenções globais não reembolsáveis versus financiamento baseado em resultados: as primeiras podem persistir generalizadamente	<b>I5e</b> Nº e % de OES inquiridas que afirmam preferir o apoio sob a forma de subvenções globais não reembolsáveis							X	
		<b>I23</b> Nº de OES envolvidas em operações com resultados atingidos por instrumento de financiamento	X							
	<b>F1Rs4</b> Magnitude da falha de mercado no financiamento de OES e do empreendedorismo social: demasiado significativa para a dimensão de intervenção pública programada	<b>I20</b> Volume e média % : (I) de investimento social envolvido por projeto (relativamente às estimativas conhecidas do mercado de investimento social); (II) de investimento municipal	X	X						
		<b>I21</b> Média da: (I) % de investimento social privado no total do financiamento aprovado por área de intervenção e do (ii) investimento público municipal	X							
		<b>I20</b> Volume e média % : (I) de investimento social envolvido por projeto (relativamente às estimativas conhecidas do mercado de investimento social); (II) de investimento municipal	X	X						

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	MECANISMOS E FATORES CRÍTICOS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO						
			ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS,...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO
	F1Rs5 Qualidade dos projetos: grau de cumprimento dos resultados	I4b Estrutura de operações aprovadas por classe de mérito atingido, por tipologia de intervenção	X	X					
		I18c. Nº e % de projetos concluídos que cumpriram os objetivos contratualizados por (i) área de incidência da política social, (ii) por região NUTS II e (iii) por tipo e massa de população envolvida.	X						
		I28b. Nº e % de projetos aprovados que cumpriram resultados contratualizados	X						
		I31c. Nº de projetos de IIES apoiados e concluídos que cumpriram resultados contratualizados	X					X	
<b>DIAGRAMA 3: RESULTADOS DE 1º NÍVEL – RESULTADOS DE 2º NÍVEL</b>									
<b>MECANISMOS</b>									
	R2s1 A capacitação de OES induz procura de Parcerias e Títulos de Impacto Social	I37b % de OES com projetos de capacitação aprovados que têm PPI ou TIS aprovados	X						
	R2s2 Os projetos aprovados permitem responder a problemas sociais de forma mais eficaz e eficiente	I38a Dimensões reveladas por OES inquiridas e entrevistadas e a outras entidades (por exemplo, núcleos Redes Sociais) que com estas articulam segundo as quais os processos de capacitação em que intervieram se traduziram por uma resposta da instituição mais eficaz e eficiente aos problemas sociais				X		X	
	R2s3 A credibilidade dos projetos de capacitação atrai IS existentes e a emergência de novos IS (Parcerias e Títulos)	I38 Evolução do nº de investidores sociais (públicos e privados) e do investimento social no período de vigência da IPIS	X						
	R2s4 A capacitação apoiada induz a adesão de OES ao financiamento	I35 % de OES com projetos de capacitação	X						

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	MECANISMOS E FATORES CRÍTICOS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO							
			ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS,...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO	
	baseado em resultados (Parcerias e Títulos)	aprovados, por tipologia de área de capacitação e investimento médio aprovado								
		<b>I36</b> % de OES com planos de desenvolvimento aprovados, por tipologia de área de capacitação e investimento médio aprovado	X							
		<b>I37</b> % de abrangidos pela intervenção das OES relativas aos indicadores anteriores, por tipologia de área de capacitação e investimento médio aprovado	X							
		<b>I41a</b> % de OES inquiridas que revelam dificuldades na avaliação dos resultados das suas intervenções					Entrevistas OES		X	
		<b>I46</b> % de investimento social ressarcido por via do cumprimento dos resultados em operações TIS face ao total de investimento social comprometido em TIS aprovados	X							
	<b>R2s5</b> As entidades bancárias aderentes ao FIS Crédito oferecem produtos e condições de crédito em conformidade com as necessidades de OES	<b>I40</b> Nº e % de empreendedores sociais envolvidos em IIES apoiadas no âmbito da IPIS (evolução anual para o período de implementação)	X							
	<b>R2s6</b> A cobertura do ciclo de vida dos projetos de ES em termos de financiamento induz procura de instrumentos de capital	<b>I39</b> Nº e % de entidades financeiras envolvidas na implementação do FIS Capital	X							
		<b>I45</b> Idem Fundos de Capital de risco e outras instituições financeiras especializadas em instrumentos de capital relativamente a promotores de IES					X			
	<b>R2s7</b> As incubadoras de ES garantem um forte envolvimento com instituições especializadas em	<b>I41</b> Evolução do número de IIES configurando serviços de assistência	X				X			

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	MECANISMOS E FATORES CRÍTICOS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO							
			ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS,...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO	
	instrumentos de capital e criam mercado para estas últimas	técnica e consultadoria a OES e média anual de investimento aprovado por IIES								
		I50 Evolução das necessidades de financiamento de OES (Conta Satélite da Economia Social)		X						X
		I51 Nº de incubadoras especializadas em empreendedorismo social criadas após o início de atividade da EMPIS		X	X		X			
		I52 Evolução do nº de projetos de empreendedorismo social incubados em instituições especializadas		X	X					
		I37b % de OES com projetos de capacitação aprovados que têm PPI ou TIS aprovados	X							
		I37c Nº de entidades públicas entrevistadas que revelaram abertura à incorporação da abordagem de inovação social	X				X			
	R2s8 "Policy-making" recetivo e coerente à inovação social	I38 Evolução do nº de investidores sociais (públicos e privados) e do investimento social no período de vigência da IPIS	X							
		I38b Evidência junto dos investidores sociais sobre alargamento de práticas de responsabilidade social e outros projetos sociais a partir da experiência IPIS					X			
	R2s9 Empreendedores sociais e projetos aprovados de ES ganham notoriedade na comunicação social	I38c Evidências recolhidas por análise documental e entrevistas sobre evolução das menções de projetos de inovação social na comunicação social		X			X			



QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	MECANISMOS E FATORES CRÍTICOS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO						
			ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS,...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO
	<b>FATORES CRÍTICOS</b>								
	<b>F2Rs1</b> Massa crítica de projetos de capacitação	<b>I38a</b> Dimensões reveladas por OES inquiridas e entrevistadas e a outras entidades (por exemplo, núcleos Redes Sociais) que com estas articulam segundo as quais os processos de capacitação em que intervieram se traduziram por uma resposta da instituição mais eficaz e eficiente aos problemas sociais					X		X
		<b>I35</b> % de OES com projetos de capacitação aprovados, por tipologia de área de capacitação e investimento médio aprovado	X						
		<b>I36</b> % de OES com planos de desenvolvimento aprovados, por tipologia de área de capacitação e investimento médio aprovado	X						
	<b>F2Rs2</b> Fragilidades do mercado de investimento social	<b>I40</b> Nº e % de empreendedores sociais envolvidos em IIES apoiadas no âmbito da IPIS (evolução anual para o período de implementação)	X						
		<b>I38</b> Evolução do nº de investidores sociais (públicos e privados) e do investimento social no período de vigência da IPIS	X						
	<b>F2Rs3</b> Magnitude da falha de mercado no financiamento de OES e do empreendedorismo social: demasiado significativa para a dimensão de intervenção pública programada	<b>I42</b> Evolução das necessidades de financiamento de OES por tipologia de OES (total e média por OES) segundo os dados da Conta Satélite da Economia Social		X					

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	MECANISMOS E FATORES CRÍTICOS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO							
			ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS,...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO	
		I50 Evolução das necessidades de financiamento de OES (Conta Satélite da Economia Social)		X						X
	F2Rs4 Riscos de que a inércia de formulação e implementação de políticas públicas sociais penalize a avaliação dos projetos contratualizados configurarem novas respostas a problemas sociais	I38a Dimensões reveladas por OES inquiridas e entrevistadas e a outras entidades (por exemplo, núcleos Redes Sociais) que com estas articulam segundo as quais os processos de capacitação em que intervieram se traduziram por uma resposta da instituição mais eficaz e eficiente aos problemas sociais					X		X	
I47 % de despesa pública por setor de intervenção social que apoia ações e projetos segundo uma lógica de inovação social antes e depois da implementação da IPIS			X							X
I49 Evidência recolhida, junto das redes sociais, relativamente à articulação e complementaridade dos projetos IPIS com outros projetos sociais e respetiva resposta necessidades dos territórios										X
I38b Evidência junto dos investidores sociais sobre alargamento de práticas de responsabilidade social e outros projetos sociais a partir da experiência IPIS							X			
	F2Rs5 Existência de dinâmicas colaborativas anteriores à colaboração IPIS que podem influenciar a introdução de inovação na atuação das OES	I51 Nº de incubadoras especializadas em empreendedorismo social criadas após o início de atividade da EMPIS		X	X		X			

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	MECANISMOS E FATORES CRÍTICOS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO						
			ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS,...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO
		I52 Evolução do nº de projetos de empreendedorismo social incubados em instituições especializadas		X	X	X			

Tabela 4 – Matriz de abordagem QA4

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	MECANISMOS E FATORES CRÍTICOS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO						
			ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS,...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Perfil da execução financeira, incluindo dados da programação, aprovação e execução - dados globais e desagregados por medida e outros atributos;</li> <li>Informação financeira dos projetos: custos unitários por instrumento financeiro; custos-padrão definidos e realizados;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apreciação da adequação dos instrumentos de financiamento aos objetivos visados;</li> <li>Identificação de referenciais internacionais para realizar <i>benchmarks</i> e apoiar a aferição da razoabilidade dos custos;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Informação adicional relativa à adequação dos instrumentos de financiamento e à relação custos/ resultados;</li> <li>Contributos para a interpretação dos resultados alcançados e dos fatores e mecanismos explicativos relacionados com a dimensão financeira da IPIS;</li> <li>Identificação de áreas de melhoria e necessidades de revisão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apreciação da adequação da dimensão financeira da IPIS e das formas de financiamento face aos resultados;</li> <li>Contributos para a interpretação dos resultados alcançados e dos fatores e mecanismos explicativos relacionados com a dimensão financeira da IPIS;</li> <li>Avaliação qualitativa do instrumento de capital</li> <li>Identificação de áreas de melhoria e necessidades de revisão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apreciação da adequação da dimensão financeira da IPIS e das formas de financiamento face aos resultados;</li> <li>Identificação de áreas de melhoria e necessidades de revisão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apreciação da relação custo/ resultados na amostra de projetos inquiridos;</li> <li>Contributos para a interpretação dos resultados alcançados e dos fatores e mecanismos explicativos relacionados com a dimensão financeira da IPIS a partir da experiência dos promotores de projetos;</li> <li>% de empreendedores sociais inquiridos que se declaram confortáveis com o instrumento de capital do FIS;</li> <li>Idem de OES que se declaram confortáveis com o instrumento de dívida do FIS</li> <li>Identificação de áreas de melhoria e necessidades de revisão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Análise do modo como as diferentes tipologias de MPIS, alocação financeira das mesmas e características dos instrumentos selecionados se ajustam à realidade regional do ecossistema de inovação social;</li> <li>Informação mais pormenorizada sobre custos de operações</li> <li>Contributos para a interpretação dos resultados alcançados face às características dos problemas sociais da Região;</li> <li>Identificação de áreas de melhoria e necessidades de revisão</li> </ul>
<b>DIAGRAMA 2: REALIZAÇÕES – RESULTADOS DE 1º NÍVEL</b>									
<b>MECANISMOS</b>									
<b>QA4. EFICIÊNCIA</b> As realizações da IPIS estão a ser alcançadas com o mínimo de recursos? Poder-se-ia ter alcançado mais resultados com os mesmos recursos, nomeadamente se tivessem sido contemplados outros instrumentos de financiamento?  <b>QA4.1.</b> A dimensão financeira e as formas de financiamento adotadas foram adequadas e	<b>R1s5</b> Investidores sociais reconhecem a credibilidade dos processos de capacitação (PARCERIAS E TÍTULOS)	<b>I19</b> Nº de investidores sociais e tipologia (empresas, fundações, ...) envolvidos em : (I) projetos de capacitação (% do total de investidores) e (II) no conjunto de projetos aprovados nas Parcerias	X						
		<b>I25a</b> Investimento social médio envolvido nas operações	X						
		<b>I27</b> Nº de entidades privadas envolvidas em operações de TIS	X						

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	MECANISMOS E FATORES CRÍTICOS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO							
			ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS,...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO	
<p>suficientes para fazer a diferença ao nível dos objetivos da política pública?</p> <p><b>QA4.2</b> A alocação de recursos entre diferentes instrumentos potenciou adequadamente os resultados pretendidos pela intervenção?</p> <p><b>QA4.3</b> Os apoios e a natureza/área das intervenções foram dirigidos para as áreas com maior potencial de impacto na redução dos custos de contexto e da eficiência da administração pública?</p>	<b>R1s6</b> A capacitação concretizada induz a adesão de OES ao financiamento por resultados (PARCERIAS E TÍTULOS)	aprovadas por áreas prioritárias de política pública e por projeto								
		<b>I21</b> Média da: (I) % de investimento social privado no total do financiamento aprovado por área de intervenção e do (ii) investimento público municipal	X							
		<b>I22a.</b> Nº e % de OES (por tipologia de OES) com participação em operações aprovadas de TIS, com percentagem calculada em relação ao número total de OES com projetos aprovados	X	X						
		<b>I23</b> Nº de OES envolvidas em operações com resultados atingidos por instrumento de financiamento	X			X		X		
		<b>I25a</b> Investimento social médio envolvido nas operações	X	X						
	<b>FATORES CRÍTICOS</b>									
	<b>F1Rs3</b> Subvenções globais não reembolsáveis versus financiamento baseado em resultados: as primeiras podem persistir generalizadamente	<b>I5e</b> Nº e % de OES inquiridas que afirmam preferir o apoio sob a forma de subvenções globais não reembolsáveis							X	
		<b>I23</b> Nº de OES envolvidas em operações com resultados atingidos por instrumento de financiamento	X							
	<b>F1Rs4</b> Magnitude da falha de mercado no financiamento de OES e do empreendedorismo social: demasiado significativa para a dimensão de intervenção pública programada	<b>I20</b> Volume e média % : (I) de investimento social envolvido por projeto (relativamente às estimativas conhecidas do mercado de investimento social); (II) de investimento municipal	X	X						
		<b>I21</b> Média da: (I) % de investimento social privado no total do financiamento aprovado por área de intervenção	X							

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	MECANISMOS E FATORES CRÍTICOS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO							
			ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS,...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO	
		e do (ii) investimento público municipal								
<b>DIAGRAMA 3: RESULTADOS DE 1º NÍVEL – RESULTADOS DE 2º NÍVEL</b>										
<b>MECANISMOS</b>										
<b>R2s4 A capacitação apoiada induz a adesão de OES ao financiamento baseado em resultados (Parcerias e Títulos)</b>		<b>I35</b> % de OES com projetos de capacitação aprovados, por tipologia de área de capacitação e investimento médio aprovado	X							
		<b>I36</b> % de OES com planos de desenvolvimento aprovados, por tipologia de área de capacitação e investimento médio aprovado	X							
		<b>I37</b> % de abrangidos pela intervenção das OES relativas aos indicadores anteriores, por tipologia de área de capacitação e investimento médio aprovado	X							
		<b>I41a</b> % de OES inquiridas que revelam dificuldades na avaliação dos resultados das suas intervenções					Entrevista OES		X	
		<b>I46</b> % de investimento social ressarcido por via do cumprimento dos resultados em operações TIS face ao total de investimento social comprometido em TIS aprovados	X							
<b>FATORES CRÍTICOS</b>										
<b>F2Rs2</b> Fragilidades do mercado de investimento social		<b>I40</b> Nº e % de empreendedores sociais envolvidos em IIES apoiadas no âmbito da IPIS (evolução anual para o período de implementação)	X							
		<b>I38</b> Evolução do nº de investidores sociais (públicos e privados) e do investimento social no período de vigência da IPIS	X							

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	MECANISMOS E FATORES CRÍTICOS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO						
			ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS,...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO
	F2Rs3 Magnitude da falha de mercado no financiamento de OES e do empreendedorismo social: demasiado significativa para a dimensão de intervenção pública programada	I42 Evolução das necessidades de financiamento de OES por tipologia de OES (total e média por OES) segundo os dados da Conta Satélite da Economia Social		X					
		I50 Evolução das necessidades de financiamento de OES (Conta Satélite da Economia Social)		X					X

Tabela 5 – Matriz de abordagem à QA5

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	MECANISMOS E FATORES CRÍTICOS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO							
			ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS,...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO	
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Perfil da execução física e financeira, incluindo dados da programação, aprovação e execução - dados globais e desagregados;</li> <li>Outros atributos da implementação: dados territorializados, tipologia de promotores, tipologia de beneficiários, áreas de projetos apoiados e públicos-alvo abrangidos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sistematização das realizações, resultados e cumprimento das metas definidas e contratualizadas;</li> <li>Sistematização dos fatores explicativos do perfil da execução, internos à IPIS e de âmbito externo, em particular do contexto da economia social</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Informação adicional de âmbito qualitativo relativa aos resultados alcançados;</li> <li>Explicitação das condições de operacionalização da IPIS com ênfase nos fatores indutores do VAE;</li> <li>Contributos para a interpretação dos resultados alcançados e dos fatores e mecanismos explicativos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Contributos para a análise de mais-valia que os FEEI trazem à IPIS e da importância da abordagem europeia em termos de inovação social;</li> <li>Análise e discussão de áreas de melhoria no quadro de outros exemplos europeus</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Contributos para a interpretação dos resultados alcançados e dos fatores e mecanismos explicativos: contexto externo da economia social, pertinência e adequação da IPIS;</li> <li>Contributos para a análise de mais-valia que os FEEI trazem à IPIS e da importância da abordagem europeia em termos de inovação social</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apreciação da necessidade do apoio à IPIS para a operacionalização dos projetos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Informação adicional de suporte à identificação das realizações e resultados da IPIS baseada na amostra de projetos analisados em profundidade e na relação com os contextos específicos de inserção;</li> <li>Contributos para a análise de mais-valia que os FEEI trazem à IPIS e da importância da abordagem europeia em termos de inovação social</li> </ul>	
<b>Questão com elevada relação com as questões de avaliação anteriores mas que incide sobretudo nas seguintes componentes</b>										
<b>DIAGRAMA 1: ATIVIDADES - REALIZAÇÕES</b>										
<b>MECANISMOS</b>										
<b>QA5. VALOR ACRESCENTADO EUROPEU (VAE)</b> Qual o valor adicional resultante do uso dos FEEI para apoiar os instrumentos de financiamento da Iniciativa PIS, face ao que seria alcançado ao nível da ação Individual do Estado- Membro?  <b>QA5.1.</b> Em que medida a eficácia e a eficiência da intervenção de apoio à modernização e capacitação da administração pública é potenciada pelo facto de ser financiado por FEEI?  <b>QA5.2.</b> Que fatores indutores de VAE estão presentes nesta intervenção?	<b>Rz1</b> A robustez e continuidade do conhecimento refletem-se na estruturação da EMPIS e na concretização de instrumentos de gestão em linha com os beneficiários e destinatários potenciais identificados	<b>I1</b> Evidência de continuidade de pensamento na EMPIS sobre a inovação social designadamente face ao legado da EQUAL								
	<b>Rz2</b> Eficácia do recrutamento de quadros técnicos em termos das competências procuradas	<b>I2a</b> Estrutura comparativa e de competências da estrutura técnica da EMPIS relativamente a outras estruturas técnicas de PO								
	<b>Rz3</b> Sensibilização de autoridades do PT 2020 e das entidades responsáveis pelas políticas públicas sociais, com acautelamento das condições de coerência externa com outros instrumentos de políticas públicas sociais	<b>I3a</b> Evidência de produção legislativa e regulamentar sobre a introdução da abordagem inovação social nas políticas sociais								
		<b>I3b.</b> Evidência de que as MPIS tenham gerado sinergias e desenvolvimentos com projetos/iniciativas já existentes envolvendo entidades públicas e privadas								
	<b>Rz4</b> O apetrechamento técnico-científico da EM permite ajustar a programação à procura potencial,	<b>I2a</b> Estrutura comparativa e de competências da								



QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	MECANISMOS E FATORES CRÍTICOS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO							
			ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS,...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO	
	com a construção associada de competências	estrutura técnica da EMPIS relativamente a outras estruturas técnicas de PO								
		<b>I2b.</b> Nº de elementos da equipa técnica alocados a atividades de gestão financeira			X					
		<b>I2c.</b> Competências-de aprendizagem ou formação específica adquiridas ao longo do processo de implementação			Entrevistas à equipa técnica e equipas AG					
		<b>I2d</b> Nº de elementos da equipa técnica envolvidos na preparação de elementos operativos (avisos, formulários, grelhas de análise e respetivos critérios de admissibilidade,...)			X					
		<b>I2e</b> Nº de procedimentos de gestão financeira e de recursos humanos criados pela estrutura de gestão			Entrevistas à equipa técnica e equipas AG					
<b>FATORES CRÍTICOS</b>										
	<b>Frz2</b> Falha de mercado no financiamento de OES e empreendedorismo social: demasiado significativa para a dimensão de intervenção pública programada	<b>I4a</b> Nº de projetos candidatados por OES e respetivos montantes por instrumento face à programação	X							
		<b>I5c</b> Recursos financeiros alocados ao FIS em % das necessidades líquidas de financiamento de OES	X	X						
		<b>I7</b> Nº e peso de investidores sociais envolvidos em candidaturas em relação a universos globais conhecidos	X	X		X			X	
	<b>Frz3</b> Timings de implementação da programação: sequência lógico-temporal dos instrumentos pode ser comprometida	<b>I9b</b> Nº de meses que mediou entre a publicação do 1º aviso referente ao instrumento capacitação	X		X					

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	MECANISMOS E FATORES CRÍTICOS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO							
			ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS,...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO	
		e a publicação do 1º aviso do FIS Crédito								
		I9c Nº de meses que mediu entre a publicação do 1º aviso referente ao instrumento capacitação e a publicação do 1º aviso do FIS Capital	X			X				
		I9d Evidência recolhida sobre timing ajustado entre a publicação de avisos para a capacitação e avisos				X			X	
<b>DIAGRAMA 4: RESULTADOS DE 2º NÍVEL - IMPACTOS</b>										
<b>MECANISMOS</b>										
	<b>MI1 Incremento das práticas colaborativas</b> no ecossistema de inovação e empreendedorismo social	I53a Resultados de entrevistas qualitativas em matéria de perceção e reconhecimento do ecossistema de inovação e do papel dos FEEI na sua construção					X			X
		I56 Identificação de projetos comuns envolvendo OES e novos Empreendedores Sociais	X	X			X			X
	<b>MI2 Fortalecimento das componentes mais frágeis do ecossistema:</b> OES inovadoras, empresas de consultoria, investidores sociais, empresas interessadas nos princípios e valores da ES	I57 Projetos de <i>Start-up's</i> apoiados de empreendedorismo social com atividade na prestação de serviços às OES	X	X			X			X
		I55a Indicadores das incubadoras de empreendedorismo social relativamente à avaliação de necessidades sociais respondidas pelos projetos das OES					X			
	<b>MI3 Avanços consolidados na redução da falha de mercado</b> do financiamento à IS e ao ES	I54 Evolução do mercado de investimento social		X		X				
		I59 Registo de apoio filantrópico de entidades bancárias à inovação social na perspetiva da responsabilidade social corporativa (análise de relatórios de		X						

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	MECANISMOS E FATORES CRÍTICOS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO							
			ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS,...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO	
		sustentabilidade de instituições bancárias).								
	<b>M14 Demonstração de resultados</b> na abordagem inovadora a determinadas políticas públicas	<b>I60</b> Peso da despesa pública em apoios sociais subordinados à lógica da inovação social relativamente ao orçamento público anual por domínio de política pública após a implementação da IPIS		X						
<b>FATORES CRÍTICOS</b>										
	<b>F11 Efeito pedra no lago:</b> massa crítica de implementação dos instrumentos de programação insuficiente para implicar a generalização de impactos	<b>I63</b> Dimensão total dos apoios MPIS aprovados	X							
	<b>F12 Reduzida expressividade de efeitos de demonstração:</b> deficiências de comunicação de boas práticas	<b>I61</b> Nº de ações de comunicação realizadas com divulgação de boas práticas		X	X					
		<b>I58</b> Identificação de referências ao empreendedorismo e à inovação social na comunicação social			X					
	<b>F13 Ausência de cultura comum de ecossistema</b>	<b>I53b</b> Nº e % de entidades inquiridas que afirmam não se sentir integradas num ecossistema de inovação social							X	
	<b>F14</b> Riscos de que a <b>inércia de formulação e implementação de políticas públicas sociais</b> penalize a avaliação dos projetos contratualizados configurarem novas respostas a problemas sociais	<b>I60</b> Peso da despesa pública em apoios sociais subordinados à lógica da inovação social relativamente ao orçamento público anual por domínio de política pública após a implementação da IPIS		X						
	<b>F15 Continuidade</b> do sistema de subvenções não reembolsáveis sem exigência visível de resultados	<b>I62</b> Rácio Apoios MPIS/Apoios sociais com subvenções não reembolsáveis no POISE		X						

### **3 - MECANISMOS DE CONTROLO DA QUALIDADE**

Tal como era referido no RI, o Sistema de Garantia de Qualidade proposto pela QP visa assegurar que os processos associados à realização do estudo de avaliação e os produtos que dele resultam cumprem os requisitos de qualidade definidos no Anexo II do Caderno de Encargos (Grelha para aferição da qualidade dos relatórios de avaliação) no que diz respeito aos produtos esperados do presente trabalho. Nessa base, a referida grelha constitui o nosso referencial.

Os principais tópicos que estruturam os critérios e questões que orientam a aferição da qualidade dos produtos a elaborar são os seguintes:

- Objeto, contexto, âmbito e objetivos da avaliação
- Conceção e implementação metodológica
- Resposta às QA
- Clareza e concisão da redação

As exigências de garantia da qualidade colocam-se em termos diferenciados consoante o desenvolvimento das diferentes fases do estudo de avaliação e os procedimentos que lhe estão associados. Neste contexto, é indiscutível que o planeamento metodológico de todo o trabalho assume uma forte centralidade.

Foi assim que, em função do entendimento deste trabalho de avaliação como foco numa problemática de inovação (a inovação social), da experiência que construímos no desenvolvimento de trabalhos de avaliação e do entendimento das exigências de qualidade, o Sistema de Garantia de Qualidade do Estudo de Avaliação do PIS é definido com referência aos seguintes pressupostos:

- Garantir a boa execução do **plano metodológico e a adequada operacionalização dos instrumentos previstos**, garantindo a observância dos princípios e orientações técnicas que referenciam as boas práticas nesta matéria;
- Garantir uma **boa coordenação e organização da equipa de avaliação**, assegurando a adequada mobilização da ampla diversidade de competências nela reunidas e o adequado alinhamento da participação de cada um com as tarefas a desenvolver e resultados a obter;
- Garantir o **cumprimento do calendário de execução do plano de trabalhos** e, conseqüentemente, dos produtos previstos, salvaguardando-se o surgimento de problemas que escapem ao controlo da equipa de avaliação;
- Garantir uma **boa articulação com a AG e restantes parceiros envolvidos** no processo de avaliação e seu acompanhamento;
- Garantir que o **cumprimento do plano de resultados** previsto, assegurando que os produtos esperados correspondem ao roteiro de organização dos produtos estabelecido no Anexo I do Caderno de Encargos e aos critérios e questões de aferição da qualidade estabelecidas no Anexo II do Caderno de Encargos;
- Garantir o **respeito pelos princípios de salvaguarda da privacidade das pessoas e confidencialidade da informação** conforme disposto nos quadros que regulamento estas matérias.

A responsabilidade última pela garantia de que estes pressupostos são rigorosamente cumpridos cabe à Coordenação do Estudo, em primeiro lugar, no que será auxiliada por um conjunto de membros da equipa técnica com quem será partilhada a responsabilidade de garantir a qualidade do trabalho a desenvolver.

A experiência de coordenação já alcançada com a elaboração dos Relatórios Inicial e Intermédio permitiu definir o modelo de organização interna através do qual a Coordenação Global do estudo de avaliação interagirá para a referida garantia de qualidade. A tabela seguinte explicita os dois níveis dessa organização interna.

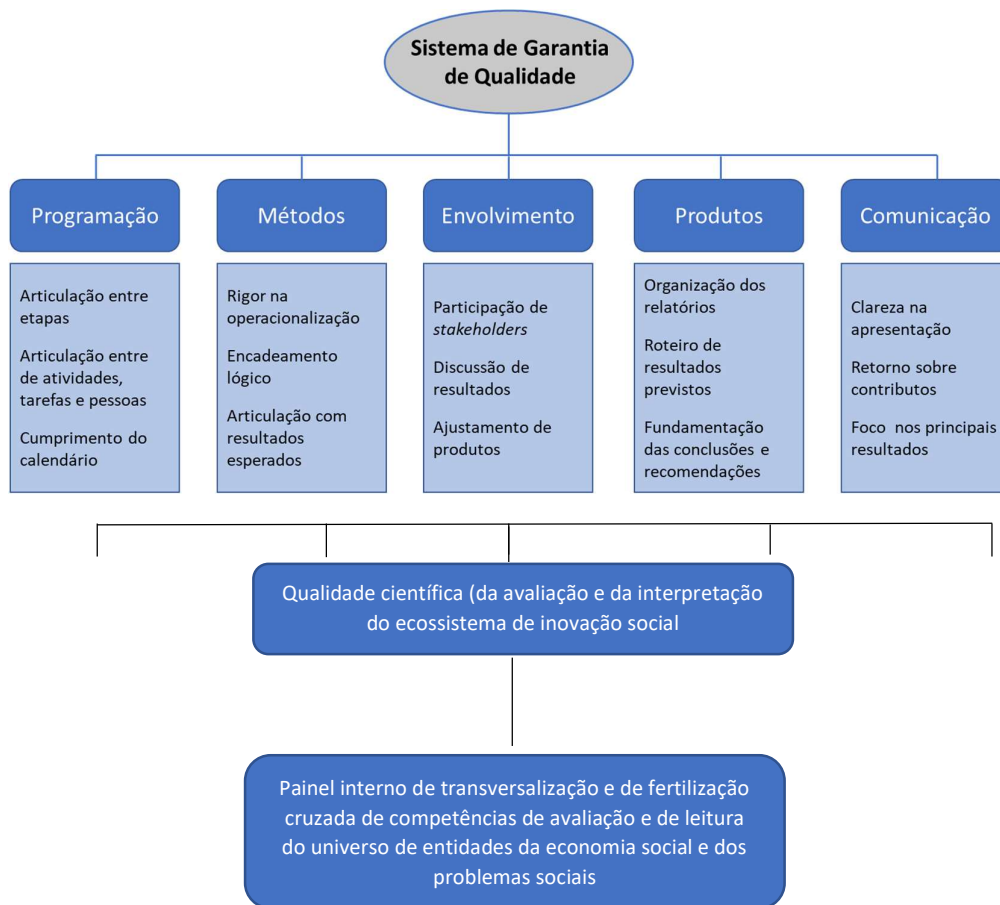
**Tabela 6 - Organização do modelo interno de interação com a Coordenação Global do Estudo para garantir da qualidade do processo de avaliação**

Elementos	Funções a desempenhar
Professor Doutor Américo Mendes	Garantia da qualidade científica: metodologias de avaliação e capacidade de interpretação do ecossistema de inovação social
Equipa interna da Quaternaire Portugal mais diretamente relacionada com as políticas públicas sociais e as entidades que integram o universo da economia social Clara Correia (consultora da QP) Filipa Barreira Leonor Rocha Lurdes Cunha Mariana Rodrigues Pedro Quintela	Painel interno que interagirá com os resultados do estudo de avaliação do ponto de vista da compreensão da realidade do universo das entidades da economia social, independentemente das funções que lhe cabe desenvolver no processo de avaliação (Este painel assegura sobretudo a transversalização e fertilização cruzada de competências de avaliação e de conhecimento do universo da economia social e dos problemas sociais).

Com base neste modelo de funcionamento interno e nas próprias exigências de garantia da qualidade que enquadram a função de controlo, privilegia-se uma abordagem:

- Baseada no **processo**, em alternativa a uma leitura excessivamente centrada no produto que, por ser final, limita a margem par detetar e corrigir desvios;
- **Pró-ativa** de modo a permitir antecipar desvios ao plano, à metodologia e ao calendário que podendo ser precocemente corrigidos evitam os custos de uma atuação sobretudo reativa;
- **Preventiva**, na justa medida em que uma postura mais pró-ativa se alinha melhor com a necessidade de prevenir desvios em vez de os corrigir;
- **Centrada nas pessoas**, ou seja, focada em apoiar e monitorar o seu exercício no contexto do trabalho a desenvolver, em vez de focar a função de controlo na análise dos produtos do seu trabalho.

Em suma, o Sistema de Garantia de Qualidade não se apoia exclusivamente na função de controlo, sobretudo orientada para a correção do erro, mas, antes, numa abordagem submetida à lógica preventiva. O quadro seguinte sintetiza o modelo de operacionalização do Sistema de Garantia de Qualidade, identificando os seus principais domínios de intervenção e algumas das componentes mais relevantes no âmbito de cada domínio.



#### 4 - INDICADORES DA AVALIAÇÃO

Tabela 7 – Indicadores de avaliação

INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO						
	ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS, ...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO
I1 Evidência de continuidade de pensamento na EMPIS sobre a inovação social designadamente face ao legado da EQUAL		X	X	X	FG1 e FG2		
I2a Estrutura comparativa e de competências da estrutura técnica da EMPIS relativamente a outras estruturas técnicas de PO		X	X				
I2b. Nº de elementos da equipa técnica alocados a atividades de gestão financeira			X				
I2c. Competências-de aprendizagem ou formação específica adquiridas ao longo do processo de implementação			Entrevistas à equipa técnica EMPIS e equipas de AG				
I2d Nº de elementos da equipa técnica envolvidos na preparação de elementos operativos (avisos, formulários, grelhas de análise e respetivos critérios de admissibilidade, ...)			X				
I2e Nº de procedimentos de gestão financeira e de recursos humanos criados pela estrutura de gestão			Entrevistas à equipa técnica EMPIS e equipas de AG (gestão operativa)				
I2f % de promotores de operações aprovadas que consideraram avisos e formulários para orientar o desenho do projeto		Análise de procedimentos de gestão operativa em documentação existente sobre a matéria Análise documental de esclarecimentos prestados	Entrevistas à equipa técnica e equipas AG (Gestão operativa) Entrevistas à equipa técnica e equipas AG: de que modo o Sistema de Informação permitiu apoiar as respostas aos pedidos de esclarecimento			% de promotores de operações aprovadas que consideraram avisos e formulários para orientar o desenho do projeto	
I2g % de promotores de operações aprovadas que concordaram com o mérito atribuído		Análise documental de grelhas de análise e de critérios de admissibilidade de projetos	Entrevistas a analistas de mérito de projetos				
I2h % de promotores de operações não aprovadas que compreenderam a não aprovação do projeto		Análise documental de grelhas de análise e de critérios de admissibilidade de projetos	Entrevistas a analistas de mérito de projetos				
I2i Nº de alterações à programação para responder à procura potencial por tipologia de MPIS			Entrevistas à equipa técnica EMPIS e equipas de AG				
I2j Novos processos de organização interna da equipa de gestão induzidos pelo financiamento baseado em resultados		Consulta de elementos de decisão interna da EMPIS e da AG	Entrevistas à estrutura técnica – recolha de evidência de alterações de processos	Entrevistas a OES: recolha de evidência sobre orientações recebidas			



INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO						
	ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS, ...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO
I2I Nº de decisões de gestão focadas na articulação lógico-temporal entre tipologias de MPIS		Consulta de elementos de decisão interna da EMPIS e da AG	Entrevistas à equipa técnica e equipas AG	Entrevistas a OES: evidência sobre o modo como as OES com projetos apoiados viram a articulação lógico-temporal entre medidas			
I3a Evidência de produção legislativa e regulamentar sobre a introdução da abordagem inovação social nas políticas sociais		X	X				
I3b. Evidência de que as MPIS tenham gerado sinergias e desenvolvimentos com projetos/iniciativas já existentes envolvendo entidades públicas e privadas		X	X	Entrevistas OES			
I3c Nº de projetos apoiados que revelam que a procura está em linha com a coerência interna entre tipologias MPIS (exemplo CIS vs PPI e TIS, CIS vs FIS)	Exploração do sistema de informação: instituições apoiadas em diferentes tipologias MPIS		Entrevista EMPIS: de que modo foi implementada a coerência interna entre tipologias de MPIS	Entrevistas a OES: perspectiva sobre a operacionalidade da coerência interna entre medidas			
I4a Nº de projetos candidatados por OES e respetivos montantes por instrumento face à programação	X						
I4b Estrutura de operações aprovadas por classe de mérito atingido, por tipologia de intervenção	X						
I5 Nº de OES inquiridas e % face ao total que afirmam não compreender a abordagem da Inovação social					Complementos FG 3	X	
I5c Recursos financeiros alocados ao FIS em % das necessidades líquidas de financiamento de OES	X	X					
I5d Nº e % de OES inquiridas envolvidas em operações PPI e TIS face ao total que afirmam reconhecer vantagens deste modelo de financiamento face ao modelo de financiamento do Estado						X	
I5d2 Nº e % de OES inquiridas que recorrem a empresas de consultoria que se consideram satisfeitas com a qualidade do serviço prestado				Entrevistas OES sobre a matéria de recurso a empresas de consultoria especializada e sobre a qualidade do serviço prestado		Nº e % de OES inquiridas que recorrem a empresas de consultoria que se consideram satisfeitas com a qualidade do serviço prestado	
I5e Nº e % de OES inquiridas que afirmam preferir o apoio sob a forma de subvenções globais não reembolsáveis						X	
I5f Nº e % de OES inquiridas envolvidas em operações FIS Crédito que afirmam reconhecer vantagens neste modelo de financiamento face ao crédito bancário normal						X	

INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO						
	ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS, ...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO
<b>I6a</b> Nº de OES que apresentaram candidaturas de processos de capacitação, PPI e TIS com envolvimento de entidades facilitadoras	X			X		X	
<b>I6b.</b> Nº de empreendedores sociais (IES) apoiados que apresentam projetos com articulação com o universo de OES	X						
<b>I7</b> Nº e peso de investidores sociais envolvidos em candidaturas em relação a universos globais conhecidos	X	X		X		X	
<b>I7b</b> Evidência recolhida ( <i>focus group</i> ) sobre as motivações que levaram os investidores sociais a aderirem às IPIS	X				FG2		
<b>I8</b> Nº de OES participantes e envolvidas em ações de comunicação, divulgação, disseminação e ativação		X	X			X	
<b>I8b</b> Taxa de participação em ações de comunicação, divulgação, disseminação e ativação dinamizada pela EMPIS						X	
<b>I8c</b> Taxa de contacto com o ativador regional EMPIS						X	
<b>I8d</b> Principais motivos de contacto com o ativador regional EMPIS						X	
<b>I9a</b> Peso em termos de volume de negócio bancário das entidades bancárias com intervenção no FIS Crédito	X	Relatórios Anuais (Sustentabilidade) de entidades bancárias		Complementos de entrevista			
<b>I9b</b> Nº de meses que mediou entre a publicação do 1º aviso referente ao instrumento capacitação e a publicação do 1º aviso do FIS Crédito	X		X				
<b>I9c</b> Nº de meses que mediou entre a publicação do 1º aviso referente ao instrumento capacitação e a publicação do 1º aviso do FIS Capital	X		X				
<b>I9d</b> Evidência recolhida sobre timing ajustado entre a publicação de avisos para a capacitação e avisos para PI e TIS			X			X	
<b>I10</b> Nº de entidades de Capital de Risco e de <i>Business Angels</i> envolvidas no FIS capital	X						
<b>I11a</b> Nº de entidades políticas responsáveis por políticas públicas sociais envolvidas nas MPIS.	X		X				
<b>I11b</b> Investimento aprovado em operações com envolvimento de entidades responsáveis por políticas sociais em % da despesa pública total por política pública		X		X			
<b>I12a.</b> Nº e % de OES apoiadas (por tipologia de OES) com projetos de capacitação aprovados, com percentagem calculada em relação ao total de OES com projetos aprovados nas MPIS	X						
<b>I12b.</b> Nº de OES com operações de capacitação aprovadas em % do universo de OES por tipologia da Conta Satélite	X	X					

INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO						
	ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS, ...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO
I13 Áreas de incidência das necessidades de capacitação presentes nos diagnósticos dos projetos aprovados	X			X		X	
I15 Nº e % de projetos de capacitação que integram alteração do modelo de criação de valor social e de avaliação de impacto da OES	X					X	
I16a Taxa de admissibilidade dos projetos (Projetos elegíveis/Projetos aprovados)	X						
I16b % de projetos com atribuição de mérito máximo	X						
I17 Nº e % de projetos rejeitados por não cumprirem o critério de IIES	X						
I18b Análise qualitativa de amostra de memórias descritivas de projetos aprovados do ponto de vista da justificação feita quanto a problemas sociais abordados (atendendo aos critérios utilizados em cada instrumento)	X						
I18c. Nº e % de projetos concluídos que cumpriram os objetivos contratualizados por (i) área de incidência da política social, (ii) por região NUTS II e (iii) por tipo e massa de população envolvida.	X						
I19 Nº de investidores sociais e tipologia (empresas, fundações, ...) envolvidos em : (I) projetos de capacitação (% do total de investidores) e (II) no conjunto de projetos aprovados nas Parcerias	X			X			
I20 Volume e média % : (I) de investimento social envolvido por projeto (relativamente às estimativas conhecidas do mercado de investimento social); (II) de investimento municipal	X	X					
I21 Média da: (I) % de investimento social privado no total do financiamento aprovado por área de intervenção e do (ii) investimento público municipal	X						
I22a. Nº e % de OES (por tipologia de OES) com participação em operações aprovadas de TIS, com percentagem calculada em relação ao número total de OES com projetos aprovados	X	X					
I23 Nº de OES envolvidas em operações com resultados atingidos por instrumento de financiamento	X						
I25a Investimento social médio envolvido nas operações	X						
I27 Nº de entidades privadas envolvidas em operações de TIS aprovadas por áreas prioritárias de política pública e por projeto	X						
I28a. Nº de entidades bancárias envolvidas em apoios FIS Crédito e quotas de participação		X	X				
I28b. Nº e % de projetos aprovados que cumpriram resultados contratualizados	X						

INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO						
	ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS, ...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO
<b>I29</b> Financiamento aprovado no FIS Crédito /Financiamento solicitado em sede de candidaturas	X						
<b>I30</b> Rácio “Crédito bancário concedido a OES no quadro do FIS Crédito” /Crédito bancário concedido a OES fora do âmbito do FIS/ (por entidade bancária)	Recurso ao sistema de informação para quantificar o crédito bancário concedido via FIS Crédito	Análise documental de Relatórios Anuais de Instituições Bancárias e dos Relatórios de Sustentabilidade que existirem		Entrevistas a instituições bancárias para avaliar o realismo do indicador construído			
<b>I31c.</b> Nº de projetos de IIES apoiados e concluídos que cumpriram resultados contratualizados	X						
<b>I32</b> Peso relativo do investimento de IIES apoiados pelo FIS Capital em relação a valores de necessidades de financiamento líquido disponíveis	X	X					
<b>I34</b> Nº de entidades especializadas de capital de risco e de outros instrumentos de capital envolvidas em cofinanciamento de IIES aprovadas	X						
<b>I35</b> % de OES com projetos de capacitação aprovados, por tipologia de área de capacitação e investimento médio aprovado	X						
<b>I36</b> % de OES com planos de desenvolvimento aprovados, por tipologia de área de capacitação e investimento médio aprovado	X						
<b>I37</b> % de abrangidos pela intervenção das OES relativas aos indicadores anteriores, por tipologia de área de capacitação e investimento médio aprovado	X						
<b>I37b</b> % de OES com projetos de capacitação aprovados que têm PPI ou TIS aprovados	X						
<b>I37c</b> Nº de entidades públicas entrevistadas que revelaram abertura à incorporação da abordagem da inovação social	X			X			
<b>I38</b> Evolução do nº de investidores sociais (públicos e privados) e do investimento social no período de vigência da IPIS	X						
<b>I38a</b> Dimensões reveladas por OES inquiridas e entrevistadas e a outras entidades (por exemplo, núcleos Redes Sociais) que com estas articulam segundo as quais os processos de capacitação em que intervieram se traduziram por uma resposta da instituição mais eficaz e eficiente aos problemas sociais							
<b>I38b</b> Evidência junto dos investidores sociais sobre alargamento de práticas de responsabilidade social e outros projetos sociais a partir da experiência IPIS				X			
<b>I38c</b> Evidências recolhidas por análise documental e entrevistas sobre evolução das menções de projetos de inovação social na comunicação social		X		X			

INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO						
	ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS, ...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO
<b>I38d</b> Nº de projetos apoiados pelo POISE que integram dimensões de inovação social e que não foram apoiados pela IPIS	Mobilização da base de informação do POISE para identificar projetos que satisfaçam o indicador I38d		Entrevistas à EMPIS e AG POISE: a dimensão da replicabilidade dos projetos apoiados e suscetibilidade de contexto de aplicação	Entrevistas a OES: dimensão de replicabilidade dos projetos apoiados e suscetibilidade de contexto de aplicação		Nº de promotores de operações aprovadas que consideram o seu projeto replicável noutro contexto	
<b>I39</b> Nº e % de entidades financeiras envolvidas na implementação do FIS Capital	X						
<b>I40</b> Nº e % de empreendedores sociais envolvidos em IIES apoiadas no âmbito da IPIS (evolução anual para o período de implementação)	X						
<b>I41</b> Evolução do número de IIES configurando serviços de assistência técnica e consultadoria a OES e média anual de investimento aprovado por IIES	X			X			
<b>I41a</b> % de OES inquiridas que revelam dificuldades na avaliação dos resultados das suas intervenções				Entrevistas OES		X	
<b>I42</b> Evolução das necessidades de financiamento de OES por tipologia de OES (total e média por OES) segundo os dados da Conta Satélite da Economia Social		X					
<b>I43a</b> Nº e % de entidades bancárias entrevistadas que confirmaram ter registado melhorias de gestão e organização nas OES que apresentaram pedidos de crédito				X			
<b>I43b</b> Idem Fundos de capital de risco e outras instituições financeiras especializadas em instrumentos de capital relativamente a promotores de IES				X			
<b>I44</b> Nº e % de entidades bancárias entrevistadas que confirmaram ter desenvolvido processos de segmentação de produtos destinados às OES				X			
<b>I45</b> Idem Fundos de Capital de risco e outras instituições financeiras especializadas em instrumentos de capital relativamente a promotores de IES				X			
<b>I46</b> % de investimento social ressarcido por via do cumprimento dos resultados em operações TIS face ao total de investimento social comprometido em TIS aprovados	X						
<b>I47</b> % de despesa pública por setor de intervenção social que apoia ações e projetos segundo uma lógica de inovação social antes e depois da implementação da IPIS		X					X
<b>I49</b> Evidência recolhida, junto das redes sociais, relativamente à articulação e complementaridade dos projetos IPIS com outros projetos sociais e respetiva resposta necessidades dos territórios							X

INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO						
	ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS, ...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO
I50 Evolução das necessidades de financiamento de OES (Conta Satélite da Economia Social)		X					X
I51 Nº de incubadoras especializadas em empreendedorismo social criadas após o início de atividade da EMPIS		X	X	X			
I52 Evolução do nº de projetos de empreendedorismo social incubados em instituições especializadas		X	X	X			
I53a Resultados de entrevistas qualitativas (Estudos de Caso) em matéria de perceção e reconhecimento do ecossistema de inovação e do papel dos FEEI na sua construção				X			X
I53b Nº e % de entidades inquiridas que afirmam não se sentir integradas num ecossistema de inovação social						X	
I54 Evolução do mercado de investimento social		X Designadamente relatórios de atividade de investidores sociais	X	Perspetivas de avaliação dos investidores sociais entrevistados quanto à evolução do mercado			
I55a Indicadores das incubadoras de empreendedorismo social relativamente à avaliação de necessidades sociais respondidas pelos projetos das OES				X			
I56 Identificação de projetos comuns envolvendo OES e novos Empreendedores Sociais	X	X		X			X
I57 Projetos de <i>Start-up's</i> apoiados de empreendedorismo social com atividade na prestação de serviços às OES	X	X		X			X
I57b Nº e % de OES inquiridas que recorrem a empresas prestadoras de serviços				Entrevistas a OES sobre o modo como recorrem ou não a consultoria especializada		Nº e % de OES inquiridas que declaram recorrer normalmente a empresas de consultoria especializada Idem que o fizeram para a preparação da operação aprovada	
I58 Identificação de referências ao empreendedorismo e à inovação social na comunicação social		X					
I59 Registo de apoio filantrópico de entidades bancárias à inovação social na perspetiva da responsabilidade social corporativa (análise de relatórios de sustentabilidade de instituições bancárias).		X					
I60 Peso da despesa pública em apoios sociais subordinados à lógica da inovação social relativamente ao orçamento público anual por		X					

INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO						
	ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAL	ENTREVISTAS EMPIS, AG POISE, PO ALGARVE, LISBOA E COMPETE 2020	ENTREVISTAS ATORES SETOR SOCIAL, PERITOS, INVESTIDORES SOCIAIS, ENTIDADES BANCÁRIAS, ...	FOCUS GROUP	INQUÉRITO	ESTUDOS DE CASO
domínio de política pública após a implementação da IPIS							
I61 Nº de ações de comunicação realizadas com divulgação de boas práticas		X					
I62 Rácio Apoios MPIS/Apoios sociais com subvenções não reembolsáveis no PO ISE		X					
I63 Dimensão total dos apoios MPIS aprovados	X						

## 5- GUIÕES DE ENTREVISTAS

### 5.1. Guião entrevista EMPIS /AG

- A experiência EQUAL foi relevante e aportou conhecimentos relativos à inovação social para a conceção da EMPIS?
- O investimento conceptual feito em Portugal sobre a inovação social teve impacto na conceção da EMPIS? Foi fácil essa transposição?
- A participação de OES em ações de sensibilização e comunicação foi expressiva? É possível quantificar?
- Como avaliam a recetividade das OES em geral à abordagem da inovação social? Essa recetividade é segmentável por tipologia de OES ou responde mais a questões de modelo e capacidade de organização interna?
- A existir um desses dois tipos de segmentação ela foi explorada na divulgação das MPIS?
- Descrição da estrutura técnica da EMPIS (nº de elementos) e respetivas competências técnicas, fazendo a diferenciação de elementos ligados à gestão financeira e elementos ligados à gestão operativa. Comparação face a outras AG.
- Quais os principais procedimentos de gestão financeira que foram implementados ao longo do processo de implementação? E de gestão operativa?
- Existiram alterações à programação de forma a responder à procura potencial? Como foi avaliada essa procura potencial?
- Existiram alterações legislativas e regulamentares para a introdução da abordagem da inovação nas políticas públicas? Nº de entidades políticas responsáveis por políticas públicas sociais envolvidas nas MPIS?
- Existem evidências que as medidas da Portugal Inovação Social tenham incrementado sinergias entre entidades públicas e privadas na geração e desenvolvimento de projetos?
- Consideram que o *timing* de implementação das diversas medidas revelou-se ajustado? É possível saber o nº de meses que mediou entre a publicação do 1º aviso referente ao instrumento capacitação e a publicação do 1º aviso do FIS Crédito? E entre a publicação do 1º aviso referente ao instrumento capacitação e a publicação do 1º aviso do FIS Capital?
- Quais as entidades bancárias envolvidas em apoios FIS Crédito? E quais as quotas de participação?
- Qual o nº de incubadoras especializadas em empreendedorismo social criadas após o início de atividade da EMPIS?
- Como avaliam a evolução do mercado de investimento social? Que fontes de informação devem ser utilizadas para a sua quantificação?
- Que interpretação fazem dos resultados ao até momento? Identificam desvios relevantes face à programação? Que expectativas têm de evolução dos resultados no curto e médio prazo?
- Atendendo a que a data de reporte da avaliação é 30.06.2021, que implicações relevantes podem ser associadas à pandemia para contextualizar os resultados?
- Consideram que existem áreas de melhoria e necessidades de revisão e reprogramação em função da evolução prospetivada dos fatores contextuais de âmbito externo?



## 5.2. Guião de entrevista a elementos do *staff* técnico da EMPIS e de AG de POR com programação de MPIS

- Que utilidade e efeitos práticos atribuem aos cursos frequentados para apoiar a melhoria do exercício de funções;
- Em que matérias foram os cursos frequentados? Gestão Financeira? Gestão de Recursos Humanos? Matérias de gestão operativa?
- Número de cursos frequentados?
- Como avaliam a transferibilidade dos conhecimentos adquiridos na formação para os ambientes de inovação social?
- Podem-nos fornecer evidências concretas de montagem de procedimentos para monitorizar a procura dos apoios das MPIS?
- Que avaliação fazem da implementação e da resposta da procura aos instrumentos MPIS mais inovadores (Parcerias, Títulos e FIS)?
- **Em matéria de análise de mérito:** podem fornecer evidências de problemas de operacionalização das orientações disponíveis para a avaliação de projetos.

## 5.3. Guião de entrevista Atores do setor social/Peritos/Entidades Bancárias/...

### Segmentação proposta

#### **A. Peritos e investigadores**

- A experiência EQUAL foi relevante e aportou conhecimentos relativos à inovação social para a conceção da IPIS? Que outras experiências e investimento conceptual influenciaram a conceção da EMPIS?
- Consideram que a conceptualização do empreendedorismo social e das modalidades de financiamento dos *start-up's* sociais foi devidamente integrada na programação da IPIS?
- Com base no conhecimento que têm do setor social em geral e da sua complexidade de tipologias e estatutos, como é que avaliam a receptividade do setor à abordagem da inovação social?
- Consideram que o recurso a consultoria especializada e assistência técnica é significativo no setor das OES? Qual será a evolução do nº de IIES que configuram serviços de assistência técnica e consultoria a OES? Que investimento médio anual representam?
- Consideram apropriada a coexistência de modalidades de apoio às OES sob a forma de subvenções não reembolsáveis, sujeitas ou não a resultados, e de instrumentos financeiros?
- Em função do vosso conhecimento da divulgação de resultados das MPIS, como é que avaliam os resultados alcançados até ao momento pelas MPIS face aos instrumentos disponíveis e problemas sociais visados e às vossas expectativas?
- Têm conhecimento de projetos comuns envolvendo OES e novos Empreendedores Sociais? E de Projetos de *Start-up's* apoiados de empreendedorismo social com atividade na prestação de serviços às OES?

#### **B. Investidores sociais e instituições com atividades de filantropia na economia social**

- Como avaliam a evolução do mercado de investimento social? Qual foi o papel dos FEEI nesta evolução? Teria evoluído ao mesmo ritmo sem o concurso dos FEEI?

- Existem evidências relativamente ao alargamento de práticas de responsabilidade social e outros projetos sociais a partir da experiência IPIS?
- Têm conhecimento de projetos comuns envolvendo OES e novos Empreendedores Sociais? E de Projetos de *Start-up's* apoiados de empreendedorismo social com atividade na prestação de serviços às OES?
- Qual o nº de incubadoras especializadas em empreendedorismo social criadas após o início de atividade da EMPIS? Tem existido uma evolução do nº de projetos em instituições especializadas? As incubadoras têm sido capazes de identificar as necessidades das OES?
- Como avaliam o acompanhamento da comunicação social às práticas e projetos de inovação social: existe uma evolução positiva nas menções? Quais os principais fatores explicativos?
- Da vossa experiência como investidores, que avaliação fazem das melhorias organizacionais nas OES que o investimento social está a gerar?

**C. Entidades bancárias**

- Como é que tem evoluído a segmentação do negócio bancário dirigido às OES? Existe ou as OES com melhor organização e capacidade financeira são tratadas como bons clientes bancários sem segmentação?
- Se aderiram ao FIS Crédito qual é a relação aproximada entre o montante de crédito bancário concedido a OES no quadro do FIS Crédito e o crédito bancário concedido fora do âmbito FIS?
- Consideram que existem melhorias de gestão e organização nas OES que apresentaram pedidos de crédito? (entidades bancárias);
- Que avaliação fazem da aplicação do FIS Crédito? Tal como está formulado corresponde às vossas expectativas?

**5.4. Guião entrevista OES (informação complementar ao inquérito, de natureza mais qualitativa com o objetivo de melhorar a interpretação dos resultados do inquérito)**

- Que aspetos mais positivos para a formatação dos projetos aprovados associa à e interação com a EMPIS?
- Se participou em ações de sensibilização e comunicação da IPIS pode descrever de que modo essas ações influenciaram a formatação do projeto?
- Se participou em algum processo de capacitação, considera que o projeto apoiado conseguiu responder às suas necessidades de capacitação?
- Se participou num projeto de PPI ou TIS essa participação foi induzida pelo convite de algum investidor social ou resultou da sua própria iniciativa de aproveitar a oportunidade aberta pela IPIS?
- Como classifica a sua relação e interação com investidores sociais do seu projeto? Que mais valias aportou? Quer especificar alguns aspetos concretos em que a relação com os investidores sociais foi vantajosa?
- Como avalia as perspetivas de aplicação da abordagem Inovação Social às OES? Se as MPIS continuarem no PT 2030 pensa candidatar-se de novo?
- Quais as principais dificuldades na medição e avaliação de resultados do seu projeto?
- Tem alguns aspetos de melhoria da IPIS que gostasse de ver concretizada para o futuro?
- Considera que a abordagem da inovação social responde aos problemas sociais existentes?

## 6 - GUIÕES DOS FOCUS GROUP

### 6.1. FOCUS GROUP 1

#### 1. Breve apresentação da avaliação

#### 2. Condições de funcionamento

O FG desenvolver-se-á através de uma reunião de discussão com duração de 2 horas e 40 minutos, de natureza presencial ou em *webinar*, em função do estado pandémico do País ou da Região no momento da sua realização. A sessão é iniciada pela equipa de avaliação que apresenta os objetivos da sessão e os temas em discussão. Cada tema dá origem a uma síntese formalizada pela equipa de avaliação, que é suscetível de comentário por parte dos participantes.

O esquema da sessão é o seguinte:

- Apresentação – 10 minutos;
- Tema 1- 40 minutos; Síntese do tema – 10 minutos
- Tema 2 – 40 minutos; Síntese do tema – 10 minutos
- Tema 3 – 40 minutos; Síntese do tema – 10 minutos

#### 3. Objetivos gerais

O FG tem por objetivo proporcionar à equipa de avaliação, em função do conhecimento, experiência e mundividência dos peritos em inovação social, elementos qualitativos que integrem e completem o processo multi-método e multi-fonte de informação em torno do qual a avaliação é organizada.

#### 4. Objetivos específicos

O FG visa dar respostas em três temas específicos:

- **Tema 1:** A IPIS reflete plenamente o conhecimento existente em Portugal sobre Inovação Social? Os resultados alcançados estão em linha com esse conhecimento?
- **Tema 2** - A operacionalização das MPIS esteve à altura do conhecimento existente? As tipologias de MPIS consideradas pela IPIS traduzem todas as valias da abordagem da inovação social; De acordo com o vosso conhecimento, os instrumentos do FIS Crédito e do FIS Capital tal como são aplicados pela IPIS são coerentes com os instrumentos de capacitação, de parcerias para o impacto e de títulos de impacto social?
- **Tema 3** - Recomendações podem formular para uma eventual reedição da IPIS na programação PT2030?

#### 5. Relatório de Focus-Group

A equipa de avaliação redigirá um relatório do Focus Group que será distribuído aos participantes para validação e eventual correção de algumas interpretações.

### 6.2. FOCUS GROUP 2

#### 1. Breve apresentação da avaliação

#### 2. Condições de funcionamento

O FG desenvolver-se-á através de uma reunião de discussão com duração de 2 horas e 40 minutos, de natureza presencial ou em *webinar*, em função do estado pandémico do País ou da Região no momento da sua realização. A sessão é iniciada pela equipa de avaliação que apresenta os objetivos da sessão e os temas em discussão. Cada tema dá origem a uma síntese formalizada pela equipa de avaliação, que é suscetível de comentário por parte dos participantes.

O esquema da sessão é o seguinte:

- Apresentação – 10 minutos;
- Tema 1- 40 minutos; Síntese do tema – 10 minutos

- Tema 2 – 40 minutos; Síntese do tema – 10 minutos
- Tema 3 – 40 minutos; Síntese do tema – 10 minutos

### 3. Objetivos gerais

O FG tem por objetivo proporcionar à equipa de avaliação elementos qualitativos e quantitativos sobre o mercado de investimento social e o seu papel central na dinamização da abordagem da inovação social.

A informação documental sobre o mercado e as práticas de investimento social é ainda reduzida pelo que a auscultação dos principais protagonistas nesse mercado é crucial para robustecer a avaliação e contextualizar a interpretação dos resultados em matéria de Parcerias para o Impacto e Títulos de Impacto Social.

### 4. Objetivos específicos

O FG visa dar respostas em três temas específicos:

- **Tema 1:** O potencial de mercado de investimento foi devidamente avaliado pela IPIS? Nessa medida, os resultados já alcançados correspondem ao esperado?
- **Tema 2** – Tal como foram operacionalizados, os instrumentos Parcerias e Títulos são suficientes para estimular o mercado de investimento social? Que articulação pode ser antecipada com os apoios do FIS?
- **Tema 3** – Recomendações sobre como estimular a adesão dos investidores sociais e alargar o mercado de investimento social.

### 5. Relatório de Focus-Group

A equipa de avaliação redigirá um relatório do Focus Group que será distribuído aos participantes para validação e eventual correção de algumas interpretações.

## 6.3. FOCUS GROUP 3

### 1. Breve apresentação da avaliação

### 2. Condições de funcionamento

O FG desenvolver-se-á através de uma reunião de discussão com duração de 2 horas e 40 minutos, de natureza presencial ou em *webinar*, em função do estado pandémico do País ou da Região no momento da sua realização. A sessão é iniciada pela equipa de avaliação que apresenta os objetivos da sessão e os temas em discussão. Cada tema dá origem a uma síntese formalizada pela equipa de avaliação, que é suscetível de comentário por parte dos participantes.

O esquema da sessão é o seguinte:

- Apresentação – 10 minutos;
- Tema 1- 40 minutos; Síntese do tema – 10 minutos
- Tema 2 – 40 minutos; Síntese do tema – 10 minutos
- Tema 3 – 40 minutos; Síntese do tema – 10 minutos

### 3. Objetivos gerais

O FG tem por objetivo explorar a diversidade de tipologias de OES presentes na discussão para qualitativamente discutir fundamentalmente o alcance da abordagem social relativamente a duas questões centrais – as necessidades de capacitação, reorganização e financiamento das OES e a emergência de novas tipologias de problemas sociais.

### 4. Objetivos específicos

O FG visa dar respostas em três temas específicos:

- **Tema 1:** A segmentação e especificidades dos problemas enfrentados pelas OES estão suficientemente cobertas pela IPIS e MPIS apoiadas? Os resultados já alcançados refletem essa (in)adequação?
- **Tema 2** – O modo como as MPIS foram operacionalizadas pela programação

favoreceu o acesso das OES às diferentes tipologias de apoios? No caso particular do FIS Crédito, ele pode influenciar o modo como o sistema bancário aborda as OES?

- **Tema 3** - Recomendações sobre como melhorar a resposta da IPIS aos diferentes tipos de OES e problemas associados

#### 5. Relatório de Focus-Group

A equipa de avaliação redigirá um relatório do Focus Group que será distribuído aos participantes para validação e eventual correção de algumas interpretações.

### 6.4. FOCUS GROUP 4

#### 1. Breve apresentação da avaliação

#### 2. Condições de funcionamento

O FG desenvolver-se-á através de uma reunião de discussão com duração de 2 horas e 40 minutos, de natureza presencial ou em *webinar*, em função do estado pandémico do País ou da Região no momento da sua realização. A sessão é iniciada pela equipa de avaliação que apresenta os objetivos da sessão e os temas em discussão. Cada tema dá origem a uma síntese formalizada pela equipa de avaliação, que é suscetível de comentário por parte dos participantes.

O esquema da sessão é o seguinte:

- Apresentação – 10 minutos;
- Tema 1- 40 minutos; Síntese do tema – 10 minutos
- Tema 2 – 40 minutos; Síntese do tema – 10 minutos
- Tema 3 – 40 minutos; Síntese do tema – 10 minutos

#### 3. Objetivos gerais

O FG tem por objetivo replicar em termos de discussão o ambiente do empreendedorismo social composto por empreendedores propriamente ditos e incubadoras especializadas e as suas principais modalidades de financiamento em função do ciclo de vida dos projetos.

#### 4. Objetivos específicos

O FG visa dar respostas em três temas específicos:

- **Tema 1:** A IPIS cobre suficientemente as necessidades de financiamento do empreendedorismo social, incluindo o papel que estaria reservado às incubadoras? Está essa cobertura de necessidades representada nos resultados alcançados?
- **Tema 2** – Como avaliam o alcance do FIS Capital? Justificar-se-iam instrumentos dedicados às incubadoras sociais para promoção do empreendedorismo social?
- **Tema 3** - Recomendações sobre a melhoria da capacidade de resposta da IPIS em matéria de apoio ao empreendedorismo social e incubadoras sociais.

#### 5. Relatório de Focus-Group

A equipa de avaliação redigirá um relatório do Focus Group que será distribuído aos participantes para validação e eventual correção de algumas interpretações.

## **7 - GUIÕES DE ENTREVISTAS NO ÂMBITO DOS ESTUDOS DE CASO**

### **A. OES promotoras de operações aprovadas**

- Atividade desenvolvida;
- Problemas sociais dominantes a que a instituição responde;
- Instrumentos de política pública a que recorre;
- Principais entidades do ecossistema de inovação e empreendedorismo social com que se relaciona (selecione as três entidades mais importantes);
- Peso relativo dos apoios recebidos no quadro da IPIS face ao quadro geral de apoios públicos;
- Se recebeu apoio na área da capacitação, que necessidades foram consideradas essenciais no projeto apresentado;
- Se participou em algum projeto aprovado de PI ou TIS como chegou ao conhecimento dos investidores sociais? Por iniciativa própria? \_\_\_\_; Foram contactados pelos investidores sociais? \_\_\_\_\_
- Qual o papel da autarquia do município em que se localiza?
- Recorrem regularmente a empresas de consultadoria na área social?
- Financiamento bancário a que recorre normalmente: Apoio a tesouraria? \_\_\_\_; Apoio a projetos concretos? \_\_\_\_;
- Reconhece importância da abordagem da inovação social? Em áreas mais tradicionais da política social? Ou em problemas sociais de nova geração ou emergentes?
- Que complementaridade existe com outros instrumentos de política pública?
- Considera que a abordagem da inovação pode transformar-se dominante do ponto de vista do ponto de vista das OES? Sim ou Não? Razões.

### **B. Investidores sociais envolvidos nas operações aprovadas**

- Principais entidades do ecossistema de inovação e empreendedorismo social com que se relaciona (selecione as três entidades mais importantes);
- O papel do investimento social pode estender-se a todas as tipologias de problemas sociais ou apenas a tipologias particulares?
- Principais problemas organizacionais das OES com que trabalham;
- Que margens de alargamento do mercado de investimento social consideram existirem no território a que corresponde a inserção da vossa atividade?

### **C. Agentes/animadores sociais**

- Descrição de atividade desenvolvida;
- Com que tipo de OES trabalham regularmente?
- Face à vossa experiência de trabalho como caracterizam a receptividade das OES locais à abordagem da inovação social?
- Consideram que trabalham num ecossistema de inovação e empreendedorismo social? Que principais relações de interdependência e cooperação identificam instituições nele representadas?
- Colaboram regularmente com empreendedores sociais?
- Têm notícia de relações de trabalho e cooperação entre empreendedores sociais e OES?
- Como classificação a relação existente entre as MPIS promovidas pela IPIS e os restantes instrumentos de política pública social? Complementaridade? Concorrência?

Sobreposição?

**D. Empreendedores Sociais**

- Como caracterizam o estado da arte do empreendedorismo social no território em que se inserem? Pontual? Emergente? Instalado?
- Que tipo de respostas a problemas sociais configuram os projetos de empreendedorismo social? A todos os problemas? Apenas aos emergentes?
- Consideram que a atividade de empreendedorismo social que desenvolvem se inscreve numa lógica de ecossistema de inovação e empreendedorismo social?
- Se a resposta for afirmativa, indique as três entidades mais representativas desse ecossistema com que se relacionam;
- Qual o papel das incubadoras sociais na promoção do empreendedorismo social no território em que se inserem?
- Recorreu a uma incubadora em alguma fase de desenvolvimento do seu projeto?
- Que serviços de apoio ao empreendedorismo social reconhece estarem em falta no território em questão?

## **8 – GUIÃO ANALÍTICO DA ELABORAÇÃO DO ESTUDO DE CASO**

### ***A realizar antes da condução do trabalho de terreno***

1. Análise documental sobre as operações aprovadas cujos promotores irão ser entrevistados; dados do sistema de informação e análise de memórias descritivas de projetos, de análises de mérito e de eventuais relatórios de execução;
2. Análise estatística e documental sobre os territórios em que a existência de ecossistemas de inovação e empreendedorismo social irá ser analisada.

### ***A realizar com a condução do trabalho de entrevistas***

3. Mapeamento de instituições suscetíveis de integrar uma lógica de ecossistema de inovação e empreendedorismo social;
4. Avaliação do modelo e intensidade de relacionamento entre as entidades identificadas do ecossistema;
5. Identificação de debilidades e dimensões em falta;
6. Contextualização dos resultados alcançados pelos projetos considerados no EC à luz das características identificadas do ecossistema;
7. Avaliação do modo como os apoios das MPIS se articulam com a intervenção social pública, central, regional e local observada no território em estudo

### ***Síntese final***

1. Análise comparativa dos dois EC
2. Mapeamento dos resultados suscetíveis de ser extraídos para as questões de avaliação



**9 – INQUÉRITO A ENTIDADES IMPLEMENTADORAS DE PROJETOS**

**1. Caracterização Genérica**

**C1. Instrumento de financiamento do Projeto Aprovado:**

a) Capacitação para o investimento social	(1)
b) Parcerias para o Impacto	(2)
c) Títulos de Impacto Social	(3)
d) FIS Crédito	(4)
e) FIS Capital	(5)

**C2. Tipo de entidades:**

a) Associação	(1)
b) Fundação	(2)
c) Cooperativa	(3)
d) Misericórdia	(4)
e) Empresa	(5)
f) Centro Social Paroquial	(6)
g) Instituições de Ensino Superior	(7)
h) Instituto de Organização Religiosa	(8)
i) Associação Mutualista	(9)
j) Outro. Qual? _____	(10)

**C3. Concelho onde se localiza a entidade?** \_\_\_\_\_

**C4. Indique, por favor, qual a sua função?**

a) Diretor da entidade	(1)
b) Responsável pelo projeto aprovado	(2)
c) Responsável financeiro pelo projeto aprovado	(3)
d) Outro. Qual? _____	(4)

**2. Motivações/ Necessidades candidatura**

**P1. Na sua opinião e no que se refere à abordagem da Inovação Social diria que:**

a) É bastante claro para mim o que significa	(1)
b) É claro para mim o que significa	(2)
c) Não é totalmente claro para mim o que significa	(3)
d) Não é nada claro para mim o que significa	(4)

**P1.1. Porque não é claro para si o que se entende por abordagem da Inovação Social?  
(apenas de P1=3 ou P1=4)**

\_\_\_\_\_

**P2. Que necessidades internas justificaram a candidatura aos apoios das Medidas de Promoção da Inovação Social? (pode selecionar mais do que uma opção)**

a) Necessidades de capacitação das organizações	(1)
b) Necessidade de ampliar a escala de ação da organização	(1)
c) Possibilidade de desenvolver um projeto com resultados sociais num determinado domínio para públicos-alvo específicos	(1)
d) Resultado de assessoria técnica	(1)
e) Necessidades de financiamento não satisfeitas em mercado	(1)
f) Ausência de financiamento especializado para projetos de empreendedorismo social	(1)
g) Necessidade de replicação do projeto a outras regiões	(1)
h) Outro. Qual? _____	(1)

**P3. A candidatura elaborada ao Portugal Inovação Social foi realizada pela própria entidade?**

e) Sim	(1)
f) Sim, em parte, existiu assessoria de uma consultora especializada	(2)
g) Sim, com recurso aos serviços de incubadoras de inovação Social	(3)
h) Não, recorremos a uma consultora especializada	(5)
i) Outro. Qual? _____	(5)

**P4. Quais foram as intervenções de capacitação selecionadas? (apenas de C1=1)**

a) Modelo de criação de valor	(1)
b) Avaliação de impacto	(1)
c) Estratégias, parcerias e crescimento	(1)
d) Marketing, comunicação e angariação de fundos	(1)
e) Estrutura, governação, lideranças e recursos humanos	(1)
f) Gestão financeira, controlo e risco	(1)
g) Gestão de operações e tecnologia de informação	(1)
h) Outros. Quais? _____	(1)

**P5. Em que medida concorda ou discorda com a seguinte afirmação: (apenas de C1=1)**

	Concordo totalmente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
a) A instituição foi capaz de dar uma resposta mais eficaz e eficiente aos problemas sociais identificados por via dos processos de capacitação em que interveio.	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)

**P6. Que vantagens identifica neste modelo de financiamento comparativamente com o modelo de financiamento pelo Estado (por exemplos acordos de cooperação)? (pode assinalar mais do que uma opção) (apenas C1 =2 ou C1=3)**

a) Mais inovador	(1)
b) Mais estável	(1)
c) Mais eficaz	(1)
d) Mais duradouro	(1)
e) Outros. Quais? _____	(1)

**P7. De que forma se concretizou o envolvimento de investidores sociais? (apenas C1 >1 )**

f) Foi a entidade que por iniciativa própria procurou essa parceria	(1)
g) Foi um investidor social que lançou o desafio à entidade	(2)
h) Outro. Qual? _____	(3)

**P8. Em que medida concorda ou discorda com as seguintes afirmações? (apenas FIS – C1=4)**

	Concordo totalmente	Concordo em parte	Discordo em parte	Discordo totalmente	NS/NR
a) Foi fácil aceder ao FIS Crédito	(1)	(2)	(3)	(4)	(99)
b) A aprovação do financiamento foi célere	(1)	(2)	(3)	(4)	(99)
c) As condições associadas ao empréstimo (período de carência, taxas de juro...) são mais vantajosas quando comparadas com o crédito bancário normal	(1)	(2)	(3)	(4)	(99)
d) As condições associadas ao empréstimo estão adaptadas às necessidades da entidade	(1)	(2)	(3)	(4)	(99)
e) A avaliação do pedido de financiamento teve em conta o objeto social da entidade e as suas condições de gestão	(1)	(2)	(3)	(4)	(99)
f) As condições técnicas exigidas pela candidatura são suscetíveis de ser respondidas sem consultoria especializada?	(1)	(2)	(3)	(4)	(99)
g) A resposta obtida faz com que recomende o acesso ao FIS Crédito a outras OES	(1)	(2)	(3)	(4)	(99)

**P9. Que vantagens identifica no FIS Crédito quando comparado com um crédito bancário normal? (ordene por favor por ordem decrescente 3 opções de resposta colocando 1.º, 2.º, 3.º)**

a) Taxas de juro	
b) Períodos de carência	
c) Período de maturidade	
d) Prestação de colaterais	
e) Maior ajustamento às necessidades da entidade	
f) Maior compreensão dos constrangimentos de gestão de OES	
g) Outro. Qual? _____	
h) Nenhuma vantagem	

**P10. Prefere o apoio sob a forma de subvenções globais não reembolsáveis?**

a) Sim	(1)
b) Não	(2)

**P10.1. Porquê?**

---



---

–

### 3. Candidatura

**P11. Participou em alguma ação de comunicação e sensibilização dinamizada pela EMPIS?**

a) Sim	(1)
b) Não	(2)

**P12. Considera que a sua participação foi relevante para o desenvolvimento da candidatura apresentada? (Se P11=1)**

a) Sim	(1)
b) Não	(2)

**P12.1. Pensando na sua participação, em que medida concorda ou discorda com as seguintes informações?**

	Concordo totalmente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
a) A ação permitiu esclarecer dúvidas relativamente aos	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)

**Avaliação das medidas de promoção da Inovação Social – Relatório Final Preliminar**  
**VOLUME II**

instrumentos de financiamento da EMPIS					
b) A ação permitiu esclarecer o conceito de IIES	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
c) A ação permitiu esclarecer dúvida relativamente à apresentação da candidatura	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
d) A ação permitiu esclarecer dúvidas relacionadas com o pagamento das despesas	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)

**P13. Teve algum contacto com o ativador regional EMPIS alocado à sua região?**

a) Sim	(1)
b) Não	(2)

**P13.1. Qual foi o principal motivo do contacto? (se P13=1)**

a) Esclarecimento de dúvidas relativamente à submissão da candidatura	(1)
b) Esclarecimento de dúvidas relativamente aos instrumentos de financiamento	(2)
c) Esclarecimento de questões relacionadas com investidores sociais	(3)
d) Esclarecimento de questões relacionadas com o financiamento das entidades bancárias	(4)
e) Esclarecimento de questões relacionadas com o envolvimento de Business Angels e entidades de Capital de Risco	(5)
f) Outras. Quais? _____	(6)

**P13.2 Na sua opinião qual a importância que têm a existência de um ativador regional EMPIS? (se P13=1)**

a) É muito importante ter acompanhamento de representante/ ativador regional	(1)
b) É importante ter acompanhamento de representante/ ativador regional	(2)
c) É pouco importante ter acompanhamento de representante/ ativador regional	(3)
d) Não é nada importante ter acompanhamento de representante/ ativador regional	(4)

**P14. Como avalia os seguintes aspetos relacionados com os avisos, numa escala que varia entre 1- “Muito insatisfeito” e 5 –“Muito Satisfeito”:**

	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito nem insatisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito	NS/NR
e) Clareza do aviso	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(99)
f) Clareza dos critérios de seleção	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(99)

**Avaliação das medidas de promoção da Inovação Social – Relatório Final Preliminar**  
**VOLUME II**

g) Clareza dos critérios de elegibilidade das operações	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(99)
h) Clareza da informação prestada	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(99)
i) Clareza dos critérios de reembolso da despesa	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(99)
j) O texto dos avisos e formulários permitiu orientar o desenho do projeto	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(99)
k) O tempo entre a publicação de avisos para a capacitação e avisos para PPI e TIS é ajustado	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(99)
l) Adequação da análise do mérito atribuído	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(99)

**4. Resultados**

**P15. Considera que a sua entidade faz parte de um ecossistema de IIES?**

a) Sim	(1)
b) Não	(2)

**P15.1 Porquê?**

---



---

—

**P15.2. Com quantas entidade desenvolveram ou desenvolvem práticas colaborativas? (considere apenas as mais relevantes).**

---

—

**P15.3. Com que tipo de entidade(s) desenvolveram ou desenvolvem práticas colaborativas?**

---

**P15.4. E como caracteriza essas práticas colaborativas?**

---

**P16. Na sua opinião quais são os principais constrangimentos à consolidação de um ecossistema de Iniciativas de Inovação e Empreendedorismo Social (IIES)? (pode assinalar mais do que uma opção)**

a) Limitações do financiamento especializado	(1)
b) Não valorização do papel do empreendedorismo social por parte das políticas públicas	(1)
c) Número insuficiente de incubadoras sociais	(1)

d) Fragilidades de gestão e organização das Organizações da Economia Social	(1)
e) Reduzido número de investidores sociais no mercado	(1)
f) Existência de um elevado número de subvenções não reembolsáveis que não exigem a apresentação de resultados	(1)
g) Reduzida cultura de filantropia em Portugal	(1)
h) Falta de comunicação das boas práticas existentes	(1)
i) Outros. Quais? _____	(1)

**P17. O projeto irá ter continuidade para além do período do apoio?**

a) Sim	(1)
b) Não	(2)

**P17.1. Se não, porquê?**

---

**P18. O projeto já foi ou poderá vir a ser replicado noutra região?**

a) Sim	(1)
b) Não	(2)

**P18.1 Porquê?**

---

**P19. Como avalia os resultados da operação aprovada?**

a) Muito abaixo do previsto (<50%)	(1)
b) Abaixo do previsto	(2)
c) Em linha com o previsto (100%)	(3)
d) Acima do Previsto	(4)
e) Muito acima do previsto (>150%)	(5)
f) Ns/Nr	(99)

**P19.1 Porque razão estão abaixo do previsto? (Se p19=1 ou p19=2)**

---

**P19.2 Que tipo de dificuldades sente quando avalia os resultados da operação aprovada?**

---

**P20. Qual a natureza de intervenção da operação aprovada?**

**Avaliação das medidas de promoção da Inovação Social – Relatório Final Preliminar**  
**VOLUME II**

a) Educação	(1)
b) Emprego	(2)
c) Saúde	(3)
d) Justiça	(4)
e) Combate ao isolamento	(5)
f) Proteção Social	(6)
g) Outra. Qual?	(7)

**P21. Como caracteriza os públicos-alvo da operação aprovada (perfil genérico, dimensão...)?**

---

---

**P22. Que tipo de articulações foram desencadeadas com outras intervenções?**

---

---

**P23. Por fim, o que considera que tenha sido a inovação social introduzida com o projeto aprovado?**

---

---

**Deixe aqui os seus comentários**

**MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO!**



**10 – INQUÉRITO ENTIDADES PROMOTORAS SEM OPERAÇÕES APROVADAS**

**5. Caracterização Genérica**

**C1. Instrumento de financiamento do Projeto Candidatado:**

f) Capacitação para o investimento social	(1)
g) Parcerias para o Impacto	(2)
h) Títulos de Impacto Social	(3)
i) FIS Crédito	(4)
j) FIS Capital	(5)

**C2. Tipo de entidade:**

k) Associação	(1)
l) Fundação	(2)
m) Cooperativa	(3)
n) Misericórdia	(4)
o) Empresa	(5)
p) Centro Social Paroquial	(6)
q) Instituições de Ensino Superior	(7)
r) Instituto de Organização Religiosa	(8)
s) Associação Mutualista	(9)
t) Outro. Qual? _____	(10)

**C3. Concelho onde se localiza a entidade?** \_\_\_\_\_

**C4. Indique, por favor, qual a sua função?**

e) Diretor da entidade	(1)
f) Responsável pelo projeto aprovado	(2)
g) Responsável financeiro pelo projeto aprovado	(3)
h) Outro. Qual? _____	(4)

**6. Motivações/ Necessidades candidatura**

**P1. Na sua opinião e no que se refere à abordagem da Inovação Social diria que:**

j) É bastante claro para mim o que significa	(1)
k) É claro para mim o que significa	(2)
l) Não é totalmente claro para mim o que significa	(3)
m) Não é nada claro para mim o que significa	(4)

**P1.1. Porque não é claro para si o que se entende por abordagem da Inovação Social?  
(apenas de P1=3 ou P1=4)**

\_\_\_\_\_

**P2. Que necessidades internas justificaram a candidatura aos apoios das Medidas de Promoção da Inovação Social? (pode selecionar mais do que uma opção)**

i) Necessidades de capacitação das organizações	(1)
j) Necessidade de ampliar a escala de ação da organização	(1)
k) Possibilidade de desenvolver um projeto com resultados sociais num determinado domínio para públicos-alvo específicos	(1)
l) Resultado de assessoria técnica	(1)
m) Necessidades de financiamento não satisfeitas em mercado	(1)
n) Ausência de financiamento especializado para projetos de empreendedorismo social	(1)
o) Necessidade de replicação do projeto a outras regiões	(1)
p) Outro. Qual? _____	(1)

**P3. A candidatura elaborada ao Portugal Inovação Social foi realizada pela própria entidade?**

a) Sim	(1)
b) Sim, em parte, existiu assessoria de uma consultora especializada	(2)
c) Sim, com recurso aos serviços de incubadoras de inovação Social	(3)
d) Não, recorremos a uma consultora especializada	(5)
e) Outro. Qual? _____	(5)

**P4. Como avalia os seguintes aspetos relacionados com os avisos, numa escala que varia entre 1- “Muito insatisfeito” e 5 –“Muito Satisfeito”:**

	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito nem insatisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito	NS/NR
m) Clareza do aviso	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(99)
n) Clareza dos critérios de seleção	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(99)
o) Clareza dos critérios de elegibilidade das operações	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(99)
p) Clareza da informação prestada	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(99)
q) Clareza dos critérios de reembolso da despesa	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(99)
r) O tempo entre a publicação de avisos para a capacitação e avisos para PPI e TIS é ajustado	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(99)

**P5. Relativamente à não aprovação do projeto diria que:**

a) Compreendi totalmente as razões de não aprovação do projeto	(1)
b) Compreendi, em parte, as razões de não aprovação do projeto	(2)
c) Não compreendi as razões de não aprovação do projeto	(3)

**P5.1 Porque não compreendeu as razões de não aprovação do projeto (P5=3)?**

---

---

**P6. O projeto candidatado concretizou-se?**

a) Sim, financiado totalmente pela entidade	(1)
b) Sim, com a candidatura a outro Programa. Qual? _____	(2)
c) Não	(3)
d) Outra situação. Qual? _____	(4)

**P7. Pensa voltar a apresentar nova candidatura ao Portugal Inovação Social?**

a) Sim	(1)
b) Não	(2)

**Deixe aqui os seus comentários**

**MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO!**

## 11 – SÍNTESE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

### ENTIDADES AUSCULTADAS

- EMPIS – Estrutura Diretiva
- AG POISE
- AG PO Algarve
- EMPIS – Equipa de financiamento
- EMPIS – Equipa de ativação
- AG COMPETE
- AG PO Lisboa
- AG POCH
- Banco Português de Fomento
- Projeto *Wechangers*
- Projeto Knock Care
- Fundação Ageas
- Incode 2030
- Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)
- Instituto de Segurança Social

### Reunião com a Estrutura Diretiva EMPIS

Data: 03/08/2021

Presenças: Filipe Almeida, Marta Albuquerque, Mário Dias, António Figueiredo (QP) e Mariana Rodrigues (QP)

#### Reconstituição do processo de criação da EMPIS

- O Equal foi a génese da inovação social, no entanto não houve transferência direta do conhecimento acumulado e houve a necessidade de começar do início o PIS.
- O PIS surge do conhecimento desenvolvido no Instituto de Empreendedorismo Social (IES) – Social Business School, da Gulbenkian (que em 2014 criou um grupo de trabalho para o investimento social com diversos especialistas que desenvolveram conhecimento e propostas para o desenvolvimento da inovação social), do LIS - Laboratório de Investimento Social (hoje Maze), Social Finance (entidade pioneira em TIS) e experiência do INSEAD.

#### A robustez da inspiração tece confronto com a realidade?

- Houve necessidade de ajustamentos.
- Em 2014, a ideia de inovação social estava reservada a algumas elites. Existia muita coisa nova, linguagem, tipologia de financiamentos, instrumentos, pouco conhecimento sobre a forma como alguns projetos podiam responder a necessidades específicas.
- Houve necessidades de ajustamentos das dotações dos instrumentos criados

#### Recetividade das ações de sensibilização e comunicação

- A realização destas ações foi essencial para o desenvolvimento do PIS e criação de uma relação de proximidade com os potenciais promotores de projetos
- Houve uma grande recetividade por este tipo de ações. Foram desenvolvidos cerca de 500 eventos (conferências e workshops) com uma adesão muito significativa (envolvimento de mais de 2.500 instituições da economia social)

- A figura do ativador regional, com a missão de representar a EMPIS nas 5 regiões foi fundamental. Foram à procura de estimular a inovação – Fator crítico PIS.
- Foram mapeadas as empresas sociais, instituições mais dinâmicas, municípios, empresas, investidores – foi dado um acompanhamento de proximidade às organizações para a promoção e afinação de projetos
- No início assistia-se a uma “estranheza” da linguagem e das metodologias (impacto social, mudança, TdM, cocriação, ...). Houve a necessidade de transformar a inovação social “implícita” em “explícita” através da eliminação dos estrangeirismos e da linguagem empresarial para uma linguagem mais simples, abordagem de respostas sociais complementares às já existentes (e não a substituição), colocar as entidades da economia social “tradicional” à procura de soluções para problemas sociais, criação de vínculo de confiança
- A territorialização como estratégia de proximidade foi muito relevante
- Não distinguem as empresas sociais qualificadas faz empresas “tradicionais” inseridas em entidades mais tradicionais – há uma aproximação de ambas

#### **Tipologia de OES com maior recetividade**

- Beneficiários: 276 Associações, 26 Fundações, 27 Cooperativas, 27 Misericórdias, 2 Mutualidades
- As ações desenvolvidas são dirigidas globalmente e não a entidades específicas
- Assiste-se a uma maior dificuldade nas mutualidades (universo de 100) – ainda são muito distantes
- Existe necessidade de profissionalização da gestão: modelo de gestão/organização
- Num próximo período de programação seria importante ter uma linha/intervenção para capacitar as organizações com competências de gestão, criação de modelos de gestão compatíveis com voluntariado e equipa de gestão

#### **Evolução/especialização da estrutura técnica EMPIS**

- Há 3 equipas (15 elementos no total, por lei podem ir até aos 16):
  - Técnica de Financiamento – similar AG – operacionalizar documentação técnica, análise de candidaturas, pedidos de reembolso,...
  - Técnica de Ativação – mais diferenciador – proximidade, equipas regionais
  - Gestão – Comissão Diretiva similar AG que teve uma simplificação em 2017: 1 presidente, 1 adjunto
- A equipa foi crescendo, de acordo com a Resolução de Conselho de Ministros, a AD&C assegura todos os recursos humanos e de gestão financeira da Estrutura de Missão.
- Consideram que a equipa está subdimensionada, o que coloca fragilidades.
- A equipa de ativação: 1 técnico responsável por Alentejo e Algarve, Lisboa (elemento técnico que apoiava a equipa de gestão), Norte (50% das operações), Centro.
- Consideram que a equipa de ativação também apresenta necessidades de reforço, para um trabalho específico em cada região.

#### **Mapeamento das iniciativas de inovação social**

- O MIES inspirou o website da EMPIS; onde há um mapa de Portugal com a localização dos projetos e dos investidores sociais. Através deste mapa é possível realizar uma análise por tipologia de investidor, projeto, área de problemática

- Está em curso a criação de Observatório Regional da Inovação Social – em parceria com a Universidade de Aveiro com vista a mapear iniciativas EMPIS e Outras iniciativas
- Portugal integra o Centro Nacional de Competências da Inovação Social (<https://inovacaosocial.portugal2020.pt/2021/05/20/portugal-integra-consorcio-para-centro-nacional-de-competencias-para-a-inovacao-social/>)
- Os ativadores regionais também vão mapeando as iniciativas/projetos/investidores sociais e potenciais projetos/investidores sociais
- A procura dos avisos é sempre maior. Já aconteceu a meio de um concurso terem negociado com a AG o aumento da dotação

#### **A EMPIS foi adequando a oferta à procura?**

- Mobilização de verbas de um instrumento para outro, por exemplo na capacitação não existia procura suficiente e essa dotação foi mobilizada para as parcerias.
- Na reprogramação de 2018, houve ajustamentos muito significativos:
  - Redução do FIS em 70 M€
  - Transferência do FIS para o COMPETE (incentivo e concordância EMPIS)
  - 5 M€ a alocados ao PO Lisboa (50% participação) para o lançamento de concursos
- 196% de procura em relação às dotações disponíveis
- A procura em títulos não se concretizou e a verba foi transferida para as parcerias
- Elegibilidades: POCH área da educação – não se consegue travar fronteiras com a inclusão social. Desta forma, a AG não abriu mais concursos e a verba foi transferida para o POISE para concurso de projetos experimentais de educação – inclusão social
- Foram adaptando quem se pode candidatar aos avisos – ex: acrescentaram instituições do ensino superior
- Inicialmente, as PPI eram apenas para entidades privadas, posteriormente foram alargadas as entidades públicas. Foram incluídos 142 municípios essenciais para estimular o surgimento de iniciativas com resposta para problemas do território e para atrair investimento privados
- Investimento em TTI por entidades públicas – adaptação em alguns territórios para permitir investimento de entidades privadas em parceria com entidades públicas (desde que não seja 30% do investimento total). Já experimentaram em Lisboa

#### **Não seria de imaginar uma maior procura à Capacitação?**

- Modelo de financiamento da capacitação pressupunha dar competências de gestão para o desenvolvimento de um projeto específico (o que reduzia o leque de entidades)
- O instrumento demorou muito a ser lançado/aprovado. Foi lançado em março de 2017, muito tempo depois do previsto, devido a problemas do Sistema de Informação relacionados com os Custos Simplificados. O que levou a uma perda de interesse por parte das organizações – demasiado pesado para as entidades (obrigava a produtos tangíveis), esgotaram necessidades do modelo
- Canalização das verbas para outros instrumentos e as entidades faziam a capacitação por outra via. Através das PPI, financiaram a iniciativa que integrava componentes de capacitação

#### **Falha de mercado de capacitação?**

- Sensivelmente na mesma altura em que terminou o 2º Aviso, deu-se uma alteração no POISE e a medida de capacitação para a inovação social como um todo não chegou a avançar

#### **Alterações legislativas/regulamentares que ainda limitam a atividade**

- 19ª – estatuto dos benefícios fiscais – criado para o investimento TIS – majoração de 30% (quase equiparação ao mecenato)
- Programa de celebração/desenvolvimento de respostas sociais, estabelece acordo com a Segurança Social para o financiamento de IPSS. Houve uma alteração em 9 de julho (art. 3º, pt 4, g)) e atualmente a Segurança Social pode financiar projetos que tenham sido aprovados PIS (para além das soluções tradicionais) podendo dar-lhe escalabilidade.

#### **Sinergias entre investimento privado e público**

- A grande maioria das entidades financiadas são privadas
- Há municípios que fizeram evoluir a política local (ex: CM Gaia – tem um grande volume de investimento e criou um departamento de inovação social; Fundação – serviço de inovação social, 2º maior investidor em inovação social per capita, cluster tecnológico – 1º TIS (Academia de Código – capacitação para o mercado de trabalho local)
- Os TIS pressupõem investimento tanto público, como privado.

#### **Timing de implementação**

- A capacitação poderia ter avançado mais cedo
- Gestação difícil do FIS – inicialmente Fundo de Fundos, perceção que o mercado não tinha intermediários financeiros para absorver as verbas e depois estimular projetos. Em 2018, pensou-se modelo similar ao do Big Society Capital mas verificou-se que não iria resultar.
- FIS Capital:
  - modelo de abordagem retalhista, fundo que investe nas PME (projetos de inovação social)
  - em parceria com outras entidades
  - “puxar” mercado para a rede do PIS
  - Desintermediação do mercado, com vista a obter menores custos para próprio fundo
  - Alinhamento de projetos que vai desenvolver com a atividade principal da empresa
  - Apreciação dos projetos: qualificação dos projetos como IIES pela PIS, candidatura feita pelo investidor, FIS alavanca investimento financeiro
- FIS Crédito:
  - Emitem parecer
  - Negociação com a banca
  - SGPM (demora na resposta, incompatibilidade de risco,...)
- O POISE não tinha experiência em instrumentos financeiros
- A negociação com a banca demorou muito, existindo atualmente 12 entidades bancárias protocoladas
- Ainda receberam poucas candidaturas

- FIS Capital – abril 2019 – têm feito a capacitação de projetos. Já qualificaram cerca de 50 projetos, alguns internacionais
- FIS Crédito – operacionalizado em plena pandemia (jul 2020), num momento em que existem linhas concorrentes com melhores condições. A procura está criada mas o timing de implementação não ajudou.
- Existem 14 incubadoras sociais (acolhem microempresas em território vulneráveis?) e 17 incubadoras de inovação social (acolhe e capacita empresas sociais) – as estruturas surgiram fruto de parcerias com os municípios, exceto a IRIS que tem o apoio BEI e não tem parceria formal com município.
- A taxa de mortalidade deste tipo de projetos é elevada

#### **Investimento social: evolução da procura proxy da evolução do investimento?**

- A procura global tem aumentado sobretudo em função da dotação (218% de procura atualmente)
- Investimentos realizados:
  - 142 municípios: 13,2M€
  - 374 empresas: 13,8 M€ (excluindo FIS)
  - 21 Fundações: 4,6 M€
  - 4 entidades: 2 M€
  - (...) num total de 40 M€ de investimento social
- Existe muito potencial, no entanto é difícil mobilizar empresas, ao contrário dos municípios. Existem poucas Fundações de grande dimensão.

#### **Efeitos pandemia**

- Verificou-se uma grande capacidade de resiliência: reinvenção, readaptação das atividades (presencial para online), poucos projetos deixaram de executar
- No entanto, haverá impactos na execução sobretudo nos projetos com destinatários finais idosos e escolas
- Receberam muitos pedidos de alteração para acomodar atividades novas, prorrogação de prazo e adiamento de outras, para além de ajustamentos e de metas e resultados
- Portugal é o país da UE com mais TIS (20 no total)

#### **Reunião com a AG POISE**

**Data: 04/08/2021**

**Presenças: Sandra Tavares, Sandra Sá, António Figueiredo (QP) e Mariana Rodrigues (QP)**

#### **Reconstituição do contexto – Estrutura POISE**

- Na programação do POISE, a Inovação Social foi uma questão trabalhada à parte do grupo de programação. As medidas foram entregues ao PO pelo que o papel da AG na sua construção é muito diminuto
- A inovação social estava a ser criada, não era um setor específico, mas sim mais transversal.
- O PO ISE acolheu a inovação social (inicialmente apenas POISE), pois considerava-se que a prioridade de intervenção que deveria acolher este volume de financiamento. Mobilizou-se PI 9.5. Noutros PO mobilizou PI diferentes e contratualizou resultados diferentes (POCH PI 9.1)
- O FIS teve uma grande reprogramação em 2018 – migração para onde era mais necessário, dificuldades de implementação do instrumento financeiro



**Capacitação – existem necessidades que não estão a ser cobertas pois não estão associadas a um projeto. Como responde o POISE?**

- Como existiam 150M€ alocados à Inovação Social, houve necessidades de opções. A 1ª opção de manter a capacitação transversal da economia social foi substituída pela CIS (capacitação/experimentação). Ou seja, a medida de capacitação transversal foi descontinuada e apostou-se na CIS. No entanto, dado que se tratava de uma capacitação muito distinta, tentou-se recuperar a formação transversal, um pouco antes da pandemia mas perdeu-se devido à mesma.

**Recetividade das OES – evolução relativamente à linguagem, conceitos,...**

- Novas formas de organização de parcerias, com novos atores – não terá sido novo para as entidades (CLDS, Progride,...). Houve novidades ao nível das fontes de financiamento, organização das parcerias. As entidades da economia social não negam a experimentação (ex: Equal).
- FIS – ajustamento/enquadramento difícil
- Fragilidade de organização financeira de algumas entidades (dificuldades na linguagem dos fundos, das obrigações a cumprir,...)
- Consideram que experiências se classificam como inovação social, anteriormente não se qualificariam assim porque não estava explícito o conceito. O CLDS também aparece no território para dar resposta a necessidades mais específicas.

**Dimensão e funções ET POISE alocada ao acompanhamento**

- O POISE analisa a despesa de execução, questões relacionadas com FSE, financiamento dos investidores sociais. Muito centrado na execução
- Não há divisão específica: os 10/12 técnicos estão alocados a mais de 20 tipologias, não existem técnicos apenas EMPIS. Só analisam despesa.
- Diariamente pode considerar-se que existem 1 ou 2 técnicos alocados às tipologias EMPIS.

**Alterações legislativas /política pública que permitam contextualizar as medidas Inovação Social**

- Na programação estava numa área mais transversal da Modernização Administrativa, posteriormente passou para a Presidência do Conselho de Ministros e agora Desenvolvimento e Coesão
- A EMPIS e os seus objetivos foram criados por Resolução de Conselho de Ministros que já sofreram alterações, nomeadamente ao nível das entidades que podem aceder às medidas IPIS
- Transferência FIS

**Timing implementação IPIS**

- Problemas de lançamento no PT2020 e na Inovação Social ainda mais
- Novidade de programação sobretudo CIS por causa dos custos simplificados, o SI não estava preparado. Não podiam começar PPI sem iniciar CIS.
- Conceito de IIES inicialmente muito fechado, com a evolução há um alargamento que permitiram a candidatura de outros projetos
- As incubadoras podem apresentar projetos – embrião

- A programação tinha determinada expectativa em relação à CIS que não aconteceu porque apareceu inserida no modelo metodológico.

#### **Efeitos da pandemia**

- Prorrogação de projetos, alteração dos resultados contratualizados, desistências (poucas), ajustamentos de cronogramas, indicadores mas nas outras tipologias POISE também se assistiu às mesmas alterações.

#### **Reunião com a AG PO ALGARVE**

**Data: 04/08/2021**

**Presenças: António Travassos, António Figueiredo (QP) e Mariana Rodrigues (QP)**

#### **Inclusão da Inovação Social na programação do PO**

- No 1º aviso, em 2018, tinham compromisso de 20 projetos IS nas PPI, no entanto, o número de potenciais promotores foi relativamente curto. 11 candidaturas totais das quais 8 aprovadas
- Em 2019, foi lançado novo aviso e, apesar de trabalho de terreno dinamizado pela EMPIS, o nível de adesão foi pequeno. 14 candidaturas totais, das quais 9 foram aprovadas.
- Em 2019/2020 houve manifestações de interesses de entidades que posteriormente não apresentaram candidaturas. No final de 2019, considera que a região despertou para a Inovação Social.
- No final de 2019/início de 2020, foi lançado um novo aviso. Foram apresentadas 24 candidaturas das quais 15 foram aprovadas (13 de entidades da região do Algarve).
- Em 2021, foi lançado aviso TTI -literacia digital mas tiveram apenas 1 candidatura.
- Ainda é muito recente para comparar a Inovação Social com o Equal.

#### **Dimensão e funções ET**

- A unidade FSE do PO Algarve é reduzida e cobre todos os domínios POISE e POCH num total de 38 tipologias de operação
- Há 3 pessoas alocadas ao FSE: Secretário Técnico + 2 técnicos + 1 assistente administrativo que dá apoio a mais do que uma unidade
- A EMPIS é um OI com subvenção alargada – análise de candidaturas, pedidos de alteração, acompanhamento de projetos, análise de pedidos de pagamento/reembolso.
- O PO realiza a supervisão de candidaturas através da seleção de uma amostra de projetos

#### **Dificuldades de captar OES? E Investidores sociais (privadas e públicas)?**

- No 1º aviso houve dificuldades de mobilizar instituições locais.
- O nível de maturidade para abraçar projetos era muito incipiente. Havia poucas instituições que já tinham conhecimento da inovação social e maior nível de abertura ao “mundo” da inovação social.
- No 2º e 3º aviso surgiram iniciativas conjuntas. Houve uma apresentação na CM Loulé de entidades que mostraram o trabalho desenvolvido.
- Houve dificuldade de trabalhar com determinados públicos pela sua elegibilidade
- Loulé alberga uma incubadora social e a Fundação António Aleixo com maior capacidade de financiamento para este tipo de projetos

- Albufeira tem desemprego muito elevado com bastante peso na comunidade migrante (cerca de 30%), tem uma comunidade cigana expressiva e abandono escolar precoce significativo. A sensibilização social não é muito afirmada. A Santa Casa da Misericórdia tem arrastado a CM para algumas iniciativas.
- Portimão tem alguma sensibilização para questões sociais, embora com pouca disponibilidade financeira.
- Tavira tem um envolvimento interessante, podendo também destacar-se Faro, Olhão, Monchique

#### **Estranheza na abordagem da Inovação Social?**

- O PO teve que fazer escolhas em relação à capacitação – dotação pequena para o número de tipologias que foi necessário mobilizar. Tem uma linha própria de capacitação
- A União das Misericórdias faz chegar preocupação com a capacitação das estruturas
- O grande desafio é como se passam os projetos para política pública ou como se conseguem escalar/generalizar os projetos piloto

#### **Domínios dos projetos inovadores**

- NEET (Quarteira)
- Idosos em risco – cuidadores informais (Serra Tavira)
- Incubadora Inovação Social (Loulé)
- Alimentação saudável dinamizado pela INLOCCO
- Horta Comunitária com deficientes (Farol)
- Literacia em Saúde

#### **Efeitos da pandemia**

- A pandemia interrompeu alguns projetos e alguns será complicado retomar.

#### **Reunião com a Equipa Técnica de Financiamento**

**Data: 16/09/2021**

**Presenças: Mário Dias, Carlos Rocha, André Pinto, Rodrigo Alves, Ana Raquel, Marco Costa, Inês Martins, António Figueiredo (QP) e Mariana Rodrigues (QP)**

#### **Funções e dimensão da equipa:**

- Atualmente a equipa é constituída por 7 elementos e pelo Secretário Técnico
- Realizam análise de candidaturas (nomeadamente a classificação como IIES), reembolsos, verificações no local, acompanhamento da execução e validação de despesas
- Não existe especialização na equipa por tipologia de instrumento, nem formação genérica. A equipa tem procurado realizar formação em diversas áreas, conforme as necessidades dos seus elementos (ex. pós graduação em Economia Social, Cooperativismo, Associativismo, Mutualismo) – foi enviado um documento com as formações realizadas pela equipa.
- Inicialmente, é dada formação relativamente ao conceito de IIES necessário para a realização da análise das candidaturas (sem este requisito as candidaturas não passm na análise técnica)
- A equipa tinha já experiência em FEEL e financeira

### **Avaliação do projeto – aplicação da análise de mérito?**

- Para cada instrumento é analisado o problema social a que dá resposta, a diferenciação da resposta e o impacto dessa resposta através de uma grelha de análise (que é pontuada)
- Não existe formação “formal” para a análise de candidaturas. Em cada Aviso, há uma reunião para a estruturação da análise, articulação interna e partilha de conhecimento

### **Comunicação entre equipa de financiamento e equipa de ativação**

- Há contacto diário, partilha de dúvidas/esclarecimentos, ...
- A Equipa de Ativação é uma espécie de “equipa comercial”

### **Procura: Como se foi desenhada? Respetiva evolução?**

- No início, houve necessidade de ir ao encontro dos potenciais promotores de projetos e fazer o mapeamento do território daquilo que poderia ser Inovação Social
- Observou-se falta de apoio técnico e dificuldades dos projetos chegarem à EMPIS
- Foram lançadas call para manifestação de interesses para apresentação de ideias para as PPI e TIS. Nas PPI, a EMPIS deu o feedback das ideias apresentadas e ajudou a construir a ideia de projeto. Nos TIS; tiveram apoio de uma entidade externa (LIS, hoje MAZE) para a implementação e foi realizado um trabalho com entidades que teriam interesse em desenvolver iniciativas, juntamente com as entidades responsáveis por determinadas áreas de política pública
- Capacitação exigiu um grande trabalho ao nível dos custos simplificados
- Houve um novo impulso com a entrada do novo Presidente – apareceram mais projetos, alguns dos quais a ativação não tinha conhecimento que estariam a ser desenvolvidos
- No último concurso, a procura muito elevada, sem necessidade de ativação
- Ou seja, a indução da procura foi realizada através:
  - Call de manifestação de interesses (PPI – 167)
  - Trabalho com entidade externa TIS – trabalho muito prolongado com cada promotor para ajustar projeto ao instrumento
  - Sessões de apresentação de todos os Avisos
  - Sessões de apresentação relativas à Capacitação
  - Sessões para entidades consultoras
- As PPI permitem a possibilidade de se candidatarem entidades públicas e privadas.
- Em 2017, falta de regulamento das empresas sociais. Em 2019, abriu-se a possibilidade das empresas se candidatarem
- O conceito de IIES tem tido evoluções ao longo da implementação das medidas IPIS
- Em todos os Avisos, aparece uma % de projetos que não é IIES – geralmente projetos que pretendem dar respostas participadas pela Segurança Social – no entanto tem-se assistido a uma evolução fruto do trabalho de ativação
- Aparecem projetos sem grande potencial de impacto (ex. estudos) ou que não se destacam pela diferenciação (não são soluções novas)
- A inovação social é uma prioridade europeia, caso não exista financiamento a nível nacional, haverá certamente a nível europeu.

### **Nas CCI, PPI e TIS – qual a % de não IIES?**

- No mínimo 10% mas tem vindo a diminuir graças ao trabalho desenvolvido pela ativação as candidaturas tem vindo a melhorar.

### **Custos simplificados – exigiu formação?**

- Não exigiu formação formal - a Dra. Carla Pedro era o elemento EMPIS que detinha mais conhecimento sobre a matéria e realizou partilha de conhecimento
- Foi um processo muito prolongado que exigiu diversos esclarecimentos junto da CE e IGF

### **FIS**

- Teve uma longa gestação
- O FIS tinha um técnico próprio que não estava fisicamente próximo da equipa de financiamento e fazia a articulação com o Secretário Técnico
- O foco do empreendedor social foi alterado ao longo do tempo. A figura do empreendedor social “perdeu” força.
- O FIS passou para o COMPETE e a análise das candidaturas é realizada externamente. A EMPIS faz apenas a qualificação dos projetos como IIES.
- A qualificação como IIES é realizada em contínuo e existe a possibilidade de rerepresentação do projeto reformulado (nova qualificação)

### **A equipa de ativação exerce funções de acompanhamento aos projetos?**

- Quando a equipa de financiamento deteta um problema, a equipa de ativação vai verificar o que se passa
- O acompanhamento está previsto mas acabam por acompanhar mais as entidades que se querem candidatar, quando há avisos abertos.

### **Projetos que destacam:**

- Speak – já passou a ser empresa e foi dos primeiros projetos que teve a preocupação da medição de impacto
- UDream – evolução da metodologia
- Just a Change
- Santa Casa da Misericórdia de Viseu
- Pelos dois (reclusos com a missão de reabilitar um cão)
- Pavilhão Mozart (Ópera na prisão)
- TAIPA (Apoio a cuidadores informais)
- Fundação Cupertino de Miranda (Literacia financeira para crianças)
- Teatro do Bolhão
- Collor Add
- ...

### **Reunião com a Equipa Técnica de Ativação**

**Data: 17/09/2021**

**Presenças: Helena Loureiro (Norte), Alexandra Neves (Centro), Filipa Barreira (QP) e Mariana Rodrigues (QP)**

### **Equipa:**

- Inicialmente a equipa tinha apenas um elemento alocado a todo o território (atual representante do Centro). Atualmente são 4 elementos: 1 alocado ao Norte, 1 ao Centro, 1 a Lisboa e outro ao Alentejo e Algarve.
- Em termos de formação, fizeram um Bootcamp no IES para uma primeira abordagem ao tema e realizaram formações por iniciativa individual. Há liberdade para ir sugerindo formações pontuais.

### **Articulação com a equipa de financiamento**

- Reuniões de equipa, pelo menos uma vez por mês; contacto regular;
- A articulação diferenciada está a diminuir, em função da diminuição da disponibilidade por via do aumento da carga de trabalho com o aumento de projetos. Atualmente o funcionamento da equipa financeira assemelha-se ao funcionamento de um PO. Por outro lado, o grau de maturidade da equipa de ativação é mais elevado o que diminui a necessidade de articulação

### **Diferenças regionais**

- O Norte, sobretudo litoral, é muito dinâmico, com ecossistemas muito bem trabalhados. A AMP é a região mais dinâmica do país e dois dos maiores investimentos públicos pertencem a esta região - a CM de Vila Nova de Gaia e a CM do Porto. O Norte começou a trabalhar a inovação social antes da EMPIS;
- A AML muito semelhante ao Norte litoral.
- No Alentejo tem de ser a equipa de ativação a procurar as entidades
- O Algarve é um território pouco conhecedor de dinâmicas tradicionais na área social e com pouco know-how na área da intervenção social, pelo que ainda é preciso algum tempo para se dar o salto para iniciativas inovadoras.
- No Centro existem mais entidades no litoral, mas há mais inovação no interior. No interior, o tema foi melhor acolhido e visto como uma oportunidade, há trabalho em rede, os municípios e Juntas de Freguesia são muito ativos. No litoral, as entidades estão mais dispersas, não existe tanto trabalho em rede e o sentido de concorrência é maior.

### **Processo para chegar às entidades**

- Inicialmente, as equipas de ativação utilizavam muito a Rede Social dos municípios (CLAS) para se fazerem ouvir junto das entidades
- Os Municípios e as CIM foram a grande porta de entrada para chegarem às entidades. Atualmente são mais as entidades que procuram a equipa de ativação;
- No início ninguém compreendia o conceito de IIES
- Há cada vez maior envolvimento das Universidades e dos Institutos Politécnicos (ex. Guarda, Leiria, ...), mais destes últimos, na fase inicial (diagnóstico/preparação candidaturas) e na avaliação de impacto

### **Papel da equipa da ativação no aumento da procura**

- A equipa de ativação tem um papel fulcral no aumento da procura e no crescimento de projetos. Se não fosse a equipa de ativação estariam a menos de ¼
- Desde o início que as equipas precisam de reforços.

### **Dificuldades das entidades**

- 2 níveis de dificuldades – o projeto já é IES ou o projeto não é IES e aí é preciso mais trabalho
- A questão está sempre no conceito de Inovação Social
- As entidades têm dificuldade em passar para o papel o que fazem ou o que pretendem fazer
- Existe falta de competências de gestão sobretudo nas entidades mais pequenas e não procuram consultoras
- A grande maioria das candidaturas passou pela equipa de ativação. Nos últimos avisos aumentou o número de entidades com candidaturas que não passaram pela equipa de ativação (por vezes não sabiam que existia esta equipa).
- Os projetos que passam pela equipa de ativação têm maior taxa de sucesso;
- A equipa de ativação ajudou a transformar projetos que eram respostas tradicionais em IES.

### **Papel das incubadoras**

- No início da programação não apareceu a figura da incubadora
- Existem 16 incubadoras – algumas dentro de outras incubadoras empresariais que existem no território. Há incubadoras sociais (trabalham diretamente com os beneficiários) e incubadoras de inovação social (incubação
- São entidades intermediárias para angariação de projetos/ empreendedores, que colmatam as necessidades formativas, entidades chapéu no território e braço direito das equipas de ativação
- Algumas incubadoras promovem o acompanhamento de forma transversal outras particularizam-se mais em áreas específicas
- Consideram que talvez existam incubadoras (deveriam ser 8 ou 10) e algumas não evoluíram, outras têm percursos interessantes
- A IRIS é a incubadora de referência – teve um bom papel na dinamização do ecossistema
- Destacam Power Hub em Braga, Microninho, Leiria, I-3 Social, Figueira da Foz

### **Introdução das PME**

- A equipa de ativação dinamiza todo o ecossistema desde as entidades da economia social, entidades públicas passando pelos investidores sociais, pelo que em alguns territórios as PME's já estavam trabalhadas pelas equipas de ativação e quando as incubadoras entraram as PME's já conheciam

### **Futuro**

- A inovação social funcionaria melhor se passasse a ser um domínio de política pública e fosse criado um Instituto com gestão autónoma

### **Projetos que destacam**

- Norte: Onda Pura Social – surf terapêutico, No poupar está o ganho (Fundação Cupertino de Miranda), Valor In, Chave de afetos, Projeto Search (empregabilidade de pessoas com deficiência)
- Alentejo: Aurora, Pro-Move-Te, COM\_VIDA, Semear Afetos, Aldeias pedagógicas
- Algarve: Prato Certo, Academia IluminArte, Café interior

- Centro: NEET Maker – Penela, Rádio Miúdos, Educação Gamificada – Fundão, 100% consigo, Programa abem, Mais alternativas sénior, Projeto Lar – refugiados, Deliciosas diferenças, Palhaços D’opital, Velhos amigos

#### **Reunião com a AG COMPETE**

**Data: 24/09/2021**

**Presenças: Teresa Tomé (GA Avaliação), Ana Alves (responsável IF), Susana Marques, António Figueiredo (QP), Filipa Barreira (QP) e Mariana Rodrigues (QP)**

#### **Contexto da mudança do FIS do POISE para o COMPETE**

- O COMPETE tinha experiência em projetos de inovação no que se refere a instrumentos financeiros – fontes alternativas de financiamento
- Foi uma alternativa satisfatória para este tipo de projetos que comportam algum risco (ideias novas, sem experiência) e uma forma de incentivar o financiamento destes projetos

#### **Instrumentos de garantia – acompanhamento da mudança?**

- Já tinham os SI que são operacionalizados com instrumentos de garantia
- FIS Crédito – linhas protocoladas, a alternativa era ser pela via do capital
- Existem 12 entidades bancárias protocoladas

#### **Especificidades FIS Crédito relativamente ao “crédito normal”**

- Os juros bonificados, a componente de garantia bancária suportada com o apoio FIS Crédito
- Foram lançadas muitas linhas de apoio ao Covid que simplificam o financiamento, o que está a penalizar a procura deste instrumento
- Necessidade de qualificação como IIES (impacto e diferenciação) realizada pela EMPIS

#### **Avaliação da reatividade das OES**

- Pedidos de parecer IIES – 291 (verificar quantas são de OES)
- Resultados favoráveis 41 (cerca de 14% do total)
- As entidades precisam de apoio ao nível do impacto e diferenciação
- O estado de desenvolvimento do conceito de empreendedorismo social também ainda não se encontra muito desenvolvido para se recorrer a este tipo de instrumentos
- As entidades têm necessidades de tesouraria pelo que deveriam existir linhas completares de apoio.
- O FIS Capital antes do covid estaria no bom caminho mas abrandou
- Os atrasos na negociação, publicação, a concorrencialidade e a necessidade de qualificação das IIES contribuem para uma execução baixa: FIS Crédito - 2 operações contratualizadas e FIS Capital: 8 operações contratualizadas.

#### **Reunião com a AG PO LISBOA**

**Data: 24/09/2021**

**Presenças: Dulce Barros, Fernando Morgado, Filipa Barreira (QP) e Mariana Rodrigues (QP)**

#### **Contexto:**

- Na programação original não estava previsto financiamento para Lisboa e Algarve das medidas EMPIS. No entanto, houve muita pressão para a sua integração e, na



reprogramação de 2018, as medidas de inovação social integraram o PO Lisboa com o intuito de reforçar os projetos inovadores e dar harmonia ao território nacional. Existia, na realidade, muita manifestação de interesse de investidores sociais em Lisboa (a AG PO Lisboa não tem conhecimento do trabalho desenvolvido a este nível)

- Não existe da parte da AG do PO Lisboa auscultação da procura e de investidores sociais
- PO Lisboa com 2 tipos de Organismos Intermédios (OI):
  - Aqueles com intervenção apenas na área de seleção de candidaturas
  - Aqueles com intervenção na seleção de candidaturas, acompanhamento da execução e verificações no local (caso da EMPIS)
- No caso da delegação de competências mais global, a intervenção do PO Lisboa é mais reduzida, mas a decisão compete sempre ao PO Lisboa. O OI faz propostas e quem decide é a comissão diretiva do PO Lisboa. A regra é que existe coincidência de decisões relativamente à aprovação dos projetos.
- Na fase de candidaturas, o PO Lisboa faz por amostragem a supervisão de um conjunto de projetos, no caso das iniciativas de inovação social foi feita uma supervisão mais reduzida, devido ao aumento de candidaturas. O PO Lisboa questionou a EMPIS na parte financeira de alguns projetos, de forma a poderem acomodar mais projetos.

#### **Análise de candidaturas**

- Consideram que as candidaturas não expressam suficientemente a componente de inovação dos projetos, isto é, têm alguma dificuldade em demonstrar/justificar que os projetos são inovadores. Deveria de existir mais conteúdo – esta iniciativa é inovadora porque responde a este e àquele aspeto e a política pública apenas responde a x aspeto.

#### **Timing aviso e procura**

- O 1º aviso saiu cerca de 6 meses após a integração da inovação social no PO, assumindo as mesmas características do aviso temático.
- Os critérios de seleção foi a parte mais difícil. Os indicadores também, não são nada claros, não há indicadores de realização, só de resultado.
- A adesão às medidas foi bastante significativa, sobretudo nas parcerias (os TIS são mais difíceis).
- Aprovaram cerca de 5 milhões de euros de FSE (financiado a 50%) e acabaram por aprovar mais, estando quase a aproximar-se dos 7 milhões de euros.
- No entanto, têm a perceção que a execução não está a correr bem. Há determinados tipos de entidades que têm de ser acompanhadas e incentivadas para monitorização das candidaturas. Poderá ser efeito da pandemia mas consideram que haverá outros motivos.
- É necessário monitorizar melhor o desenvolvimento das candidaturas e não está a acontecer (a EMPIS não tem realizado muito bem este papel)
- Existe uma expectativa em relação ao novo TIS de inclusão digital
- Consideram que a PPI da Santa Casa da Misericórdia estará a desenvolver-se bem.

#### **Investidores Sociais**

- Há entidades com bom encaixe financeiro e não deverão ter problemas a avançar com o dinheiro

- Será que projetos com menor dispersão de investidores sociais terão maior execução?  
E projetos com investidores sociais de menor dimensão têm menor execução?

### **Ecosistema de Inovação Social**

- Não notam a questão do ecossistema nas reuniões com municípios, nem notam na linguagem utilizada pelas entidades.

### **Reunião com a AG PO CH**

**Data: 28/09/2021**

**Presenças: Joaquim Bernardo, Ana Salvado, António Figueiredo (QP), Filipa Barreira (QP) e Mariana Rodrigues (QP)**

### **Contexto da programação**

- Não estiveram diretamente envolvidos na programação.
- As medidas foram alocadas ao Eixo 4 – medidas de apoio a projetos muito específicos dedicados à área da educação/qualificações/abandono escolar, diferentes do sistema educativo tradicional e com dimensão inovadora
- Foi lançado um concurso para PPI e TIS
- A divisão da mesma tipologia de projeto por diferentes PO gerou dificuldades, nomeadamente no estabelecimento de fronteiras, margens de diferenciação vs sobreposição
- A lógica da Inovação Social acaba por ir buscar inspiração ao Equal que tinha sido descontinuado.
- Trabalharam juntamente com a EMPIS na divulgação em feiras
- Inovação Social – respostas sociais na educação – novo ciclo de políticas educativas? impacto? seria importante tornar os projetos em mainstream?
- Têm um conhecimento dos projetos apenas em contexto de divulgação
- Deveria haver melhor articulação com a DGE para a avaliação de resultados
- Há fronteira ténue entre o que é educação e a inclusão social, sobretudo quando se falam em temas relacionados com o insucesso escolar (ex: projeto À Barca – capacidade de literacia (tema já da agenda política))
- Os projetos de inovação social ao nível da educação estão muito focados na componente pedagógica
- A EMPIS é uma estrutura altamente capacitada nestas matérias. Foi essencial na homogeneização de procedimentos POCH-POISE, em procurar soluções para harmonização
- Trata-se de um OI com delegação de competências. O POCH faz articulação da comunicação, conhece alguns projetos e boas práticas, a EMPIS realiza todo o processo burocrático.
- O POCH não teve que aprofundar nenhum modelo de especialização interna (nem teria capacidade para tal)

### **Procura:**

- Nas PPI foi acima da expectativa inicial, com uma adesão muito significativa. A meio do concurso foram autorizados a aumentar a dotação e já não abriram o 2º concurso previsto

- Nos TIS não foi tão significativa porque se trata de um instrumento mais complexo, mesmo assim a procura foi muito próxima da dotação do Aviso mas acabou por ser aprovada menos de metade da dotação (cerca de 1,4M€)

#### **Aprovações/execução/resultados**

- PPI 18 candidaturas aprovadas, das quais 4 em saldo final
- TIS 7 aprovados, das quais 3 em saldo final
- Ainda não é possível apurar resultados porque a maioria dos projetos ainda não está concluída

#### **O futuro da inovação social**

- O que é mainstream? Há que ter em conta o contexto, as entidades, os parceiros de um projeto para ver se é possível escalar a nível nacional e transformar um projeto em política pública
- Inovação – ter margem para projetos que podem não atingir os resultados esperados e assumir isso (margem para falha)
- Decisão política – o FSE trouxe um envelope financeiro mais robusto para financiar projetos, alguns permitiram realizar um “franchising internacional de inovação social” (soluções que já estavam a ser testadas noutros países que foi possível desenvolver em Portugal)

#### **Reunião com o Banco Português de Fomento**

**Data: 18/10/2021**

**Presenças: Pedro Magalhães, Carla Pinto, António Figueiredo (QP) e Mariana Rodrigues (QP)**

- A transferência para o COMPETE ajudou a operacionalizar o processo de operacionalização dos instrumentos (FIS). Já tinha experiência do Sistemas de Incentivos, no entanto, neste caso foi necessário “educar” o mercado (intermediários e empresas)
- O FIS é um instrumento complexo que exige o alinhamento dos interesses de várias entidades envolvidas. BPF – SGPM-bancos-empresas.
- Tem uma burocracia associada muito significativa: restrições, burocracia FEEI, necessidade de pré validação do mérito do projeto como IIES, o que desincentiva a sua procura e tem um papel secundário nos bancos, pois trata-se de uma linha de pequena escala.
- Há uma grande concorrencialidade de instrumentos, menos burocráticos, mais céleres, que desincentiva a procura do FIS (linhas de apoio covid, apoios a fundo perdido (incluindo PPI)).
- Para as OES que têm mais dificuldades em aceder ao crédito, o FIS Crédito veio ajudar pois é um instrumento que promove o setor, existe uma partilha de risco, com uma garantia e maturidade maior e com exigência de menor das instituições de crédito
- Consideram o processo de qualificação complexo, na medida em que a própria definição de inovação social tem sofrido alterações ao longo do tempo. É uma grande barreira à entrada.
- Consideram que existe procura potencial mas não é possível quantificá-la, ainda que diariamente recebam pedidos de informação relativamente ao instrumento.

- A segmentação da economia social em termos de negócio bancário depende das entidades, existem entidades com departamento de Economia Social, para além da Caixa Agrícola e do Montepio, como é o caso do Santander ou BPI.
- No FIS Capital, a procura é maior que no FIS Crédito. A ideia inicial de constituir um fundo de fundos foi abandonada pela sua complexidade e constitui-se como fundo de capital.
- O FIS está disposto a investir nas empresas e vai ao encontro das suas necessidades. Há expectativa de execução de toda a linha. Atualmente existem operações com investidores nacionais e internacionais.
- Em novembro, na *Web Summit*, haverá uma campanha de divulgação do FIS Capital

### **Reunião com o projeto Wechangers**

**Data: 18/11/2021**

**Presenças: Bernardo Janson, António Figueiredo (QP), Filipa Barreira (QP) e Mariana Rodrigues (QP)**

- A Wechangers é constituída por 3 pessoas e trata-se de uma rede global que conecta empresas sociais e organizações (só no último ano conectaram 5.000 pessoas). Tem uma rede de mais de 10 mil pessoas em 100 países que se relacionam entre si. O projeto prevê a existência de subgrupos (comunidades privadas – que pagam *fee* anual) que permitem o crescimento da rede – aceleradoras de projetos sociais, fundações, filantropos, ...
- No início de 2021, lançaram um site de gestão de competições/desafios de impacto social – em que os promotores de ideias se candidatam e são avaliados pelos pares. Os vencedores (6) receberão prémios de grandes empresas que patrocinam o concurso.
- O financiamento FIS demorou bastante. A primeira vez que falaram com a PME Investimento foi em abril de 2019, o contrato de investimento foi assinado em dezembro 2019 e a 1ª tranche do financiamento foi paga em maio de 2020. (1 ano e 1 mês até receberem a primeira tranche)
- Quando criaram a empresa tiveram 3 investidores. Quando solicitaram o apoio FIS, solicitaram 1 milhão de euros (em 2 tranches), 70% financiado pelo FIS e 30% pelos coinvestidores restantes
- A obtenção do estatuto IES foi rápida e havia já uma maturação de números financeiros e resultados.
- A candidatura foi submetida em julho de 2019, foram solicitados uma série de esclarecimentos (nomeadamente relativamente a documentos de investidores estrangeiros).
- Os coinvestidores privados adiantaram a primeiro o capital e só depois é que o FIS transferiu a tranche.
- Considera que a génese do FIS se manteve e que é um instrumento necessário para dinamizar o mercado. Devia aproveitar-se a comunicação europeia e trazer projetos europeus para Portugal.
- O FIS necessita de maior divulgação. A internacionalização permitirá maior escala.
- O montante dos coinvestidores foi transferido na altura de submissão da candidatura, o que permitiu suprir dificuldades de tesouraria. Na 1ª fase, considera que é “natural” pedir informação sobre o projeto/entidades/... o que torna o processo lento. No entanto, a 2ª fase, depois da aprovação, é muito demorada.
- Em Portugal, há poucos projetos de inovação social que associam o social e o

- ambiental
- A Wechangers trabalha com o IES

### Reunião com o projeto Knokcare

Data: 09/12/2021

Presenças: José Bastos, João Magalhães, Filipe Pinto, António Figueiredo (QP) e Mariana Rodrigues (QP)

- A Knokcare é líder de mercado português de telemedicina – realiza cerca de 10 mil consultas/mês e preveem crescer 5vezes mais e contratar mais recursos humanos (crescer a um ritmo crescente)
- Impacto social: facilitar a populações vulneráveis a telemedicina através de um serviço fácil de utilizar, acessível do ponto de vista tecnológico, muito analítico que garanta que essas populações mais vulneráveis acedam (+ 65anos e menos digitais).
- Nos idosos institucionalizados tem a componente tecnológica e clínica e pretende evitar idas desnecessárias ao hospital. Há um acompanhamento híbrido dos idosos: consultas de telemedicina e presenciais periódicas (lares, ambulatório, hospital de dia, rede de serviço domiciliário). O projeto fornece os equipamentos.
- Os profissionais são essencialmente médicos de medicina geral e familiar, psiquiatras e neurologistas.
- O projeto pretende reduzir as idas desnecessárias à urgência, diminuição das taxas de infeção dentro das instituições, autonomia e qualidade de vida, mudanças de medicação. O grupo Lusíadas usa a tecnologia Knokcare
- A equipa interna tem 4 médicos em funções de gestão que exploram tecnologias passíveis de serem utilizadas, recolhem dados *on going*, avaliação constante dos serviços prestados.
- Chegaram ao FIS num evento internacional. O contacto com a equipa EMPIS permitiu-lhes ter conhecimento como é que uma empresa *for profit* pode ter impacto social e apoiou-os no desenvolvimento da empresa, nomeadamente no Brasil.
- Em relação ao FIS, consideram que o processo de decisão de investimento é muito longo e complexo, as empresas capital de risco estrangeiras são muito mais rápidas. Trabalham com 3: Mustard Seed, Armilar e Triple Point.
- Além disso, trata-se de um fundo de coinvestimento (não são ativos no board) mas obriga a colocar o Banco Português de Fomento (BPF) no mesmo patamar que os outros investidores (fator de insegurança)
- O FIS não tem flexibilidade. A 2ª ronda de investimento deveria ser mais simples, o BPF já tem acesso a toda a documentação e existe um historial. Mas na realidade começa o processo de novo... O ritmo FIS não é adequado ao tipo de negócios que procuram o FIS (o capital demora muito a ser disponibilizado). Gap de tempo de decisão muito diferente face a organizações de investidores internacionais.
- A submissão e aprovação IIES demorou um mês, no máximo, trabalharam antes de apresentar a candidatura. Entre a aprovação IIES e a entrada do capital demorou cerca de 9 meses.

### Reunião com Fundação Ageas

Data: 13/12/2021

Presenças: João Machado, António Figueiredo (QP) e Mariana Rodrigues (QP)

- A EMPIS está a permitir o desenvolvimento de uma economia de impacto baseada em investidores sociais. Os investidores sociais aplicam capital à espera de retorno social

(donativos/capacitação) ao passo que os investidores de impacto esperam retorno social e retorno do capital. A CIS e as PPI estão associadas ao investimento social, os TIS e o FIS ao investimento de impacto. A maioria dos investidores são distintos, a maioria das Fundações quer estar nos dois tipos de investimento.

- A Fundação Ageas considera inteligente investir na Portugal Inovação Social, pois com 1€ da Fundação, vem 2€ e pouco do PIS (30% de investimento)
- A PIS é um veículo que facilita o investimento. Nas PPI o investimento vai e não volta, nos TIS volta. O coinvestimento entre diferentes investidores sociais permite gerar um pool de capital.
- Não há nenhum *player* que não note grande diferença, em relação a 2016, na qualidade dos projetos que são apresentados, na qualidade dos empreendedores e existe mais capital disponível.
- Portugal tem recebido elogios ao nível da EPVA, Global Impact, ... Os países europeus querem conhecer o caso português e perceber como conseguiram colocar a PIS na política pública, a operar dentro do governo. É o 4º país do mundo com mais título (através do Reino Unido – onde foram criados, EUA e Holanda. Espanha não tem TIS e França tem 2). A Casa do Impacto incubia 35 projetos e outros tantos online.
- Considera que se não houvesse PIS muitos projetos deixariam de existir e que há muitas PPI com potencial para se transformarem em TIS. Ainda que haja potencial, muitos projetos não querem evoluir para TIS porque há poucos investidores sociais que conhecem/entendem os TIS. No entanto, quando conhecem demonstram interesse (expetativa de retorno de capital)
- As operações TIS têm que funcionar em sistema de *lump sums*.
- A plataforma *One Value* tem que ter um papel muito mais relevante para potenciar uma nova vida para os TIS e para criar alguma pressão ao Governo para fazer *disclosure* dos custos (para permitir cálculos de eficiência e eficácia das respostas)
- Num próximo período de programação, deve procurar-se dar continuidade ao caminho iniciado, aumentar a capacidade instalada e afinar os instrumentos
- O FIS Crédito não resultou – negociação muito lenta, foi lançado em plena pandemia com concorrência de outros instrumentos mais simples
- O FIS Capital aprovou em novembro de 2019 o primeiro investimento, em dezembro de 2020 tinha 10 operações aprovadas, com uma média de 1 milhão de euros/projeto. O FIS é o “menor problema” do Banco Português de Fomento. É um instrumento que faz muita falta, pois há investidores que necessitam deste tipo de capital
- O trabalho de due diligence era muito complexo, houve empreendedores que descuravam e facilitavam a apresentação dos documentos necessários
- As PPI têm permitido a capacitação organizativa e de gestão da OES? A Fundação Ageas faz reuniões semestrais de ponto de situação dos projetos financiados. Considera que todos os projetos chegam a mais pessoas mais profissionalizadas, com mais pessoas a trabalhar. No próximo ano, contam financiar capacitação na área de autonomia financeira e perspetivas de crescimento.
- Sustentabilidade: desenvolver modelo de negócio e criar canais de receitas paralelas ao projeto
- As PPI não pressupõem a transferibilidade dos resultados para a política pública. O mecanismo de transferibilidade é relevante para que a política pública se aperceba do que está a acontecer, de forma a não se perderem resultados (difícil de acontecer devido à capacidade instalada) Ex: TIS Projeto Família

#### **Reunião com Incode 2030**

**Data: 15/12/2021**

**Presenças: Bernardo Sousa, António Figueiredo (QP) e Mariana Rodrigues (QP)**

- O TIS que mais acompanham é “EU SOU DIGITAL” que visa melhorar as competências digitais da população infoexcluída. O público-alvo é o público em geral com foco nos +de 45 e +60 anos.
- As entidades que trabalham em áreas de política pública feitas de forma central estão distantes das entidades que desenvolvem projetos a nível local. Os projetos locais não chegam “mais acima” e a quem toma decisões políticas. Na Portugal Digital há essa preocupação desde o início.
- O TIS Eu sou digital quer testar uma nova metodologia que pudesse ser incorporada na Administração Pública – testar inovação para aplicar no mainstream.
- O digital é uma área muito aberta a novas metodologias/novos formatos (plataformas de colaboração, aulas online, mooc, que permite a participação da sociedade. É uma área muito fácil de explicar e relevante para o sucesso do país.
- Quando o digital quer implementar uma solução não deixa de ter articulação com diferentes atores – educação, emprego, ... A legislação/regulamentação dificulta a mudança e a inovação. Há necessidade de um compromisso político forte.
- Há um espaço específico que pode ser aproveitado: mobilização fácil da inovação social e mobilização dos TIS para transformar diferentes áreas.
- Há um diálogo fácil entre a EMPIS e a Portugal Digital (duas Estruturas de Missão) – são estruturas mais ágeis.
- O TIS Eu sou Digital ainda está numa fase inicial. A metodologia/abordagem estará disponível para que possa ser incorporada em diversas entidades da sociedade civil numa lógica mais nacional. Vão ser criados centros de capacitação digital. Tem potencial para se plasmar no território mais alargado, com a rede de centros a ideia é chegar a diferentes territórios. A capacitação será articulada pelo projeto mas alinhada localmente.
- A Portugal Digital sempre esteve preocupada em estar envolvida. Numa área nova, em que estão a ser criadas respostas, é mais fácil “entrar” do que noutras áreas onde já existem respostas. Nas áreas em que já existem políticas algo disruptivo pode não ser tão acolhido.
- A FCT aprovou as competências digitais e o referencial de formação. Há uma grande mobilização da Caixa Geral de Depósitos (modelo de governação com reuniões regulares, promoção do programa internamente, ...)
- O digital tem custos iniciais elevados que podem criar dificuldades de financiamento, caso o pagamento seja apenas por resultados. O ideal seria um “modelo misto” (resultados+despesa)
- Carga burocrática elevada que leva a perda de foco e recursos, análises redundantes
- Desafios TIS:
  - ganhar desde o início entidades públicas que podem incorporar as metodologias dos projetos (Administração Pública aberta a mudança para incorporação de novas metodologias, importante ter esta visão nas entidades – mobilizador)
  - compromisso dos decisores políticos (apresentar resultados intermédios, “chamar” o decisor periodicamente)

### **Reunião com Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)**

**Data: 16/12/2021**

**Presenças: Luz Pessoa e Costa, António Figueiredo (QP) e Filipa Barreira (QP)**

Existem matérias que constam dos resultados da EMPIS que sejam apropriados pelas políticas públicas



- O IEFP participou em 3 ou 4 TIS, sendo que o acompanhamento mais próximo está delegado nas delegações regionais.
- O IEFP é executor de políticas públicas, embora acabe por ter, ainda que indiretamente, algum contributo no desenho das políticas públicas, sendo que aquilo que vão “beber” aos TIS tem influência. Por exemplo, o TIS da Academia de Código, toda a experiência que tiveram acabou por influenciar o desenho de alguns programas que o IEFP tem de sua iniciativa. A Integração de Migrantes permitiu perceber em que tipo de situações é necessário acautelar ou melhorar no acolhimento de migrantes em formação.
- Uma das possibilidades que está a ser estudada é a avaliação das políticas públicas pelos resultados – uma abordagem diferente que é trazida pela experiência com os TIS – uma avaliação pelo impacto e não pelo projeto em si.
- Os TIS são pertinentes e interessantes para responder às necessidades territoriais com abordagens inovadoras. Existe uma aposta nas parcerias público-privadas.
- Nos TIS têm de existir algumas diretrizes daquilo que é a participação das entidades públicas. Não considera que se deva conduzir todas as parcerias de acordo com a mesma grelha, sem possibilidade de adaptação às características de cada projeto. Devem existir umas linhas orientadoras e depois cada projeto tem evolução própria, conforme a sua dinâmica. Os parceiros devem poder intervir de acordo com aquilo que acharem necessário em cada projeto. Por exemplo, se num projeto se levantarem questões sobre a empregabilidade e o cumprimento do projeto pelo recurso a algumas medidas do IEFP, aqui a ação do IEFP tem de ser mais concreta. Faz sentido facilitar a mobilização das medidas do IEFP e apoiar o projeto nesse sentido.
- No caso dos migrantes, por exemplo, com o pagamento das bolsas e com os apoios o IEFP teve uma maior intervenção de acordo com o que considerou ser o entendimento possível.
- No *Fast-Foward* com a Câmara Municipal do Porto, a Delegação Regional do Porto também mobilizou algumas medidas para apoio ao projeto.
- É o crescimento do próprio projeto que vai indicando quando é necessário intervir.
- Têm sido criados projetos piloto com base nesta lógica de ir retirando ensinamentos dos projetos em que participam. Por exemplo, o programa Jovem+ Digital resulta da aprendizagem feita no âmbito da participação nos TIS.
- O próximo desafio é começar a olhar para os parceiros do IEFP na lógica dos ganhos e dos resultados.

#### **Reunião com Instituto de Segurança Social (ISS)**

**Data: 16/12/2021**

**Presenças: Catarina Marcelino, Cristina Rodrigues, António Figueiredo (QP) e Mariana Rodrigues (QP)**

**Será que se pode esperar transmissibilidade para a política pública de projetos TIS?  
Recomendações para essa transferibilidade**

- O ISS tem interesse em utilizar metodologias de intervenção social na política pública, no entanto não existe ainda cultura de inovação social na entidade (consideram inovação social apenas “ideias fora da caixa”)
- No PROCOOP o ISS abre vagas para cooperação de respostas típicas, mas também têm interesse noutra tipo de respostas. Foi aberta uma linha para financiar projetos de inovação social, que ainda não foi fechada, porque as candidaturas que lhe chegaram não apresentavam inovação. Não existe cultura de medição e avaliação de impacto.



Nesta linha, ainda há necessidade de definir o que precisam de fazer, disseminar projetos, construir metodologias viradas para resultados. O ISS está aberto para fazer este caminho mas ainda não tem metodologias de análise definida para aplicar.

- O domínio da infância e juventude é uma prioridade para o ISS.
- O Projeto Família foi um TIS que teve bons resultados, que trabalha com determinada metodologia, mas institucionalmente ninguém abordou o ISS para introdução dessa metodologia na política pública
- Muitas vezes os projetos só chegam ao ISS quando terminam e necessitam de apoio para a continuidade ou sustentabilidade. O ISS tem um envolvimento muito periférico.
- O ISS, na sua linha de cooperação, para além dos acordos de cooperação tem protocolos de cooperação para testar políticas inovadoras (ex: na área dos sem abrigo – housing 1st) que lhe permite experimentar metodologias. É a única linha que permite o apoio financeiro a projetos e lhes permite ter alguma flexibilidade.
- Em que condições poderiam ser transferidas metodologias para a política pública?
  - Maior proatividade de quem conduz resultados da Inovação Social e discutir metodologias
  - As entidades públicas deveriam ter liberdade de escolher as metodologias
  - Apresentação de metodologias construídas a partir de projetos EMPIS – um pacote/cardápio de metodologias para se ver o que seria possível internalizar na política pública, para não se perder conhecimento, instrumentos, materiais, ... (como aconteceu com o EQUAL)
  - Como é que o ISS, no futuro, pode ter um papel menos periférico que não seja apenas assinar uma carta de conforto?
- Poderia ser inserida na componente de programação uma dimensão de cooperação mais firme entre a entidade pública e os investidores sociais, de forma a promover projetos e que pudesse financiar testes de transferibilidade (estádio intermédio) – não para dar continuidade a projetos mas para testar, em termos práticos, se o projeto tem possibilidade de ser escalado.

## 12 – ENTREVISTAS REALIZADAS NO ÂMBITO DOS ESTUDOS DE CASO

### 12.1. ESTUDO DE CASO REGIÃO NORTE

#### Reunião Área Metropolitana do Porto (AMP)

Data: 25/10/2021

Presenças: Dr. Lino Ferreira, Dra. Susana Castanheira, António Figueiredo (QP) e Mariana Rodrigues (QP)

Questão central: A AMP é um ecossistema de inovação social?

- Atualmente, 30% do investimento social é realizado na AMP, sendo o Porto e Vila Nova de Gaia os maiores investidores sociais e 76% do investimento social da Região Norte é na AMP.
- A aproximação da AMP à inovação social iniciou-se em 2011, altura em que realizaram um benchmarking relativamente ao Reino Unido e trouxeram duas empresas sociais para conversarem com os municípios (Vereadores e Técnicos de Ação Social). Além disso, também fizeram uma aproximação ao País Basco, onde existe um “Silicon Valley” da área social (Sinnergiak Social Innovation).
- Através destas pesquisas/interações chegaram ao IES – Instituto de Empreendedorismo Social e ao Filipe Santos e Miguel Alves Martins.
- Realizaram um programa de capacitação com o IES durante 1 ano e meio (financiado pelo ON2 – programa de capacitação institucional) dirigido às redes sociais, técnicos municipais e começaram a fazer experimentação com alguns projetos (Collor Add, No Poupar está o ganho). Fizeram medição do impacto destes projetos
- Depois deste programa organizaram o Fórum de Empreendedorismo Social com a presença de convidados internacionais desta área da inovação social. Pretendiam que todos os atores tivessem um discurso comum. A aproximação ao IES e Laboratório de Investimento Social (hoje Maze) foi estratégica.
- No Conselho Metropolitano de Vereadores (Ação Social e Educação) foram dando os primeiros passos na construção do ecossistema de inovação social, ou seja, tentaram alterar o *mindset* de uma economia assistencialista para a economia de impacto, as dinâmicas de inovação social e começaram a criar uma rede neste domínio dos 17 municípios.
- Cada um dos 17 municípios, nomeadamente as redes sociais, teve uma reunião com a Maze, de forma a ficarem “implicados” com esta temática.
- Foi desenvolvido o projeto AMPLIFICA, no qual se desenvolveram e aperfeiçoaram projetos para a lógica de IES. A 1ª edição contou com 20 projetos. Foi possível verificar as necessidades de capacitação dos promotores de projetos e verificou-se que nem todas as ideias se podem transformar em projetos de inovação social.
- Foi criado um referencial estratégico para a ação social para o período 2014-2020 – constituído por Vereadores, técnicos – numa lógica *bottom up* e com um eixo muito forte na inovação social. Integrado na plataforma supraconcelhia da Segurança Social (planeamento do território como um todo). Neste momento, a AMP obteve muita credibilidade junto da EMPIS e da Ministra M<sup>a</sup> Manuel Leitão Marques.
- Trabalharam com o CIS (Centro de Inovação Social) Porto (CM Porto) na sensibilização, divulgação, capacitação com aceleração, incubação de projetos, planeamento estratégico.
- Trabalharam com a Gulbenkian

- Ajudaram a montar a IRIS (incubadora Amarante)
- Atualmente existe o CIS metropolitano – Santo Tirso (Norte) e São João da Madeira (Sul) que colaboram entre si e “disputam” o primeiro lugar. A inovação académica está nestes centros.
- Existe já um conselho metropolitano de voluntariado – 14 municípios estão a desenvolver uma PPI com a Pista Mágica
- Os projetos quando chegam à AMP já têm que ter robustez e que provar a sua sustentabilidade e impacto – posicionar a mudança clara da economia social
- Consideram que há necessidade de sensibilizar entidades como o IEFP, envolver mais as universidades, incrementar a medição de impacto.

### **Reunião Teatro do Bolhão**

**Data: 6/12/2021**

**Presenças: Glória Cheio, Cristiana, Filipa Barreira (QP) e Mariana Rodrigues (QP)**

- Antes do projeto, o Teatro do Bolhão tinha um projeto teatro portátil com um conjunto de espetáculos que costumava levar a escolas, sobretudo do Porto. No início do ano letivo, faziam a divulgação das atividades e as escolas entravam em contacto.
- O projeto surge porque tinham interesse em alargar o projeto a outras escolas.
- Quando estavam a ver como poderiam expandir o projeto, tiveram um encontro com a AMP e perceberam que estava à procura de projetos/parceiros. Até esse momento, só conheciam o conceito de inovação social “à distância”, no entanto com o contacto com a AMP perceberam que o projeto se poderia enquadrar nesta lógica.
- Desta forma, afinaram o projeto e este foi alargado aos 17 municípios – 1 agrupamento de escolas por município, exceto no Porto que estiveram presentes em 2. A seleção destes agrupamentos obedeceu à informação sobre a dimensão das escolas e os resultados da disciplina de Português.
- O projeto para além de levar espetáculos portáteis às escolas tinham uma vertente de formação de professores em sede de sala de aula (utilização metodologias utilizadas no teatro para as aulas para gerar uma forma mais criativa de dar as aulas)
- Nos espetáculos para a comunidade houve algumas dificuldades em realizar os espetáculos nos municípios onde não existem equipamentos culturais e houve a necessidade de transformar/adaptar os espetáculos.
- O projeto deu oportunidade de envolver os alunos da ACE Escola de Artes (parceira do Teatro do Bolhão) e potenciar o trabalho de muitos profissionais das artes
- Dinamizaram pelo menos 2 espetáculos para cada ciclo, em cada escola.
- O projeto conseguiu atingir os resultados previstos. O indicador contratualizado foi melhoria de resultados de 10% dos alunos envolvidos na disciplina de Português e, de facto, 10% de 18.606 alunos conseguiram melhorar os seus resultados
- A AMP teve um papel fundamental na mobilização dos municípios para o projeto
- Os municípios acompanharam o primeiro contacto com as escolas e alguns foram acompanhando, estiveram presentes nos espetáculos.
- A pandemia “atingiu” o projeto “em cheio” e levou a necessidade de adaptações das atividades – atividades que se tornaram digitais, criação de materiais para facilitar a compreensão dos Lusíadas para alunos e professores, colaboração em termos de metodologias a utilizar
- Após o projeto, já foram chamados por algumas Câmaras/escolas para desenvolverem alguns espetáculos

- Atualmente estão a desenvolver uma PPI com o Município de Vila Nova de Gaia – Companhia Projeto Artístico – que trabalha com pessoas com deficiência mental para que estas tenham mais oportunidades de trabalho nas artes ou outras áreas. Foi inaugurado o CIS Avintes muito recentemente.
- Numa nova parceria, consideram que não seria profícuo envolver todos os municípios AMP, preferiam desenvolver um projeto com mais consistência e menor abrangência.

### **Reunião Fundação Dr. António Cupertino de Miranda**

**Data: 6/12/2021**

**Presenças: Inês Abreu, António Figueiredo (QP) e Mariana Rodrigues (QP)**

- O projeto *No Poupar está ganho* pretende desenvolver as competências financeiras das crianças. Tem conteúdos adaptados desde o pré-escolar até ao 12º ano, embora se nota uma prevalência de participantes ao nível do 1º ciclo;
- A conceção do projeto decorreu de um projeto de investigação da Universidade do Porto sobre literacia financeira. Posteriormente, pediram apoio à Faculdade de Economia do Porto e partiram para o terreno (2007, 2008, 2009). Em 2010, o primeiro inquérito à literacia financeira veio revelar as mesmas conclusões do estudo de investigação que tinham realizado;
- Nunca quiseram estar associados a nenhum banco para manter a independência do projeto;
- A FACM trabalhou com o Banco de Portugal e com a Associação Portuguesa de Seguros e pôs em prática o plano de formação. Em 2009, lançaram o projeto-piloto e em 2010 estavam em 3 escolas;
- Em 2015, o projeto dá o “salto” com a AMP. Em 2017, participam na iniciativa Amplifica como projeto apresentado pela CM da Maia. Foi muito importante para dar visibilidade e impulso ao projeto;
- A AMP está muito atenta a projetos que podem trazer impacto ao território, como considerou que seria o projeto *No Poupar está o ganho* (A AMP abordou a FACM);
- A Faculdade de Psicologia realizou a avaliação de impacto e foram retiradas as seguintes conclusões:
  - Os alunos aprendem, nomeadamente vocabulário relacionados com a educação financeira;
  - Há impacto ao nível do comportamento – alterações de comportamentos reconhecidos pelos professores, pais e pares;
  - Há um impacto ao nível das relações empáticas na família (impacto social)
- A avaliação de impacto fortaleceu o projeto e, a certa altura, este encontrava-se capacitado para concorrer ao Portugal Inovação Social;
- Resposta a problema social: défice de literacia financeira (4ª taxa mais baixa da UE, 130% endividamento das famílias) através da capacitação das crianças/jovens (quanto mais cedo se capacitar, melhores vão ser as decisões);
- Trata-se de um projeto que intervém nas escolas de forma estruturada e coletiva, que permite a capacitação dos professores através dos diversos recursos desenvolvidos, existe uma monitorização regular ao longo do ano e são desenvolvidas diversas iniciativas para a criação de sentimento de pertença (visita ao Museu, comemoração do Dia da Poupança, olimpíadas da educação financeira, concurso final, ...), estímulo do trabalho em grupo, ligação direta dos conteúdos do projeto ao dia a dia dos alunos;

- A candidatura obrigou a cruzar o projeto com a matemática e introduzir o indicador de melhoria dos resultados a matemática em 20% em 17.000 alunos (3 anos/universo) – esta introdução obrigou a alterações nos cadernos e nos conteúdos desenvolvidos;
- No âmbito do projeto foram criados materiais analógicos, cadernos em papel mas também uma plataforma educativa, construída de raiz, adaptada às necessidades. A candidatura PPI permitiu refazer a plataforma, introduzir filmes temáticos, ...
- Sustentabilidade do projeto: este projeto é uma prioridade para a Fundação e existe uma comparticipação em função do número de turmas participantes que os municípios asseguram;
- Desde 2018, a educação financeira é obrigatória nas escolas, pelo que o projeto já deu um contributo para influenciar a política pública. O projeto dá aos professores ferramentas e acompanhamento (de proximidade) para abordar a literacia/educação financeira;
- Atualmente o projeto *No Poupar está o Ganho* é desenvolvido em 50 municípios;
- Desenvolvem igualmente um projeto com Seniores (*Eu e a minha Reforma*) em 6 municípios, no qual têm alguma dificuldade em chegar às instituições. Trabalham com municípios, juntas de freguesia, universidades seniores, misericórdias, associações. Houve uma adaptação dos conteúdos ao digital, nomeadamente acesso a serviços financeiros digitais;
- Vão desenvolver o projeto *Por tua conta* com a AMP que pretende desenvolver competências financeiras no ensino profissional (resposta a um problema que existe com uma abordagem distinta) que pretende envolver os alunos em casos práticos, adaptados a cada escola. O projeto vai ser desenvolvido nos 17 municípios (4 turmas/município)

#### **Reunião Câmara Municipal de Valongo (CM Valongo)**

**Data: 09/12/2021**

**Presenças: Ilda Soares, António Figueiredo (QP) e Mariana Rodrigues (QP)**

- A CM Valongo é investidora social de duas formas:
  - através do apoio a projetos que trabalha internamente para os quais foram procurar *know how* fora
  - através de pedidos/propostas que lhe chegam de diversas entidades
- A inovação social do concelho tem como objetivo responder a problemas sociais como envelhecimento, saúde mental e voluntariado;
- A AMP está no “caminho” para o ecossistema. O Conselho de Vereadores de Ação Social é uma grande mais-valia. Os projetos são apresentados aos municípios nesse contexto e depois cada um “agarra” ou não. Quando a CM Valongo aceita ser investidora social é porque existe um problema social no território e não há resposta;
- A AMP tem recorrido à Maze que tem ajudado a delinear os projetos, a partir da identificação dos problemas. Há sempre ligação à área científica e universitária e a participação em workshops (de capacitação dos municípios).
- Por exemplo, o projeto IDA – intervenção em doentes com Alzheimer – o município trabalhou o projeto enquanto ideia, realizou formação e foi à procura de uma entidade com *know how* que pudesse ser entidade promotora. Este projeto surgiu no orçamento participativo jovem, apresentado por um empreendedor jovem, a CM apoiou e deram-lhe nova “roupagem” através do trabalho desenvolvido com a Maze e acabou por ser apoiado numa PPI (o empreendedor foi integrado na entidade promotora do projeto);

- Nos projetos que surgem internamente a CM Valongo é a única investidora social;
- Sustentabilidade dos projetos: muitos projetos terminam em 2022, a CM poderá dispor de alguma verba, no entanto têm a ideia de envolver o tecido empresarial local. Gostariam que as empresas deixem de trabalhar com mecenato/subsídios e passem a apoiar projetos como investidores sociais. Para apresentar propostas às empresas seria importante ter os problemas sociais quantificados (“levar números”);
- As empresas deveriam ter uma maior participação no CLAS para conhecer melhor os problemas sociais do território (apenas 2 empresas em 75 entidades). O CLAS esteve presente na Feira do Tecido Empresarial para dar a conhecer os problemas sociais do território;
- Pretende desenvolver um projeto piloto relacionado com o isolamento de seniores, através de uma metodologia da Universidade de Évora, que gostavam que se tornasse política pública;
- No organigrama da CM, recentemente atualizado, para incluir a Inovação Social (Unidade de Inovação e Ação Social)
- Em resumo:
  - A identificação do custo/problema poderia trazer alavancagem aos investimentos;
  - É muito importante uma identificação robusta dos problemas sociais
  - Trazer novas abordagens para a resolução de problemas, junto de Universidades (ex: Faculdade de Psicologia da Universidade do Porto, ligação à Universidade de Évora (metodologia para trabalho com seniores em isolamento)
  - Identificação de organizações disponíveis para trabalhar, existem ainda dificuldades de sustentabilidade e necessidades de capacitação;
  - Necessidade de atrair recursos das empresas, para tal seria muito relevante ter a relação custo/problema

#### **Reunião Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (CM VNG)**

**Data: 21/12/2021**

**Presenças: Susana Lacerda, Filipa Barreira (QP) e Mariana Rodrigues (QP)**

- A Rede Social de Vila Nova de Gaia tem cerca de 230 parceiros de diversas áreas, sendo que o trabalho desenvolvido impacta sempre no desenvolvimento social do concelho;
- A inovação social surge de diversas formas:
  - Associações com projetos piloto/ideias que apresentam à Câmara Municipal à procura de apoio financeiro
  - Empreendedores enviados por uma incubadora com quem têm uma relação próxima (Acredita Portugal – 2 incubadoras no território)
  - A CM VNG acompanha todo o processo, vai dando orientações, apoio e “abrindo portas”, de modo a facilitar a realização da iniciativa.
- A relação com a AMP faz-se em 2 sentidos:
  - Há projetos de IIES que são apresentados pela AMP para o desenvolvimento em Vila Nova de Gaia
  - A CM VNG sugere que à AMP projetos que correram bem no seu território para que sejam apresentados a outros concelhos
- Atualmente, existem projetos que podem ser extrapolados para a AMP, como por exemplo: “Vozes de Gaia” e “Sim, somos capazes”.

- A CM VNG tem reuniões, pelo menos trimestralmente, com todos os projetos que apoia e a questão da sustentabilidade e replicabilidade dos projetos está sempre presente;
- São investidores sociais de 20 projetos, dos quais 6 já terminaram. Recentemente apoiaram mais 4 projetos que foram recentemente aprovados. Realizaram cerca de 1,5M€ de investimento social.
- Alguns dos projetos que já terminaram tiveram continuidade por via de financiamento próprio e por via de algum apoio do município.
- A maior dificuldade dos projetos é a falta de dotação orçamental das entidades promotoras (maioritariamente IPSS). Aspeto que dificulta muito o arranque dos projetos que, na maioria das vezes, só acontece com o adiantamento da verba do investidor social. Atualmente acresce como dificuldade o tempo que a EMPIS/POISE demora a validar a despesa – 9 meses;
- A Inovação social já faz parte da política do município, mas ainda não existe nenhum Pelouro/Divisão/Departamento dedicado especificamente a esta temática.
- Existe alguma resistência por parte das empresas em apoiarem os projetos como investidores sociais. Nos projetos em que os empreendedores são mais ativos existem mais empresas envolvidas, não como investidoras, mas colaborando através da cedência de trabalhadores para voluntariado, dando algum apoio, ... ;
- A avaliação de impacto tem muita importância para captar investimento, sobretudo por parte das empresas;
- Por exemplo, no projeto “Sim, somos capazes” dirigido a jovens com deficiência intelectual promovendo a sua inserção na vida ativa, quando as empresas percebem que de facto estes jovens têm capacidades laborais e são muito focados nas tarefas que fazem, acolhem-nos com maior facilidade. Por isso, é extremamente importante demonstrar resultados e o impacto social das iniciativas;
- Existem 3 projetos dirigidos a cuidadores informais (um que desenvolve competências do cuidador, outro que promove a reinserção do cuidador e um dirigido a jovens cuidadores até aos 18 anos) que articulam entre si, avaliam os candidatos e encaminham conforme a necessidade para evitar duplicação;
- Nos projetos da 2ª call existe uma maior consciência da necessidade de assegurar a sustentabilidade - criação de pequenos negócios, prestação de serviços pagos à comunidade...
- Os próprios beneficiários do projeto criam produtos para venda. Um exemplo disso é o projeto “Escola Oficina” – criaram uma oficina, recolhem desperdícios de tecidos, produzem artigos que depois são vendidos (e já exportados) e assim conseguem criar sustentabilidade
- A ligação às Universidades existe por via das avaliações de impacto (sobretudo Faculdade de Psicologia da Universidade do Porto e Universidade Católica do Porto)
- Há potencial para alguns projetos prosseguirem TIS, mas ainda é necessário mais tempo de maturação dos projetos.

## **12.2. ESTUDO DE CASO REGIÃO CENTRO**

**Reunião Ativadora EMPIS da Região Centro – Dra. Alexandra Neves**

**Data: 29/11/2021**

**Presenças: Alexandra Neves e Mariana Rodrigues (QP)**

Há dualidade de ecossistemas na região Centro? Ou existe um conjunto diversificado e, ainda, pouco estruturado em termos de especialização de ecossistemas locais?

- Na Região Centro, no início do Portugal Inovação Social todos os conceitos de empreendedorismo e inovação social eram desconhecidos, pois não existiu um trabalho dinâmico prévio como na AMP. Nos 100 concelhos da Região não existiam dinâmicas, a ativadora andou a descobrir empreendedores e as suas iniciativas (o trabalho de terreno foi fundamental).
- Ou seja, nesta Região não existe uma AMP mas “pequenos” ecossistemas.
- Destacam-se como zonas/concelhos mais dinâmicas:
  - CIM Beiras e Serra da Estrela (um dos maiores investidores sociais), com destaque para o Fundão, mas já não é caso único. A incubadora I3Social abrange os municípios todos desta CIM;
  - CIM Região de Leiria - muito criativa, já com histórico de empreendedorismo empresarial elevado;
  - CIM Região Coimbra, mas apenas os municípios à volta da Coimbra. O concelho de Coimbra tem dinâmicas muito fracas e não seria complicado encontrar investidores sociais. Quando faz encaminhamento com a incubadora sente que há pouco acolhimento da inovação social pela academia. O concelho de Pampilhosa da Serra, com cerca de 4000 habitantes, tem 5 projetos aprovados;
  - CIM Oeste - sobretudo Peniche, Torres Vedras. A zona mais próxima de Lisboa é fraca como Cadaval, Sobral do Montagaço, não aparecem dinâmicas);
  - CIM Médio Tejo - descobriu a Inovação Social a meio do percurso, mas encontra-se ativa. Neste território todos os municípios aderiram ao projeto Color Add;
  - Pinhal Interior – Aviso exclusivo para esta sub-região de 19 municípios foram apresentadas 29 candidaturas, muitas envolvendo diversos municípios
  - CIM Viseu Dão Lafões – território com dinâmicas mais fracas e menos investidores. Os municípios têm vontade de apoiar dinâmicas, mas não aparece dinamismo por parte das entidades.
- Apesar da abordagem aos municípios ter sido feita de forma equitativa, a forma como os municípios “agarraram” a inovação social foi diferente. Existem muitos concelhos dinâmicos e concelhos vizinhos que podem ser um “vazio”, pois depende muito dos atores e do envolvimento dos municípios. Nos concelhos mais pequenos, muitas vezes, o executivo municipal parece que faz parte das instituições. Há casos, nestes concelhos, de se terem agregado 3 ou 4 instituições e municípios de cores políticas diferentes.
- Na Região Centro, em 2 avisos, o número de candidaturas total superou as candidaturas que na Região Norte (procura).
- Destaca-se o papel das incubadoras de Leiria e I3social, que são verdadeiros “braços direitos” da PIS. A ativadora regional encaminha-lhes muitos projetos.
- A incubadora social Microninho e a da Figueira da Foz mais centrada na população desse município e ligada às pescas têm desempenhado um papel importante na dinamização de projetos.
- Envolvimento da Universidade da Beira Interior (projetos de final de curso), Instituto Politécnico de Leiria e da Guarda.



- Em concelhos mais pequenos, há investidores sociais a contactar a EMPIS para pedir opinião relativamente a projetos que lhes propõe ou existem investidores sociais a pedir informações sobre projetos, nos quais possam investir, no âmbito da responsabilidade social das empresas/entidades.
- Considera que já se sente alguma inclusão da abordagem da inovação social na política pública local, por exemplo em Pombal já foi criado um Vereador que tem as questões do empreendedorismo e inovação social (Pelouro Coesão e Inovação Social – Dra. Catarina Pascoal da Silva <https://www.cm-pombal.pt/municipio/vereadores/catarina-silva/>)
- As temáticas dos projetos versam sobretudo o envelhecimento associado à saúde, à solidão e à demência, o sucesso escolar (crianças/adolescentes e prevenção no pré-escolar), empregabilidade sobretudo ligada à deficiência (física e mental). Também aparecem projetos ligados à toxicodependência, reclusos, depressão na adolescência mas em menor número.
- As operações FIS não são relevantes na Região Centro. Há pouca sensibilidade da banca aos negócios sociais.
- Considera que existem projetos PPI, que já tiveram duas edições, que se poderiam transformar em TIS.
- Serviços de apoio ao empreendedorismo e inovação social em falta:
  - Ligação às Universidades e IEF – seria importante existir um apoio para os empreendedores enquanto estão a criar um projeto numa incubadora, para que não se perca talento por necessidades financeiras
  - Maior envolvimento de alunos de final curso/mestrado/doutoramento – protocolo transversal a todos os cursos, maior aproximação dos jovens à inovação social (acolhimento por parte das incubadoras)
- Projetos de referência: Palhaços d’Ospital, Deliciosas Diferenças, Aqui Contigo, Seolife, Ombro Amigo, Velhos Amigos, Ervas da Vila, +Alternativas Sénior.

### **Reunião I3Social (Incubadora Beiras e Serra da Estrela)**

**Data: 7/12/2021**

**Presenças: Clara Ramos, Filipa Barreira (QP) e Mariana Rodrigues (QP)**

Existe um ecossistema regional ou “pequenos ecossistemas”?

- Para que exista um ecossistema têm que existir condições favoráveis à sua formação, nessa medida a I3Social foi procurar parceiros que lhe permitissem gerar maior impacto social. Procurou o Instituto Politécnico da Guarda e a Universidade da Beira Interior para uma maior aproximação a um ambiente de inovação que pudesse ser transposto para a economia social e gerar impacto.
- Um ecossistema de empreendedorismo e inovação social é a ambição, mas não existe para já, ainda está em formação;
- A I3Social identificou que em boa parte dos 15 municípios que constituem a Região das Beiras e Serra da Estrela já estão a acontecer iniciativas interessantes muito próximas da inovação social, sem as pessoas se aperceberem. De facto, existem muitas iniciativas, também porque o período de pandemia favoreceu o aparecimento de iniciativas inovadoras, no entanto são casuísticas de desgarradas. Pontualmente, sente-se que existe um ambiente favorável à inovação social;
- Existe no território o reconhecimento da importância da existência de soluções inovadoras, no entanto, há pouco compromisso e consciência de que o trabalho em

rede aliado à inovação pode ser um fator decisivo para combater os problemas sociais e promover a coesão territorial;

- Os municípios darem prioridade a processos desta natureza nas suas estratégias municipais e perceberem o impacto que podem ter é um processo de maturidade que se faz com pequenos passos. Existem municípios da região das Beiras e Serra da Estrela que já estão numa fase mais madura e que já interiorizam estas abordagens de inovação social, porém existem outros que ainda estão muito no início desse processo. A CIM pode ter um papel fundamental, ser o elemento agregador de todos os municípios aproximando os que já estão mais à frente no processo de maturidade dos outros, criar ligações entre eles, promover a cultura participativa contribuindo assim para a formação do ecossistema.
- A estratégia de inovação social deveria fazer parte da política intermunicipal;
- A ambição da i3Social é que todos os municípios apropriem a abordagem da inovação social e trabalhem em conjunto, criar uma plataforma de trabalho em rede;
- No que se refere às empresas, aquelas de maior dimensão têm o sentido de responsabilidade social. As de menor dimensão estão a ser muito atraídas para este processo ainda que venham à procura de soluções que as possam beneficiar. Não aparecem com intenção de ser investidores sociais;
- A avaliação de impacto dos projetos é fundamental para dar visibilidade ao impacto, para levar ao apropriamento dos projetos por parte das políticas municipais/públicas e ao investimento privado.
- A banca vai-se implicando mas fruto da política nacional das entidades e fruto de pertencerem ao ecossistema em formação onde estão inseridas (BPI; CGD, Caixa Agrícola)
- Muitos empreendedores necessitam de mais empoderamento, de colaboração e interação para que os resultados das iniciativas tenham impacto e para que os decisores políticos tomem consciência.

#### **Reunião Projeto Palhaços d'Opital**

**Data: 13/12/2021**

**Presenças: Isabel Rosado, Filipa Barreira (QP) e Mariana Rodrigues (QP)**

- O projeto foi criado por 2 professores do ensino básico que, nos primeiros 4 anos de projeto, mantiveram a sua profissão a tempo inteiro;
- Projeto pioneiro, na Europa, a levar doutores-palhaços para os mais velhos;
- O 1.º hospital com o qual fizeram protocolo foi o Hospital de Aveiro, onde a pediatria é pequena e face a essa particularidade abrangeram todos os doentes, nomeadamente mais velhos. Quando propuseram visitar todo o hospital, a administração achou boa ideia porque todos os pedidos que recebiam eram sempre para abranger as crianças;
- O projeto candidatou-se ao Prémio BPI Capacitar e quando questionados sobre a inovação do projeto, optaram por dirigir o projeto a doentes mais velhos (e não a crianças). Atualmente, fazem atividades dirigidas a um público mais velho, mas não deixam de abranger todos os doentes.
- Os primeiros 4/5 anos do projeto foram de muita formação, testar as soluções, perceber o que resultava, a melhor abordagem, sempre com espírito muito crítico
- O projeto teve um crescimento muito lento nos primeiros anos. Uma grande dificuldade prende-se com a sociedade não ter a mesma “simpatia” com a causa dos mais velhos em relação às crianças (chegaram a ouvir: se fosse crianças apoiava ou dava apoio maior).

- O problema social é maior do que perspetivaram. Há uma enorme aceitação dos hospitais ao projeto mas, consideram, que ainda há muito para fazer. Os estudantes de medicina procuram formação (workshops) junto da associação para perceber como lidar com os mais velhos.
- Em primeiro lugar, tiveram um projeto CIS, no qual investiram em 4 áreas – formação, comunicação, criação de valor e estudo de avaliação de impacto, que veio comprovar o impacto do trabalho. Devido ao lançamento tardio do Aviso da CIS, acabaram por se juntar as duas candidaturas (CIS + PPI). A aproximação à EMPIS, através da ativadora da Região Centro, ocorreu num evento. Quando lhe apresentaram o projeto, ela considerou que seria um projeto passível de concorrer às medidas PIS.
- Na candidatura PPI, trabalharam com uma empresa de consultoria de Coimbra e já tinham trabalhado com outra consultora na candidatura na CIS. Consideram que a empresa soube fazer bem o enquadramento do projeto.
- Os investidores sociais foi a associação que os procurou, alguns deles já eram mecenas do projeto. Tiveram um grande reverso com a pandemia, a Air Liquide suportava 66% do investimento total e no início de 2020 a gestão mudou de Portugal para Espanha e decidiram que iriam investir em Espanha. A Fundação Ageas aumentou a sua participação e é o principal investidor social neste momento;
- De março a setembro/outubro de 2020, não conseguiram falar com as empresas. Por causa do projeto CIS tiveram que recorrer a um crédito bancário para a realização de um estudo e, quando fizeram o pedido de crédito, solicitaram o dobro do montante necessário (a conselho do BPI) que lhe permitiu ter algum fundo de maneiço para iniciar o projeto PPI. Se não tivessem tido a candidatura CIS aprovada, a PPI não tinha acontecido. As questões financeiras foram as mais complicadas, pois o processo é muito moroso nos pagamentos e estrangula as entidades que não tem fundo de maneiço. O modelo atual só funciona para quem tem suporte financeiro.
- Estão satisfeitos por terem candidatura CIS primeiro, no entanto tiveram problemas com a consultora que fez o diagnóstico porque lhe apresentou um contrato ilegal, que os fez gastar parte do dinheiro da candidatura CIS. Com a segunda empresa de consultoria a experiência também não correu bem, pois não foram salvaguardadas as questões de contratação pública. Já estão a trabalhar com uma terceira empresa (Magda consultores – avaliação de impacto e para a parceria outra consultora).

### **Ecosistema**

- A promotora do projeto faz parte de um grupo de empreendedoras da Europa.
- Considera que já há várias redes dentro da inovação social, mas são fechadas dentro de si e essa é a grande diferença entre Portugal e a Europa. Quando trabalham com CEOs estrangeiros a mentalidade também é muito diferente.
- O retorno que o projeto pode dar às empresas é a visibilidade do investimento através do trabalho desenvolvido. As empresas vão financiar visitas aos hospitais, mas nem sempre está de acordo com o que pretendem.
- Os grupos de associações existem, mas realizam pouco trabalho conjunto, não pensam no todo e em trabalhar em rede. As entidades vêem-se umas às outras como concorrentes e não como cooperantes.
- Num ecossistema tem que haver alguém à cabeça que impulsione e coordene, que é o caso da AMP na Região Norte. Na Região Centro ainda não existe ninguém que o faça, as redes são locais e fechadas.

- Mesmo as incubadoras têm uma mentalidade mais fechada –tiveram dificuldade em encontrar uma sede e atualmente estão numa loja de centro comercial, porque uma incubadora pedia um valor superior de renda.

**Futuro:**

- Estão a realizar contactos com a MAZE e com a Fundação Calouste de Gulbenkian e a desenhar, com o apoio da Fundação Ageas, a procura de outro financiador que ajude a desenhar a própria estratégia do projeto, porque internamente não tem capacidade. Estão em contacto com a associação portuguesa de administradores hospitalares e os hospitais já olham para o trabalho da associação de forma diferente da que olham para os voluntários. Querem igualmente chegar à DGS.
- Pretendem realizar nova PPI ou com apoio da Fundação Ageas e da Gulbenkian vão à procura do que será necessário para que o projeto se transforme num TIS.

**NEET MAKER - Capacitação e Estímulo à Empregabilidade e Inclusão Social**

**Data: 13/12/2021**

**Presenças: Joaquim Sousa, Joel Pedro, Luís Andrade dos Santos, António Figueiredo (QP) e Filipa Barreira (QP)**

- Desde 2014, que Instituto Pedro Nunes (IPN) tem vindo a colaborar com o Município de Penela nos temas da inovação e do empreendedorismo em espaço rural
- A incubadora criada em 2015/2016 resulta da parceria entre o Município de Penela (que disponibilizou o edifício) e o IPN. É uma extensão do IPN para o mundo rural.
- A incubadora de empresas de Penela (smARTES/HIESE) tem incorporado um *Fab Lab*.
- O Município de Penela que os desafiou o IPN para o tema dos NEET, que até então não era o principal público-alvo, por norma recebiam jovens que queriam ser empreendedores não costumavam ir à procura e tiveram que ir.
- Com a ideia organizada foram à procura de instrumentos que pudessem financiar o projeto e a IPIS mostrou-se a mais adequada.
- A Inove social, incubadora da CIM de Coimbra, está no IPN, em Coimbra, por isso a temática da inovação social não era novidade.
- O projeto permite a fusão entre empreendedorismo de base tecnológica e o empreendedorismo social – divisão entre os dois mundos que é ultrapassada com este projeto. Ao estarem no mundo rural estão mais próximos das pessoas.
- Este projeto vai à procura de jovens NEET e ao longo do projeto têm percebido uma grande diferença (o litoral com muita gente e o interior com pouca gente).
- Como encontraram estes jovens? Com a parceria do IEFP fazem sessões de divulgação.
- O projeto operacionaliza-se através de um conjunto de *workshops* e *bootcamps* que levam os jovens numa “viagem” até estarem mais capacitados para entrar no mercado de trabalho (1.ª semana de capacitação e depois o *Bootcamp*).
- A escola forma, mas o mundo real é diferente, sobretudo com a base digital atual.
- Já contactaram 49 jovens e já fizeram um evento com 10 jovens, a quem deram formação de uma semana em empreendedorismo, durante a qual tiveram de gerar um *pitch*.
- Têm jovens desde o 9.º ano ao mestrado – leque diverso. 50% dos jovens ou mais é dos territórios de Penela, Ansião, Miranda do Corvo e o restante de Coimbra.

- O projeto inicialmente foi focado nos territórios de baixa densidade, mas foram percebendo que o número de jovens NEET que queria voltar ao mercado de trabalho era insuficiente, além de que é um público que tem a característica do “deixa estar”.
- Têm uma procura muito grande de mão-de-obra. O desemprego que existe é desta forma estrutural.
- Estão a trabalhar com as associações empresarias desses territórios para que as empresas absorvam os jovens que não são empreendedores e têm tido uma grande abertura e interesse por parte das empresas em receberem esta população.
- O objetivo é que 25 dos 75 jovens que vão capacitar ingressem no mercado de trabalho, até ao momento 19 jovens já estão empregados (ainda falta 1 ano para o final do projeto).
- A operação está a correr muito bem, apesar da pandemia ter criado atrasos e constrangimentos nas atividades presenciais. Pediram uma revisão – inicialmente a meta era 35 jovens a ingressar no mercado de trabalho e baixaram para 25.
- Uma pessoa que fez o 12.º ano tem uma “medalha” que é o 12.º ano, no entanto, tem muito mais do que isso: as *softskills* e as competências digitais são ferramentas que podem usar

#### **Apoio da EMPIS:**

- Têm uma equipa de gestão de projeto para a dimensão mais “burocrática”, mas consideram que é um programa relativamente simples – já têm muita experiência com FEEI. Têm sido muito acompanhados pela ativadora do Centro.
- Consideram que poderia haver capacitação para quem está a iniciar estes projetos para explicar como funciona.
- Não dominam bem a IPIS e os seus instrumentos, nem tinham conhecimento dos TIS.
- Tinham um projeto, uma ideia, algumas coisas no terreno, tinham um investidor e foram procurar qual a ferramenta disponível – alinhamento do projeto com o instrumento de financiamento.
- Consideram que das PPI podem resultar orientações de política pública que podem ser usadas na prática.
- A aproximação ao projeto - havia um problema com NEET’S e quem os podia ajudar a resolver – recorreram às empresas aos municípios, ao IEFP.
- Começaram a interação com o IEFP com muita cautela, mas eles gostaram muito do projeto. O facto de os jovens estarem num ecossistema é estimulante para eles.

## 13 – FICHAS DOS ESTUDOS DE CASO

### 13.1 - Estudo de caso: Área Metropolitana do Porto

#### Introdução

O presente estudo de caso (EC) insere-se na metodologia proposta para a Avaliação das Medidas de Promoção da Inovação Social, com o principal foco de estudar a dinâmica desenvolvida pela Área Metropolitana do Porto (AMP) no desenvolvimento e promoção de um ecossistema de inovação e empreendedorismo social (ECSIES), nomeadamente ao nível da adesão e implementação dos 17 municípios a projetos de inovação social.

#### Contextualização

Atualmente, 30% do investimento social é realizado na AMP, sendo os municípios do Porto e Vila Nova de Gaia os maiores investidores sociais, representando 76% do investimento social da Região Norte. Já desde 2013, a AMP tem investido na área da Inovação e do Empreendedorismo Social, com uma estratégia clara e diferenciadora, assumindo claramente o compromisso de desenvolver o ecossistema de inovação social metropolitana. Entre as áreas de intervenção desenvolvidas avultam a capacitação de municípios, ONGs e instituições sociais, o desenvolvimento de diversas iniciativas (*roadmaps* de inovação, competições de ideias, *campus* da inovação social, conferências de inovação social,...), bem como o investimento no desenvolvimento de alguns projetos-piloto no território (como por exemplo, o ColorADD, No Poupar é que está o ganho, *Transformers*) e o desenvolvimento de outros projetos, como programas de incubação e aceleração, apoio indireto e mobilização de investidores.

Importa destacar que a génese do interesse da AMP pelas questões da inovação social pode associar-se com atividade colaborativa e de prestação de serviços desenvolvida por entidades largamente representadas na génese da própria abordagem da inovação social em Portugal. Assim, o primeiro passo desenvolvido para a ativação do ecossistema foi o mapeamento das iniciativas de inovação social e empreendedorismo na região através do projeto MIES (parceira com a IES-Business School Social), projeto fundamental para a identificação das necessidades da Região, dos pontos fortes e fracos do ecossistema de inovação social. Após este mapeamento, foi dinamizado um modelo de capacitação interna dos técnicos dos 17 municípios da AMP e de entidades da Rede Social de cada município. Ainda em 2013, tendo presente a necessidade do desenvolvimento do ecossistema, a AMP criou o Centro de Inovação Social Metropolitana (CIS-M), com o objetivo de desafiar a visão tradicional de abordagem de problemas sociais complexos, promovendo o desenvolvimento e implementação de soluções mais eficientes com maior impacto na sociedade na resposta aos desafios e problemas da Região.

Há ainda que destacar a existência na estrutura técnica da AMP uma Direção e um quadro fortemente identificados na abordagem da inovação social, o que permitiu garantir uma linha de continuidade que é visível no conjunto de realizações sequenciais e complementares às anteriormente referidas.

Em 2015, foi assinado um protocolo entre a AMP e a Estrutura de Missão da Portugal Inovação Social (EMPIS) com o intuito de desenvolver o ecossistema de inovação social e investimento social no território da AMP e potenciar sinergias para a atuação da Iniciativa Portugal Inovação Social (IPIS) em todo o país. Tendo como foco o investimento social, pretendeu-se captar o interesse do setor público e do setor privado. Dois anos mais tarde, em 2017, com a oportunidade de acesso a oportunidades de financiamento da IPIS, foi desenvolvido o AMPLIFICA – A Aceleradora de Impacto (programa de experimentação e aceleração de IIES) que apoiou o desenvolvimento de planos de negócios e captação de investimentos, 20 projetos nas áreas da inclusão social, empregabilidade, saúde, educação, acessibilidade e meio ambiente. Já em 2019, foi lançada a segunda edição do AMPLIFICA, que apoiou 18 projetos, com aposta em projetos com elevado potencial de negócio e impacto, capazes de alavancar com suporte na tecnologia e com potencial de replicabilidade.

Através das ações de capacitação, aceleração e dos Fora, a AMP tem mobilizado e comprometido diferentes parceiros do setor público e privado, conseguindo alavancar projetos que já apresentam sustentabilidade económica. Tem sido envolvido um grande leque de *stakeholders*, dos quais se destacam a Fundação Calouste de Gulbenkian e a PIS.

Em 2021, a AMP foi um dos parceiros locais da Conferência Europeia Anual da EVPA (European Venture Philanthropy Association), tendo aproveitado a oportunidade para divulgar e disseminar o trabalho realizado em Portugal e no território metropolitano em matéria de inovação social.

É ainda importante para efeitos de contextualização da experiência AMP mencionar a ação exercida pelo Conselho de Vereadores para as áreas da educação e do social, que reúne regularmente os Vereadores de todos os municípios representados na AMP. A Direção e estrutura técnicas, atrás mencionadas, utilizam esse Conselho de Vereadores como uma plataforma de disseminação de oportunidades, suscitando e dinamizando o interesse de cada município.

### **Objetivos**

O Estudo de Caso foi organizado prosseguindo os seguintes objetivos:

- Avaliar a dinâmica da formação do ecossistema de inovação e empreendedorismo social;
- Identificar os principais constrangimentos à formação do ECSIES;
- Aprender as formas de territorialização de ECSIES em formação;
- Avaliar os termos de apropriação da inovação social pelas políticas sociais municipais.

### **Abordagem metodológica**

A metodologia seguida envolveu a mobilização dos seguintes elementos:

- Análise documental, nomeadamente, planos de desenvolvimento de Iniciativas de Inovação e Empreendedorismo Social (IIES), relatórios de progresso, relatórios de

saldo final e outros documentos relativos a projetos;

- Exploração de informação adicional disponível e facultada pelos beneficiários dos projetos e disponível nos *websites* dos projetos e da PIS;
- Entrevistas com entidades beneficiárias, investidores sociais e AMP

A análise documental incidiu nos seguintes projetos, por se tratarem de projetos já encerrados, dinamizados nos 17 concelhos que integram a AMP:

Projeto e entidade implementadora	Objetivos	Resultados
<p><b>No Poupar é que está o ganho</b></p> <p><b>Fundação Dr. António Cupertino de Miranda</b></p>	<p>Combater o défice de literacia financeira e transmitir às crianças e jovens conhecimentos para o desenvolvimento de competências que lhes permitam, hoje e no futuro, a tomada de decisões financeiras informadas e responsáveis, contribuindo também para a melhoria do seu desempenho a nível escolar.</p>	<p>17.233 alunos participaram no projeto, nos anos letivos 2017/2018, 2018/2019 e 2019/2020, sendo que para efeitos de indicador de resultado 3.767 alunos melhoraram as notas a matemática em um nível, ou um valor, dependendo do ciclo de estudos, por ano letivo face ao ano letivo anterior. Significa que 21,86% dos alunos envolvidos nas atividades melhoraram resultados a matemática.</p> <p>O facto destes 3.767 alunos terem melhorado os seus resultados a matemática pode significar que são alunos menos propensos a incorrer em situações de insucesso escolar e que não ficarão mais anos na escola face ao previsto. Atendendo a que o custo anual de um aluno do ensino básico ou secundário é 3.019€ (valor plataforma OneValue), o facto destes 3.767 alunos terem menos propensão para insucesso escolar poderá representar uma poupança potencial muito significativa, na ordem dos 11. 372.573€, mesmo que apenas 50% dos alunos não estivessem em risco de insucesso, a poupança (5.686.286,5€). Com um investimento de 985.310,83€ (a 3 anos dos quais 30% provenientes de investidores sociais), se todos os recursos financeiros do projetos fossem dirigidos às atividades com os alunos melhoraram os resultados, teríamos um custo/aluno que</p>



**Avaliação das medidas de promoção da Inovação Social – Relatório Final Preliminar  
VOLUME II**

<b>Projeto e entidade implementadora</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Resultados</b>
		melhoraram os resultados de 261,56€ em 3 anos)
<b>À Barca, À Barca Teatro do Bolhão</b>	Intervenção através do teatro em contextos educativos, contribuindo para a redução de um problema social que se considera estar na base da motivação para a aprendizagem, do envolvimento na escola e do insucesso e abandono escolar - o domínio da leitura, da comunicação oral e da escrita da língua portuguesa.	Foram envolvidos em todas as atividades do projeto 38.411 alunos e dos que 15.233 estudantes dos quais foram disponibilizadas as classificações, 12.362 poderiam cumprir a meta proposta (os restantes já tinham 5 a Português), dos quais 1.877 melhoraram a nota, o que representa 98,79 % da meta contratualizada. Neste caso, caso se considere que 1.877 que melhoraram resultados a português são alunos que deixam de estar em risco de insucesso e que não irão permanecer no sistema educativo mais anos do que o previsto, a solução deste projeto poderá contribuir para uma poupança na ordem dos 5.666.663€ (atendendo a que o custo anual de um aluno do ensino básico ou secundário é 3.019€). Com um investimento de 465.585,65€ (a 3 anos dos quais 30% provenientes de investidores sociais), se todos os recursos financeiros do projeto fossem dirigidos às atividades com os alunos melhoraram os resultados, teríamos um custo/aluno que melhoraram os resultados de 248,04€ em 3 anos)

Foram realizadas as seguintes entrevistas:

<b>Entidade</b>	<b>Interlocutor</b>	<b>Data</b>	<b>Formato</b>
Área Metropolitana do Porto	Dr. Lino Ferreira Dra. Susana Castanheira	25/10/2021	Presencial
Fundação Cupertino de Miranda	Dra. Inês Abreu	6/12/2021	Online
Teatro do Bolhão	Dra. Glória Cheio Dra. Cristiana	6/12/2021	Online
Município de Valongo	Dra. Ilda Soares	9/12/2021	Online
Município de Vila Nova de Gaia	Dra. Susana Lacerda	21/12/2021	Online

Os resumos das entrevistas realizadas encontram-se no **ponto 12** do presente documento de anexos.

**Principais conclusões:**

- A AMP tem assumido, desde 2013, uma estratégia clara e diferenciadora no compromisso de desenvolver o ECSIES metropolitano, nomeadamente através do investimento em alguns projetos-piloto. O financiamento de projetos através dos FEEI tem permitido escalar e alavancar alguns destes projetos desenvolvidos na AMP, existindo projeto implementados nos 17 municípios metropolitanos.
- A atuação do grupo técnico da AMP tem envolvido ainda um importante processo de interação com ideias de projeto, hipóteses de candidaturas, iniciativas em gestação, gerando frequentemente alterações e novos rumos aos projetos e às ideias apresentadas; sobretudo no que respeita à demonstração do carácter inovador da resposta social constante do projeto apresentado e à sustentabilidade das soluções propostas, o testemunho do grupo técnico é importante, porque evidencia a observação de um relevante efeito de triagem e de certo modo influenciador da qualidade dos projetos tal qual eles se apresentam à avaliação e análise da Unidade Técnica de Financiamento da EMPIS.
- De acordo com a evidência recolhida, pode concluir-se que, apesar de toda a dinâmica observada, o ECSIES em formação na AMP não é ainda um verdadeiro ecossistema e muito menos de âmbito intermunicipal, já que as dinâmicas observadas se inscrevem sobretudo em lógicas de intervenção social municipal, em linha com o crescente papel observado dos municípios como investidores sociais. O que se observa é um excelente desempenho do ponto de vista da disseminação de oportunidades de projetos de inovação social exercida a partir do Conselho de Vereadores atrás mencionado, passando a partir daí os municípios e os seus esforços de incremento do investimento social municipal a desenvolverem os projetos. Há, no entanto, que ter em conta que alguns dos projetos metropolitanos, caso por exemplo do projeto liderado pela Fundação Cupertino de Miranda, no âmbito do seu escalamento acabam por extravasar a sua incidência num único município.
- De facto, sendo o investimento social municipal muito significativo, pelo menos nos municípios mais representativos do coração metropolitano, num quadro de descentralização progressiva das políticas sociais o aumento do investimento social conduzirá os municípios a uma perspetiva mais integrada e a assumirem uma lógica de inovação social nas suas próprias políticas municipais. Enquanto caso concreto, a CM Vila Nova de Gaia, um dos maiores investidores sociais municipais, mobiliza as entidades da Rede Social municipal para o desenvolvimento de projetos na lógica da inovação social, em função das necessidades do território, e em articulação com outros projetos que desenvolvem para responder a problemas sociais do território. Existem assim perspetivas de evolução a partir do coração de cada iniciativa municipal, abrindo-se obviamente a oportunidade para abordagens declaradamente mais intermunicipais à partida, o que constituiria uma via alternativa ou complementar da

trajetória até agora seguida.

- A AMP é uma instituição intermunicipal bem identificada com a abordagem da inovação social e que para ela arrancou com uma sólida e especializada assessoria e colaboração (IES e MAZE) e dinamiza a partir do seu Conselho de Vereadores a extensão desta abordagem aos vários municípios, despertados para o investimento social, mas aos quais ainda falta intensidade colaborativa que permita falar de um ecossistema metropolitano robusto.
- Uma das evidências que aponta para essa ainda incipiente expressão de um ECSIES com densidade colaborativa de natureza metropolitana é a ausência de intervenção exercida pela estrutura técnica da AMP que envolva a colaboração com entidades financeiras. Essa inexistência de dinâmica colaborativa com o sistema financeiro pode em parte ser também explicada pela reduzida presença de entidades financeiras especializadas em instrumentos de capital na AMP, sobretudo em flagrante oposição ao observado na aglomeração metropolitana de Lisboa. Existe espaço ao nível das incubadoras de inovação social já existentes na AMP, designadamente se a Universidade do Porto pretender desenvolver essa componente no sistema de inovação que dela irradia, para atrair investimento financeiro especializado a essas instituições e com elas recriar um ambiente mais intenso de densidade colaborativa. Dada a sua natureza, a estrutura técnica da AMP que dinamizou inicialmente o processo não tem vocação para estender a sua ação aos domínios do financiamento especializado. Mas existem já na AMP instituições com essa vocação que poderão assumir esse testemunho e prolongá-lo com intervenção mais especializada.
- As dinâmicas de intervenção observadas em alguns municípios, por exemplo o envolvimento em Vila Nova de Gaia da rede social municipal e em Valongo da ideia de trazer ao investimento social municipal PME locais com prática de donativos sociais a instituições locais são dinâmicas muito promissoras, que num quadro de maior descentralização das políticas sociais poderão ter efeitos valiosos em matéria de densificação do ECSIES metropolitano. Essa evolução, a confirmar-se, poderá assumir um papel preponderante na compatibilização dos instrumentos de inovação social e de instrumentos mais tradicionais, na medida em que o conhecimento de proximidade do universo de OES aí a operar é algo de muito relevante para gerar complementaridades e evitar sobreposições estéreis e destruidoras de recursos.
- Em resumo, o Estudo de Caso sobre a AMP evidencia que o seu ecossistema está em linha com o ciclo de maturação da inovação social que este período de programação nos trouxe. Trata-se de uma realidade em formação, cujo afinamento e aproveitamento de oportunidades criadas terá no próximo período de programação um teste de grande importância para ajuizar da sua consistência futura.

## 13.2 - Estudo de caso: Região Centro

### Introdução

O presente estudo de caso (EC) insere-se na metodologia proposta para a Avaliação das Medidas de Promoção da Inovação Social, no qual se pretende realizar uma análise comparativa de projetos na NUTS II da Região Centro, como espaço de referência para o estudo do ecossistema de inovação e empreendedorismo social associados às características do território, enfatizando as diferenças entre projetos desenvolvidos em território de baixa densidade e projetos desenvolvidos numa franja litoral, com maior concentração de recursos.

### Contextualização

Na Região Centro, apesar de ter sido uma das regiões contempladas pelo mapeamento de iniciativas de inovação e empreendedorismo social (MIES), em 2014, quando foi lançada a IPIS não existia um conhecimento dos conceitos de empreendedorismo e inovação social, pois não existiu um trabalho prévio de sensibilização dos agentes locais para a temática em causa. Contrariamente ao que se passa na Área Metropolitana do Porto não existia à altura nenhuma entidade que tenha assumido o papel de criação de um ecossistema de inovação e empreendedorismo social. Esta evidência suscitou uma hipótese de trabalho que haveria de revelar-se promissora do ponto de vista do aprofundamento do Estudo de Caso: **estarão na região Centro a emergir ecossistemas de inovação e empreendedorismo social de base local e sub-regional, com capacidade de adaptação a diferentes contextos de concentração e diversidade de recursos humanos, institucionais e de investimento com capacidade de resposta a necessidades dos territórios?**

A evidência recolhida mostra que a larga maioria das dinâmicas de inovação social existentes nos 100 concelhos da Região Centro são fruto de um intenso trabalho de terreno realizado pela equipa de ativação da EMPIS, mais concretamente do trabalho local da ativadora regional, circunstância amplamente reconhecida não só no processo de inquirição de suporte global à presente avaliação, mas também nas entrevistas realizadas no âmbito deste Estudo de Caso.

Atualmente, trata-se de um território onde coexistem “pequenos e emergentes ecossistemas” de inovação e empreendedorismo social. Apesar da abordagem aos municípios ter sido realizada de forma muito equitativa, a forma como estes assumiram a inovação social foi muito distinta, encontram-se concelhos muito dinâmicos e outros com uma dinâmica fraca. De qualquer modo, sem as concentrações de recursos comuns à AML e à AMP, a dinâmica observada na região Centro e percecionada por este Estudo de Caso mostra que a evolução observada na região Centro é muito promissora do ponto de vista da territorialização da abordagem inovação social à escala do Continente e da adaptação do modelo de maturação da iniciativa em função das características de cada território.

### Objetivos

O estudo de caso foi elaborado de modo a responder aos seguintes objetivos:

- Avaliar a pluralidade de ecossistemas na Região versus lógica de conjunto, ainda, pouco estruturado em termos de especialização de ecossistemas locais;

- Analisar que aspetos dominantes reveste a dinâmica da formação do ecossistema de inovação e empreendedorismo social em função das características dos territórios envolvidos;
- Identificar os principais constrangimentos à maturação do ecossistema.

### **Abordagem metodológica**

A metodologia seguida mobilizou essencialmente os seguintes elementos:

- Análise documental, nomeadamente, planos de desenvolvimento de Iniciativas de Inovação e Empreendedorismo Social (IIES), relatórios de progresso, relatórios de saldo final e outros documentos relativos a projetos;
- Exploração de informação adicional disponível e facultada pelos beneficiários dos projetos e disponível nos *websites* dos projetos e da PIS;
- Entrevistas com entidades beneficiárias, nomeadamente incubadoras, e ativadora regional

Tendo em consideração a diversidade de instrumentos de financiamento e os programas operacionais financiadores, a análise documental incidiu nos seguintes projetos, alguns dos quais ainda se encontram em execução:

Projeto e entidade implementadora	Objetivos
<b>Palhaços D'opital (CIS E PPI/ POISE)</b> <b>Palhaços D'opital Associação Cultural</b>	O problema social identificado, e que originou a IIES Palhaços d'Opital, é a falta de cuidados emocionais à população sénior em contexto hospitalar, a pouca humanização dos serviços hospitalares e um cada vez maior tempo de permanência neste meio desta população. A metodologia do Doutor Palhaço representa uma forma inovadora de utilizar o humor e performances artísticas para promover o bem-estar das pessoas. Em execução
<b>Deliciosas diferenças (PPI/POISE)</b> <b>Deliciosas diferenças Cooperativa</b>	Visa promover o bem-estar da pessoa doente mental em todas as suas dimensões, através de um percurso de reinserção social, ocupacional e laboral dos doentes mentais graves. Surge a ideia de um negócio social na área do catering, em que os doentes mentais são envolvidos no desenvolvimento dos serviços e produtos, de acordo com as suas aptidões, motivação e interesse. Projeto já encerrado que conseguiu atingir 49% dos resultados contratualizados
<b>NEETMAKER (PPI/ POISE)</b> <b>IPN INCUBADORA</b>	Programa que procura desenvolver competências nos NEET, destinado à população jovem fora do mercado de trabalho e de instituições educacionais.
<b>SAPIE (TIS / POCH)</b> <b>Associação Tempos Brilhantes</b>	Ferramenta educativa inovadora de predição do abandono escolar precoce. Emite alertas ao “primeiro sinal” de risco em indicadores de insucesso escolar, comportamento, assiduidade e saúde psicológica e monitoriza a sua evolução ao longo do tempo,

Projeto e entidade implementadora	Objetivos
	<p>contribuindo para validar empiricamente as intervenções realizadas, ao mesmo tempo que aprofunda o conhecimento relativo aos fatores causais e processos que lhes subjazem.</p> <p>Resultados: Foram retirados 145 alunos com resultados negativos à retenção, o que representa 3,21% do número de alunos com retenção relativamente à amostra total de alunos retidos (4.523 alunos) e 8,52% do número de alunos com retenção relativamente à amostra de alunos retidos na Região Centro (1.701 alunos)</p> <p>Se considerarmos os custos médios do Tribunal de Contas (2012) do custo de um aluno retido por ano: 4.415€.</p> <p>Atendendo a que o sistema SAPIE "retirou da retenção" 145 alunos, poderá ter existido uma poupança na ordem dos 640.175€ ao Estado com um apoio de 220.967€ a 3 anos (se atendermos apenas aos alunos retirados à retenção daria um custo por aluno de 1.523,91€ nos 3 anos).</p>

Foram realizadas as seguintes entrevistas:

Entidade	Interlocutor	Data	Formato
EMPIS – Ativadora da Região Centro	Dra. Alexandra Neves	29/11/2021	Online
I3Social (Incubadora Beiras e Serra da Estrela)	Dra. Clara Ramos	7/12/2021	Online
Palhaços d'Opital	Dra. Isabel Rosado	13/12/2021	Online
NEET MAKER - Capacitação e Estímulo à Empregabilidade e Inclusão Social	Dr. Joaquim Sousa Dr. Joel Pedro Dr. Luís Andrade dos Santos	13/12/2021	Online

\*Foi agendada reunião com o projeto Deliciosas Diferenças mas não compareceram na data acordada e, apesar de novo contacto, não foi possível realizar entrevista

Os resumos das entrevistas realizadas encontram-se no **ponto 12** do presente documento de anexos.

### **Principais conclusões:**

- Observa-se a emergência de ecossistemas de base local-sub-regional (Serra da Estrela e região de Coimbra-Penela), com características promissoras e de grande alcance futuro, revelando a particularidade do envolvimento de infraestruturas de base tecnológica prestigiadas na região e no país. No caso de Coimbra-Penela é do envolvimento do Instituto Pedro Nunes (IPN) que estamos a falar e no caso da Serra da Estrela estamos essencialmente a falar do trabalho inicial de dinamização promovido por uma incubadora de inovação social que procurou objetivamente a cooperação com a Universidade da Beira Interior e do Instituto Politécnico da Guarda para reforçar o ecossistema local com uma maior ambiência de recursos de inovação.

Esta dimensão revelada por este estudo de caso é relevante não só do ponto de vista do potencial de internacionalização que essa aproximação representou, mas também do ponto de vista da criação de bases locais de inovação social desde logo em ambiente de inovação e de recursos de investigação e conhecimento para o alimentar. O caso da Serra da Estrela é muito interessante do ponto de vista da criação de uma base colaborativa local praticamente a partir do zero, com a convicção expressa da relevância de construir primeiro o edifício para depois aspirar a outros voos. Já o caso de Penela-Coimbra é relevante porque arranca de um projeto focado na problemática dos NEET e porque capitaliza a internalização numa instituição como o IPN, à partida com um ambiente de inovação já criado e em franco desenvolvimento, o que constitui uma forte especificidade do projeto.

- O que é particularmente curioso na lógica do caso Coimbra-Penela é o facto do projeto âncora articular o ambiente de inovação tecnológica do IPN com a experiência do município de Penela no âmbito da promoção do empreendedorismo em espaço rural. Duas incubadoras, uma delas focada nas indústrias criativas, completam o quadro, acompanhada da emergência da Câmara Municipal de Penela como investidor social.
- É também muito interessante a entrada da abordagem da inovação social na resposta a um problema social, os NEET, já objeto de outras intervenções de política educativa e social, também financiadas por Fundos Europeus, particularmente o FSE. Na expressão dos promotores da iniciativa, o NEET Maker vai à procura dos jovens NEET e para isso revelou-se crucial a parceria estabelecida com o IEFP, o que representa um exemplo de entrada da abordagem inovação social por um corpo institucional e de políticas com instrumentos de política já há longo tempo estabelecidos.
- A mobilização dos ambientes e ferramentas do digital na capacitação dos NEET para acesso ao mercado de trabalho tem na proximidade ao IPN uma vantagem importante de localização e integração institucional e segundo a avaliação de quem comanda a incubadora de inovação social a integração num ecossistema sob os auspícios do IPN é muito estimulante do ponto de vista dos processos de capacitação realizados aos jovens com objetivos de empregabilidade.
- Já o caso da Serra da Estrela tem matizes diferenciados já que a incubadora em causa não emerge à partida num ambiente de inovação já criado, como o do federado pela presença do IPN, embora tenha suscitado a necessidade de densificar a aproximação colaborativa com centros de recursos de inovação presentes na Universidade da Beira Interior e do Instituto Politécnico da Guarda.
- Em matéria de contexto explicativo, não pode deixar de recordar-se aqui que a região Centro é praticamente o único caso no Continente em que a Estratégia Regional de Especialização Inteligente apresentava entre as suas prioridades de domínios temáticos de especialização para o período 2014-2020 a dimensão da inovação em meio rural. Embora partindo de ambientes prévios de inovação muito distintos, ambos os casos representam iniciativas em que a abordagem inovação social emerge com preocupações de colaboração com centros de recursos de inovação, normalmente

mais associados à inovação tecnológica. Esta é uma característica fortemente diferenciadora e que nas operações de implementação da IPIS não esteve necessariamente sempre presente. Mas a direção em que apontam é promissora. Não há razões plausíveis que afastem a inovação social desses ambientes e estes dois casos evidenciam que tal aproximação é promissora, sobretudo nos casos em que a dimensão da inovação social em causa possa beneficiar mais intensamente da inovação tecnológica e da investigação que se desenvolve a montante.

- Por estas razões se que a formação de ecossistemas de base local/sub-regional tenderá a aproximar as intervenções de inovação social das necessidades do território e representam uma promissora territorialização da abordagem da inovação social.



**14 - SÍNTESE DOS FOCUS GROUP REALIZADOS**

**LISTA DE CONVIDADOS**

Focus Group	Convidados
<b>Peritos em empreendedorismo e inovação social oriundos da academia e do quadro institucional associado ao setor</b>	Carlos Azevedo - IES
	Filipe Santos – Universidade Católica
	Margarida Anselmo - MAZE
	Sílvia Ferreira – CES
	José Carlos Mota – Universidade de Aveiro
<b>Investidores sociais (públicos e privados) e doadores envolvidos em projetos apoiados pela Iniciativa.</b>	Francisco Palmares – Fundação Calouste Gulbenkian
	Eduardo Vítor Rodrigues – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia
	Paulo Fernandes – Câmara Municipal do Fundão
	José Manuel Ribeiro – Câmara Municipal de Valongo
	Gustavo Freitas – Santa Casa da Misericórdia (Casa do Impacto)
	Rita Byrne – Banco BPI
	Ana Estelita - Fundação Altice Portugal
	Pedro Ricardo Gomes - Caixa Económica Montepio Geral
	Kim Kreilgaard - European Investment Bank
	João Machado - Fundação Ageas
	Rui Pedroto - Fundação Manuel António da Mota
Inês Bastos - Fundação Aga Khan	
<b>Empreendedores sociais e incubadoras de empreendedorismo social.</b>	Liliana Ribeiro – Incubadora IRIS
	Liliana Simões – Incubadora Microninho
	Frederico Cruzeiro Costa – Incubadora Fábrica do Empreendedor
	WomenPowerhub (Braga)
	I3Social (Beiras e Serra da Estrela)
	Leiria Social Innovation Hub
	Incubadora de Inovação Social Loulé e Algarve
	Incubadora de Inovação Social Baixo Alentejo
	Social Innovation Academy
	Hugo Menino Aguiar - SPEAK
	João Baracho - Apps for Good
	João Magalhães - Academia de Código
	Elena Duran - 55+
	Verónica Milagres - Rádio Miúdos
	Fernanda Freitas – Nuvem Vitória
	Afonso Mendonça Reis – Mentos Empreendedoras
Paulo Lameiro – Pavilhão Mozart	
Diogo Cruz – UDream	
Sónia Fernandes – Pista Mágica	

### FOCUS GROUP PERITOS EM INOVAÇÃO SOCIAL

Data: 19/10/2021

Presenças: Carlos Azevedo (IES), Margarida Anselmo (MAZE) e José Carlos Mota (Universidade de Aveiro), António Figueiredo (QP) e Mariana Rodrigues (QP)

#### Temas em debate:

1. A IPIS reflete plenamente o conhecimento existente em Portugal sobre Inovação Social? Os resultados alcançados estão em linha com esse conhecimento?
2. A operacionalização das MPIS esteve à altura do conhecimento existente? As tipologias de MPIS consideradas pela IPIS traduzem todas as valias da abordagem da inovação social? De acordo com o vosso conhecimento, os instrumentos do FIS Crédito e do FIS Capital tal como são aplicados pela IPIS são coerentes com os instrumentos de capacitação, de parcerias para o impacto e de títulos de impacto social?
3. Recomendações podem formular para uma eventual reedição da IPIS na programação PT2030?

#### Principais ideias/conclusões geradas pelo painel:

- 1. A IPIS veio suprimir uma lacuna no apoio financeiro (e não só) dos projetos de inovação social, colocando esta na agenda das políticas públicas; dada a sua natureza de experimentação, tem obviamente evoluído ao longo da sua implementação, aprendendo e aproveitando o conhecimento existente e produzido em torno da sua implementação e tem capitalizado ligações.
- 2. A equipa de ativação distribuída pelo território é muito relevante, pois os seus elementos estão no terreno junto dos diferentes intervenientes envolvidos nos projetos, permitindo gerar escala e alavancar investimento. Tem existido uma capacidade de ativar as redes sociais existentes, nomeadamente municipais e conseguir perspetivar o que são (ou serão) IIES, trabalho esse realizado de forma proativa e no terreno, conduzindo inclusivamente a uma evolução dos próprios critérios definidores;
- 3. Os municípios têm revelado uma boa capacidade de envolvimento através da incubação de iniciativas, da participação e financiamento de projetos integrando-os nas suas políticas públicas municipais.
- 4. Para além disso, existe um potencial de atração à inovação social no âmbito do que poderíamos designar de cidadania criativa e cívica, seja de base urbana, seja de base mais rural, animada por coletivos que não podem ser consideradas entidades da economia social tal como está regulamentada; estamos a falar em alguns casos de associações, noutros casos de coletivos mais ou menos organizados que poderão eventual evoluir, com o enquadramento e acompanhamento adequado, para fórmulas mais avançadas que consigam preencher o critério de IIES. Não se pode, assim, perder de vista um conjunto de outras iniciativas, que não estão a ser apoiadas, de inovação cívica desenvolvidas por grupos de cidadãos que ainda não se aproximam da inovação social mas que faz sentido captar e atrair embora ainda não tenham maturidade para responder ao critério de mobilização.
- 5. Na já vasta massa de projetos apoiados e em execução, colocam-se as questões a merecer atenção, tais como “como medir impacto com projetos ainda a decorrer?” e “quais os efeitos da rede que estão a potenciar, em termos de alargamento e consolidação em que estão inseridos?”

- 6. As PPI têm emergido como o instrumento de maior relevo, alavancando investimento privado e permitindo que alguns projetos parados pudessem arrancar. O conhecimento existente e o trabalho anterior foi aproveitado e capitalizado, gerou processos de aprendizagem enriquecendo o conhecimento existente com um conhecimento mais pormenorizado do terreno e dimensionando melhor as perspetivas que se tinha sobre o alcance do mercado de investimento social. tido um grande alcance e fizeram descolar projetos que não o fariam de outra forma;
- 7. A IPIS enfrenta, entretanto, riscos seja por se tratar de uma iniciativa inovadora, seja pelo seu próprio âmbito (inovação social):
  - O grau burocrático existente que limita a ação das organizações, o investimento realizado e acentua problemas de cash-flow, registando-se que tais questões burocráticas “acabaram por queimar alguns investidores” que ficaram relutantes em investir;
  - Não é seguro que a Capacitação tenha corrido da forma esperada como primeiro passo para os outros instrumentos, na medida em que os produtos não tiveram um papel de capacitação de preparação para receber os outros instrumentos e a burocracia atropelou os processos; a procura de evidências- resultados nos produtos da capacitação, gerando o risco de elaboração forçada para demonstrar evidência, acabou por enfatizar mais o produto do que os resultados dos processos de capacitação (em termos de competências) que tais produtos deveriam proporcionar;
  - Embora os ativadores desempenhem um papel muito relevante, poderá existir um conflito de interesses pela criação de expectativas, junto dos promotores de projetos, pelo pré-julgamento enviesado e paternalismo das iniciativas;
  - O conceito de IIES deixa iniciativas excluídas devido ao critério de “públicos vulneráveis” que se trata de um critério com algum risco de subjetividade, talvez devesse ser reformulado para a ideia de resolução de problema da sociedade, talvez com maior grau de objetividade do que o conceito de públicos vulneráveis;
  - Dado que a IPIS ainda sente necessidade de mostrar a sua legitimidade e de demonstrar o valor acrescentado da sua agenda, existe o risco de serem financiados projetos mais disruptivos e facilmente comunicáveis (mais sexys), deixando de fora outros projetos relevantes com inovação incremental, mas que não apresentam o mesmo potencial de comunicação.
- 8. Quanto ao instrumento TIS, deve ter-se em conta que, apesar da mais difícil gestão da procura, Portugal é o 4º país com mais TIS lançados e existe nesta matéria uma capacidade significativa para dialogar ao nível da Comissão Europeia. No entanto, a situação está longe do que seria ideal:
  - Há muito rigor nas métricas impacto (muito escrutínio);
  - Há muito rigor financeiro – os pagamentos são por reembolsos, contra despesa, o que gera uma margem zero para o investidor e são utilizadas as mesmas regras utilizadas nos outros PO. Nos 2 TIS já terminados os investidores tiveram retorno negativo, pois foram cortadas diversas despesas.
  - Considera-se que existe pouca sensibilidade dos PO que acolhem as medidas IPIS relativamente aos instrumentos;
  - Após a aprovação apenas existe acompanhamento das despesas e da execução de forma burocrática;

- Nos 2 TIS já terminados, ainda que os resultados tenham sido cumpridos, os investidores tiveram retorno negativo, reduzindo o potencial de trazer investimento privado para a economia social, que fica aquém do inicialmente esperado e não gera investimentos atrativos;
- Os TIS são um instrumento pesado e será sempre um instrumento de nicho. Medir o seu impacto é caro e exige muito esforço;
- Para que os TIS se transformem em política pública ou que para ela canalizem ensinamentos e novas abordagens aos problemas sociais, deveria existir o envolvimento direto da instituição responsável mas, atualmente, não existe esta aproximação e compromisso;
- Nos TIS implementaram processo de avaliação de desempenho que não tinham mas foi difícil implementar aprendizagens. Nos impactos dos TIS não são muito relevante os impactos nos beneficiários mas se são catalisadores do ecossistema – organizações que fazem gestão do impacto e desempenho são financeiramente mais saudáveis;
- 9. Quanto ao FIS Capital, existem razões plausíveis para explicar a maior dificuldade de geração de procura.
- 9.1. Todo o processo é complexo e o relacionamento com a PME Investimentos é duro;
- 9.2. Tem regras muito restritas que desencorajam o investidor;
- 9.3. Perdeu-se em parte a tónica no apoio a start-up's de empreendedores sociais em função do ciclo de vida dos projetos.
- 10. Em relação ao FIS Crédito, consideram que não há incentivos para as OES recorrerem ao crédito, pois não existe maturidade no ecossistema que ainda é pouco robusto;

### **Recomendações:**

Da dinâmica do painel, é possível extrair algumas ideias/propostas de recomendações:

- A EMPIS deve ser capaz de levar aprendizagens para o setor público e, para tal, tem que se deixar de preocupar com a sua própria sobrevivência, pois o ecossistema de inovação social reconhece a valia da sua presença e intervenção;
- Na definição de IIES, deve ser abandonado o conceito de “pessoa em situação vulnerável” e colocar a tónica na inovação ao serviço da resolução de um problema da sociedade;
- Investimento na profissionalização das organizações, para que tenham mais impacto e sejam mais eficientes – financiar equipas de gestão;
- Segregação de funções dos elementos da equipa EMPIS (angariação versus acompanhamento);
- Robustecimento da equipa de ativadores regionais e maior capacitação relativamente aos instrumentos IPIS;
- Incremento da cultura da inovação social, nomeadamente ao nível da propensão para o risco
- Potenciar sinergias entre projetos financiados pela IPIS e projetos dinamizados pela administração pública que se cruzam com o domínio da Inovação Social, potenciando sinergias e escala;
- Potenciar o envolvimento das Universidades junto das entidades da economia social para geração de conhecimento e sua aplicação neste domínio;

- Qualificar e profissionalizar organizações da sociedade civil – mapeamento, auscultação das necessidades,...
- Maior comunicação dos resultados das iniciativas IPIS para lhes conferir mais visibilidade política – criação de um Pordata da inovação social compreensível ao cidadão em geral;
- Maior ênfase na avaliação externa dos resultados
- Em relação aos TIS:
  - É muito relevante que os organismos de política pública estejam envolvidos e corram, eles próprios, algum risco (montantes pequenos);
  - Necessidade de maior partilha de informação dentro das entidades envolvidas em TIS (ex: ISS, IEFP) para que exista aprendizagem dentro das entidades em matéria de contratualização, resultados, ...
  - Dar mais foco à avaliação de impacto que se tem vindo a perder no seio da IPIS. A evidência de impacto tem vindo a ser substituída pela evidência administrativa
  - Alteração do modelo de pagamento de contra despesa para remuneração por resultados com uma discussão das métricas e metas a atingir e um estudo relativamente ao valor para o setor público da resolução do problema inerente ao TIS.

#### **FOCUS GROUP INCUBADORAS SOCIAIS E EMPREENDEDORES SOCIAIS**

**Data: 19/10/2021**

**Presenças: Carlos Sousa Santos (Human Power Hub), Sónia Fernandes (Pista Mágica), Liliana Ribeiro (IRIS), Hugo Menino Aguiar (Speak), Liliana Simões (Microninho), Fernanda Freitas (Nuvem Vitória), José Nunes (Make it Better), Clara Ramos (I3Social), Njiza Costa (Associação Girassóis), Afonso Mendonça Reis (Mentes Empreendedoras) e Hendrik von Niessen (Social Innovation Academy), António Figueiredo (QP), Filipa Barreira (QP) e Mariana Rodrigues (QP)**

#### **Temas em debate:**

1. A IPIS cobre suficientemente as necessidades de financiamento do empreendedorismo social, incluindo o papel que estaria reservado às incubadoras? Está essa cobertura de necessidades representada nos resultados alcançados?
2. Como avaliam o alcance do FIS Capital? Justificar-se-iam instrumentos dedicados às incubadoras sociais para promoção do empreendedorismo social?
3. Recomendações sobre a melhoria da capacidade de resposta da IPIS em matéria de apoio ao empreendedorismo social e incubadoras sociais.

#### **Principais ideias/conclusões geradas pelo painel:**

- 1. Confirma-se que as PPI são o instrumento IPIS com maior procura e adequação às necessidades, com períodos de realização e financiamento que permitem ultrapassar as limitações das intervenções a curto prazo, alcançar alguma estabilidade financeira embora depois ameaçada por atrasos nos sistemas de pagamentos e que tem permitido o lançamento de alguns projetos de inovação social interessantes; não é entretanto consensual no painel que todos os projetos apoiados nas PPI possam ser considerados como projetos com efetiva inovação social, apesar de como é pressuposto se foram apoiados cumpriram a aplicação do critério IIES.

- 2. Algumas das organizações presentes referiram existir uma procura potencial do instrumento TIS, que não se concretiza em procura efetiva por várias razões: porque os custos de *overhead* são demasiado elevados para assegurar a estrutura dos projetos; porque a adaptação à realidade nacional do modelo de “*Social Impact Bond*” adultera em parte a ideia original, dado que o pagamento não é pelos resultados obtidos mas contra-fatura (ótica da despesa para concretização de reembolsos).
- 3. Mesmo ao nível das Parcerias, uma grande parte dos intervenientes destaca a relevante alocação de recursos e energias internas à resolução de problemas induzidos pela natureza burocrática dos processos de implementação e pelos problemas de tesouraria decorrentes de atrasos de pagamentos, reduzindo assim recursos e energias disponíveis para um maior foco na dimensão inovação dos projetos; várias iniciativas recorreram a recursos (empresas) especializados (as) para acompanhar esses aspetos de natureza mais burocrática; entre estes problemas, foi mencionado que o baixo nível de digitalização na operacionalização de todo o processo (pré e pós contratualização) pode ser considerado o oposto de um ambiente de inovação.
- 4. A generalidade dos intervenientes confirmou existirem razões objetivas para a menor procura evidenciada pelo instrumento TIS que, em princípio, deveria ser o instrumento maioritariamente utilizado pela maioria dos projetos; a necessidade de maior maturação temporal para compreender o alcance e exigências do instrumento, o desincentivo colocado a investidores sociais privados pela natureza burocrática do processo, a sua complexidade e peso de preparação e gestação são razões credíveis para explicar os números da procura; é nesse sentido que se deve compreender a ideia de transformação do instrumento no sentido de ser mais meritocrático e com progresso mais significativo para a lógica de resultados. Alguns dos intervenientes, consideram que o setor privado ainda não conhece o mecanismo e seria importante conhecer;
- 5. Foi referida a experiência de alguns países e do seu investimento na estimação do custo de determinados problemas sociais, como base e ponto de partida com compromisso público de que se tal problema for resolvido então o retorno do investimento privado é o pagamento segundo o resultado. Foi ainda discutido o caso de não ser possível substituir o investimento público, exigindo nesse caso que os investidores públicos se vinculem e assumam o compromisso. Como contraponto, um dos participantes referiu que a entidade pública deve ter um papel de auditor externo que valida as propostas que surgem no mercado e não ter, necessariamente, que assumir risco. Esta dimensão de medida dos resultados com base na estimação do custo-problema e a necessidade de não se perder a tónica na avaliação de impacto e na capacitação para o fazer foi referida por alguns dos participantes.
- 6. Outro entrave ao desenvolvimento dos projetos identificado pelos intervenientes, sobretudo nas OES mais pequenas e com estruturas mais débeis, foi o tempo de resposta aos pedidos de reembolso, com frequentes reflexos em termos de problemas de liquidez e largo tempo alocado à gestão de tesouraria, situação que tende a favorecer organizações com modelos mais híbridos de receitas, não totalmente dependentes de adiantamentos ou reembolsos. No caso dos projetos que são financiados por um investidor privado robusto, o problema acaba por ser mitigado mas no caso de investidores mais pequenos o pagamento de despesas de salários das equipas que desenvolvem as atividades do projeto podem ficar comprometido. É frequente em algumas organizações o recurso ao crédito bancário para gerir os problemas de tesouraria e assegurar o funcionamento corrente.

- 7. Foi também frequente a alusão a problemas de linguagem demasiado hermética decorrente de alguns avisos, adensando a complexidade dos próprios instrumentos e que consome uma parte significativa do tempo de interação dos promotores com a equipa da EMPIS.
- 8. Nesta perspetiva, pode dizer-se que as entidades da economia social e que o mundo da inovação social alinha com o panorama dominante em relação aos sistemas de incentivos e gestão de FEEI, solicitando maior simplificação burocrático-administrativa e sobretudo maior flexibilização e agilização dos instrumentos. Vários intervenientes referiram que a inexistência de flexibilidade e agilização em processos de inovação social é uma contradição com os princípios da própria inovação.
- 9. Registou-se um elevado consenso entre os participantes relativamente ao conjunto de aspetos facilitadores do desenvolvimento dos projetos:
  - o já referido financiamento a 3 anos, que ajuda na sustentabilidade dos projetos e permite ultrapassar a barreira do curto prazo, com maior estabilidade financeira (ressalvados os custos inerentes aos atrasos de pagamentos) e permite planear e executar avaliações externas de impacto com profundidade e qualidade;
  - o modelo de financiamento híbrido (privado+público) que ajuda na liquidez e gestão de tesouraria (por exemplo, combinação de prestações de serviços, patrocínio, donativos);
  - a disponibilidade da equipa EMPIS (financeira e de ativação) para ajudar as entidades, ainda que tenham uma dimensão reduzida face ao universo de entidades e projetos com que lidam, o que gera atrasos na análise de reembolsos e nos pagamentos. A equipa de ativação é fundamental no processo de candidatura, ajuda no processo, incentiva, esclarece e acompanha.
- 10. Alguns intervenientes referiram a existência de dificuldades na identificação de investidores sociais, seja para as PPI seja para os TIS, o que sugere a baixa dinâmica do investimento social em Portugal, apesar da chegada ao processo dos municípios. Embora pontualmente referido, o painel não permitiu avaliar se a existência de investidores sociais não completamente comprometidos com os projetos que apoiam constitui uma realidade suficientemente representativa para influenciar a caracterização do contexto em que decorreu a implementação das PPI e dos TIS.
- 11. Como preocupações complementares, foram referidas: (i) a generalização de uma cultura de avaliação das iniciativas públicas, com exigências de qualidade e geradora de uma maior propensão a uma lógica de resultados e da sua medição; (ii) a necessidade de discutir e ponderar a continuidade e sustentabilidade das incubadoras financiadas pelas medidas IPIS, pois para que estas perdurem terá que ser repensado o seu modelo de financiamento que não poderá basear-se no curto prazo.
- 12. Uma grande linha comum ao painel foi registada em relação à viabilidade do FIS poder futuramente assumir uma maior proeminência na programação em termos de compromisso e implementação. Os participantes que se referiram a este aspeto salientaram que o FIS foi desenhado para grandes investimentos, pelo que poderá ser necessário repensar o instrumento e redimensioná-lo para a realidade dos investidores sociais em Portugal. Nenhum dos participantes equacionou sequer o acesso ao instrumento.



### **Recomendações:**

Do painel foi possível extrair as seguintes recomendações:

- Simplificação do processo de carga burocrático-administrativa, designadamente com maior intensidade de digitalização, que permita agilizar a execução dos projetos e mitigar (ou diminuir) os constrangimentos de tesouraria;
- Mecanismos de financiamento ou reembolso que exijam menor capacidade de liquidez própria para aumentar o acesso de novas organizações que de outra forma não têm capacidade para utilizar os instrumentos da EMPIS.
- O universo da economia social é constituído uma grande panóplia de entidades muito distintas, exigindo maior segmentação, a adaptação e formatação dos instrumentos de acordo com a dimensão das entidades;
- Necessidade de repensar o instrumento TIS, adaptando-o à procura efetiva e disponibilidade de investimento social estruturante, eventualmente sob a forma de convites específicos a investidores sociais com maior envergadura;
- Face à clara a preferência dos empreendedores e incubadoras pelas PPI, justifica-se o reforço da sua programação em termos de recursos.

### **FOCUS GROUP INVESTIDORES SOCIAIS**

**Data: 20/10/2021**

**Presenças: Ilda Soares (CM Valongo), Rui Pedroto (Fundação Manuel António da Mota), Inês Bastos (Fundação Aga Khan), Rita Byrne (Banco BPI), Gustavo Freitas (Casa do Impacto – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa), Ana Estelita e Ana Catarina Graça (Fundação Altice), Pedro Ricardo Gomes (Caixa Económica Montepio), Kim Kreilgaard (BEI), Francisco Palmares (Fundação Calouste de Gulbenkian), António Figueiredo (QP), Filipa Barreira (QP) e Mariana Rodrigues (QP).**

### **Temas em discussão:**

1. O potencial de mercado de investimento foi devidamente avaliado pela IPIS? Nessa medida, os resultados já alcançados correspondem ao esperado?
2. Tal como foram operacionalizados, os instrumentos Parcerias e Títulos são suficientes para estimular o mercado de investimento social? Que articulação pode ser antecipada com os apoios do FIS?
3. Recomendações sobre como estimular a adesão dos investidores sociais e alargar o mercado de investimento social.

### **Principais ideias/conclusões geradas pelo painel:**

- 1. Em contradição com a informação obtida noutros processos de auscultação, alguns dos participantes referiram que, em matéria de questões de operacionalização, a EMPIS mostrou-se bastante inflexível para a realização de alterações nos projetos, a maioria das quais decorrentes da pandemia e da impossibilidade de realizar as atividades previstas nos projetos. Essa inflexibilidade incidiu seja no tempo de implementação do projeto (alargando os três anos previstos), seja também nas métricas contratualizadas. Não foi possível esclarecer se esta evidência corresponde a especificidades de algum projeto ou de algum investidor social.
- 2. No mesmo registo, foi documentado existir pouca clareza em matéria de esclarecimentos sobre despesas elegíveis, regra geral vagos e remetidos para uma



análise posterior em sede de final de projeto, o que nalguns casos tem impacto no investimento.

- 3. Como tónica comum aos dois pontos anteriores, foi referido que a inflexibilidade e a rigidez burocrática podem comprometer futuros investimentos de algumas entidades, reduzindo o potencial de investimento social. Um dos investidores sociais referiu que a sua entidade parou de investir devido à complexidade e pouca flexibilidade. Os incentivos não se revelaram tão “puros” como são na teoria, e nessa medida, não havia rentabilidade e devido à complexidade dos reembolsos houve investidores que não se quiseram envolver.
- 4. Como suporte a este registo, foi vincada a ideia de que a inovação pressupõe flexibilização.
- 5. Relativamente à primeira questão em debate, vários participantes sublinharam existir capacidade de investimento por parte das empresas, cada vez mais neste tipo de projetos, dentro da sua responsabilidade social, em domínios como tecnologias ao serviço da educação, inclusão, melhoria das vidas das pessoas. Foi mencionado que pode estar em curso uma tendência para as empresas serem menos assistencialistas e mais investidoras, desde que os projetos sejam bem estruturados e monitorizados (em detrimento do puro mecenato), embora possa dizer-se que exista uma “cultura do donativo”.
- 6. O facto de existir este potencial não significa que exista em Portugal um conjunto significativo de investidores sociais já estabelecidos e com organização interna especializada nesse tipo de financiamento. O que pode concluir-se é que a burocracia associada aos instrumentos que causa dificuldades à sua operacionalização acaba por reduzir o potencial de mercado de investimento social. Assim sendo, quando se fala em potencial de mercado de investimento social deve acrescentar-se o elemento de contexto, ou seja, dado o universo burocrático-administrativo que enquadra o processo da sua mobilização e participação efetiva em processos de inovação social.
- 7. Quanto às dificuldades conhecidas de implementação do instrumento TIS, foi sublinhado que elas não são específicas da situação portuguesa; também no Reino Unido a operacionalização do instrumento enfrentou também inúmeras dificuldades. A ideia é aliciante, mas o processo burocrático-administrativo e os modelos de organização das compras públicas dificultam a implementação dos mecanismos associados ao instrumento. O que significa que quanto a este instrumento parece ter existido uma estimativa sobreavaliada do potencial de mercado de investimento social, tendo em conta que temos um quadro institucional reduzido, limitado a algumas Fundações de grandes empresas.
- 8. A experiência de implementação das PPI, a maior adaptação e aprendizagem que este instrumento suscitou e particularmente a reação entusiasta dos municípios permitem falar neste caso de um outro potencial de mercado de investimento social, com uma família de investidores sociais mais diversificada e com potencialidades, desde que objeto de intervenções específicas, de envolvimento de um mercado potencial de PME locais que podem ser puxadas para este tipo de apoios, em alternativa a uma prática de donativos locais.
- 9. Não refletindo necessariamente o testemunho dominante do painel, emergiu a ideia de que os instrumentos criados pela EMPIS são instrumentos globalmente demasiado complexos para a maturidade do mercado português do investimento social, com uma linguagem difícil para um mercado não preparado e não tendo em devida conta o estado de maturidade da economia social em Portugal. Os verdadeiros investidores

privados de risco não estão interessados em projetos sociais, contribuindo para que a emergência de investidores privados seja mais lenta do que o esperado.

- 10. Vários intervenientes sublinharam que o facto da região de Lisboa não ser região de convergência e a tardia entrada do PO Lisboa no processo da inovação social tiveram influência no nível de captação de investidores sociais, em grande medida localizados nesta região do País.
- 11. O relativo êxito das PPI tem de ser compreendido à luz da sua maior simplicidade e ao facto de os municípios terem visto nesse instrumento uma via para inovar na sua intervenção local em âmbitos de política social e capacitar o seu tecido de organizações da economia social.;
- 12. Quanto aos TIS, alguns intervenientes falaram de longos períodos, tais como quatro anos, para sua preparação e lançamento, constituindo um instrumento de difícil operacionalização, cujos pagamentos das tranches acordadas são muito morosos (problema a montante da EMPIS). O carácter inovador do instrumento pode considerar-se demasiado à frente do estágio de maturação do ecossistema de inovação social em Portugal, suscitando a interrogação de como assegurar a sua continuidade, abrindo hipóteses por exemplo de o lançar não segundo um modelo concursal, mas de experimentação com concursos-convite a alguns investidores sociais de maior prestígio e solidez e fazendo preceder a sua implementação de investimentos de investigação sobre o custo problema de algumas questões sociais específicas.
- 13. Relativamente à perceção de que entre os projetos aprovados podem ser identificados projetos com reduzido alcance de inovação, apesar de terem cumprido os critérios de IIES, alguns participantes entendem que isso é típico de um processo de experimentação e de demorada adaptação das OES a um novo referencial de política, não tendo desaparecido o universo inicial das subvenções não reembolsáveis e não submetidos a uma lógica de resultados. E se é um facto que a evolução dos critérios IIES é uma evidência de que a EMPIS procura adaptar-se à gestação da procura, a verdade é que essa mesma evolução não deixa de causar alguma incerteza, já que não permite estabilizar os critérios identificadores do que é ou não é inovação social.
- 14. O facto de alguns participantes referirem que antes da IPIS não existia um ecossistema de investimento social em Portugal é contemplado pelo próprio desenho estratégico da IPIS que tem como um dos seus grandes objetivos o reforço e consolidação do ecossistema de inovação social.
- 15. Quanto à questão “capacitação”, o posicionamento do painel foi pouco consensual e conclusivo, desde posições de considerar o instrumento um “erro de casting” na interpretação do ecossistema até desconhecer as razões pelas quais o instrumento capacitação acabou por ser remetido para as PPI, passando pelo reconhecimento de que há mais vida em matéria de capacitação do que a inovação social.
- 16. De modo geral e embora reconhecendo que a operacionalização burocrático-administrativa do processo de implementação, com relevo por exemplo para os atrasos de reembolso designadamente nas PPI que obrigaram a cortes de orçamento e necessidades de adiantamento da segunda tranche de financiamento, o painel foi relativamente consensual na necessidade de assegurar a continuidade da IPIS, valorizando designadamente o seu pioneirismo reconhecido a nível europeu.
- 17. O painel foi também bastante assertivo e conclusivo sobre a explicação das dificuldades de implementação do FIS, tendo em conta todo o seu longo desenvolvimento desde as ideias iniciais até à sua integração no COMPETE.

- 18. O FIS Capital é uma ferramenta que está muito à frente do estado da arte em Portugal, pois não só não há empresas sociais em Portugal como imaginar a colocação de “equity” nos projetos é também algo de muito otimista. Para além disso, a ideia inicial mais flexível de apoio a start-up’s de empreendedores sociais em função do ciclo de vida dos projetos foi totalmente perdida.
- 19. Por sua vez, o FIS Crédito é uma linha de crédito muito interessante mas que demorou muito a ser lançada para o mercado e, no momento em que saiu, foi canibalizado por outras linhas de financiamento mais interessantes (relacionadas com a pandemia e outras não). Trata-se de uma linha com dificuldades acrescidas do ponto de vista da gestão operacional e conceção de financiamento, que praticamente anula a sua valia intrínseca.
- 20. O painel permitiu ainda evidenciar boas práticas associadas seja ao investidor social público (CM de Valongo) presente na discussão, seja ainda à lógica de articulação de iniciativas de premiar iniciativas no domínio da economia social (Fundação LA CAIXA-BPI e Fundação Manuel António da Mota) com a indução de projetos de inovação social.
- 21. No caso da CM de Valongo, o investimento em projetos de inovação social ocorre por duas vias distintas: i) entidades externas, fora do concelho, que propuseram parceria para resolver problemas sociais também presentes no território; ii) colaboração com a AMP que trabalhou junto da Maze e preparou os municípios para a criação de projetos neste domínio e realizar trabalho de terreno (trabalho em sintonia com as necessidades identificadas ao nível do CLAS). O grande desafio do investidor social prendeu-se com encontrar entidades disponíveis e com *knowhow* que pudessem trabalhar as áreas prioritárias identificadas e que não existia resposta.
- 22. Quanto à experiência Fundação La Caixa -BPI, houve um incentivo aos vencedores dos Prémios BPI La Caixa a apresentarem os seus projetos às PPI, de forma a aplicar o apoio do prémio, comprometendo-se a ajudar na avaliação da candidatura e a serem investidores sociais. Registaram grandes dificuldades das entidades em fazerem as candidaturas devido a “barreiras na linguagem”, pois não percebiam o conceito de IIES e os termos do financiamento. Das 131 entidades desafiadas a apresentar candidatura, em 2021, 80% apareceu numa sessão de esclarecimento, mas apenas 20% mostraram interesse em fazer projeto e menos de 10% concretizaram a candidatura. Como no segundo concurso, o apoio do BPI foi menor (apenas 20%), as entidades encontraram mais de 40 investidores sociais – locais e pequenos (mercearias, farmácias, municípios) para complementar o apoio do BPI. A Fundação Manuel António da Mota explora também a mesma articulação.
- 23. Enquanto ideias complementares geradas pelo painel, há que referir quatro aspetos.
  - 23.1. Os investidores sociais reconhecem a importância dos ativadores regionais da equipa EMPIS, com boa capacidade de comunicação e próxima dos promotores de iniciativas e investidores sociais, requerendo o seu reforço para uma resposta compreensiva à multiplicidade de iniciativas.
  - 23.2. Alguns participantes colocaram a questão da sustentação dos projetos apoiados após a conclusão dos apoios EMPIS, justificando-se uma ampla avaliação dos projetos encerrados para avaliar do estado da arte nessa matéria.
  - 23.3. Sinalizadas e reconhecidas as dificuldades na elaboração de candidaturas e a necessidade de consultoria às entidades no momento de planeamento e elaboração

do projeto, justifica-se o reforço desse apoio e uma preocupação de geração de novas dinâmicas nos territórios menos presentes na implementação dos apoios EMPIS.

- 23.4. É tempo para que a EMPIS, para reforçar e legitimar o valor acrescentado inequívoco da sua existência, possa fazer o seu caminho como iniciativa experimental e inovadora sem comprometer o apoio ao que é realmente inovação social, promovendo a redução de desvios de qualidade inovadora entre os projetos apoiados.
- 24. Como principais recomendações, do painel resultam as seguintes:
  - 24.1 Remover, na medida do possível, constrangimentos a montante da EMPIS;
  - 24.2. Diminuição dos custos de transação (complexidade da linguagem, atrasos de pagamentos, digitalização de processos...) no processo de apoio que desincentivam investidores sociais;
  - 24.3. Criar condições para associar a participação dos investidores sociais (de grande dimensão) à responsabilidade social corporativa, impulsionando o seu envolvimento neste tipo de projetos
  - 24.3- Ensaia a atração de investidores sociais de menor dimensão ao mercado de investimento social, dando uma maior territorialização aos seus apoios e às iniciativas desenvolvidas e valorizando a presença dos Municípios como investidores sociais;
  - 24.4. Reforçar o papel dos ativadores regionais, alargando equipas de modo a proporcionar um acompanhamento ainda mais próximo;
  - 24.5. Reavaliar o papel do FIS face a um reforço possível de processos de capacitação e de Parcerias
  - 24.6. Promover concursos convite para TIS com mobilização dos investidores sociais mais robustos.

As sínteses dos *focus group* foram enviadas por correio eletrónico a todos os participantes para validação e contributos.

## **15 – SÍNTESE DOS RESULTADOS DO PROCESSO DE INQUIRIÇÃO**

### **15.1. PLANO DE AMOSTRAGEM**

O plano de amostragem foi definido com base no Universo de entidades que apresentaram candidaturas à IPIS.

Tendo por base o universo de entidades com candidaturas aprovadas foi enviado para cada uma das entidades um email onde constava a apresentação e propósito do estudo, assim como o link de resposta ao inquérito. O foco do inquérito foi o projeto pelo que no caso de uma mesma entidade ser responsável por mais de que uma candidatura aprovada, responderá a tantos inquéritos quanto o número de candidaturas aprovadas

Relativamente à dimensão e estratificação da amostra o objetivo era conseguir um número mínimo de respostas que permitisse alcançar uma margem de erro de pelo menos 5% com um intervalo de confiança de 95%, respeitando a segmentação por instrumento financeiro e por Região NUT II.

Desta forma, para um universo de 584 candidaturas aprovadas (até 30/06/2021) pretendia-se alcançar no total, um mínimo de 232 respostas válidas. Foram obtidas 279 respostas válidas (margem de erro de 4,24% para um intervalo de confiança de 95%) com a seguinte distribuição por Instrumento de financiamento e por região:

**Tabela 8 – Amostra obtida**

Instrumento	Universo		Amostra	
	Candidaturas Aprovadas		Respostas obtidas	
	N.º	%	N.º	%
Capacitação para o Investimento Social	201	34,4	74	26,5
Parcerias para o Impacto	356	61	195	69,9
Títulos de Impacto Social	18	3,1	8	2,9
Fundo para a Inovação Social	9	1,5	2	0,7
<b>Total</b>	<b>584</b>	<b>100</b>	<b>279</b>	<b>100</b>

Região	Universo		Amostra	
	Candidaturas Aprovadas		Respostas obtidas	
	N.º	%	N.º	%
Norte	227	39,5	107	38,6
Centro	200	34,8	100	36,1
AML	62	10,8	28	10,1
Alentejo	52	9,0	23	8,3
Algarve	34	5,9	19	6,9
<b>Total (s/FIS)</b>	<b>575</b>	<b>100,0</b>	<b>277</b>	<b>100,0</b>

No que diz respeito a candidaturas não aprovadas, o procedimento foi idêntico. Com base no universo de entidades com candidaturas não aprovadas foi enviado para cada uma das entidades um email onde constava a apresentação e propósito do estudo, assim como o link de resposta ao inquérito. O foco do inquérito também foi o projeto pelo que no caso de uma mesma entidade ser responsável por mais de que uma candidatura não aprovada, responderá a tantos inquéritos quanto o número de candidaturas aprovadas.

Quanto à dimensão e estratificação da amostra o objetivo era conseguir um número mínimo de respostas que permitisse alcançar uma margem de erro de pelo menos 5% com um intervalo de confiança de 95%. Desta forma, para um universo de 377 candidaturas não aprovadas (até 30/06/2021) pretendia-se alcançar no total, um mínimo de 191 respostas válidas. No entanto apenas obtidas 80 respostas válidas (margem de erro de 9,74% para um intervalo de confiança de 95%).

## 15.2. RESULTADOS DO PROCESSO DE INQUIRÇÃO

### Inquérito a entidades implementadoras de projetos

#### Caraterização

- O inquérito dirigido a entidades com projetos aprovados foi lançado em agosto de 2021 e terminou em dezembro de 2021 e foram obtidas 279 respostas válidas. Para um universo de 584 candidaturas aprovadas o número total de respostas obtidas corresponde a uma margem de erro de 4,24% para um intervalo de confiança de 95%.
- A distribuição por instrumento de financiamento é a seguinte: 74 respostas de projetos de Capacitação para o Investimento Social (27%), 195 respostas de projetos de Parcerias para o Impacto (70%), 8 respostas de projetos de Títulos de Impacto Social (3%) e 2 respostas de projetos de FIS Capital. O protagonismo assumido pelas Parcerias para o Impacto na amostra é superior à sua representatividade no universo, ao invés a Capacitação para o Investimento Social está abaixo do peso que tem no universo. Já o peso dos Títulos para o Impacto Social na amostra é semelhante à relevância que este instrumento tem no universo de projetos aprovados. No caso do FIS a representatividade na amostra também é ligeiramente inferior à sua representatividade no universo.

Instrumento de financiamento	Universo		Amostra	
	Candidaturas Aprovadas		Respostas obtidas	
	N.º	%	N.º	%
Capacitação para o Investimento Social	201	34,4	74	26,5
Parcerias para o Impacto	356	61,0	195	69,9
Títulos de Impacto Social	18	3,1	8	2,9
Fundo para a Inovação Social	9	1,5	2	0,7
<b>Total</b>	<b>584</b>	<b>100</b>	<b>279</b>	<b>100</b>

- A distribuição por tipo de entidade revela uma predominância das associações (63%), seguida das IPSS's (8%) e das Fundações (8%).

#### Motivações/ Necessidades candidatura

- A abordagem da inovação social é bastante clara para a maioria dos beneficiários respondentes com projetos aprovados (63%). Este conceito não é totalmente claro apenas para 2,5% dos inquiridos.

#### Na sua opinião e no que se refere à abordagem da Inovação Social diria que...

	Total	CIS	PPI	TIS	FIS
É bastante claro para mim o que significa	63,1	63,5	63,6	37,5	100,0
É claro para mim o que significa	34,4	36,5	33,3	50,0	0,0
Não é totalmente claro para mim o que significa	2,5	0,0	3,1	12,5	0,0
Não é nada claro para mim o que significa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	n= 279	74	195	8	2

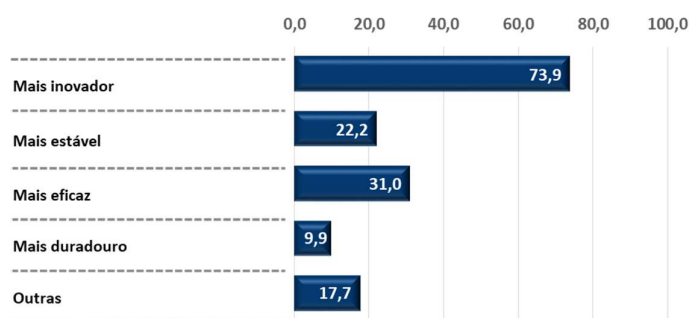
- As necessidades internas que justificaram a candidatura aos apoios das Medidas de Promoção da Inovação Social foram para a maioria dos inquiridos as seguintes: possibilidade de desenvolver um projeto com resultados sociais num determinado domínio para públicos-alvo específicos (72%) e necessidade de ampliar a escala de ação da organização (52%). Já no caso dos inquiridos respondentes com projetos de CIS a principal necessidade foi a necessidade de capacitação da organização (85,1%).
- No que diz respeito à intervenção de uma entidade externa na fase de candidatura esta não é muito expressiva. 49,5% dos inquiridos afirma que a candidatura foi elaborada pela própria entidade e 35,5% admite que existiu, em parte, assessoria de uma consultora especializada. O recurso a entidade externa especializada é menos evidente nos projetos de PPI (62% diz ter sido a própria entidade e realizar a candidatura).

**A candidatura elaborada ao Portugal Inovação Social foi realizada pela própria entidade?**

	Total	CIS	PPI	TIS	FIS
Sim	49,5	18,9	62,1	12,5	100,0
Sim, em parte, existiu assessoria de uma consultora especializada	35,5	54,1	28,7	37,5	-
Sim, com recurso aos serviços de incubadoras de inovação Social	3,2	2,7	3,1	12,5	-
Não, recorremos a uma consultora especializada	11,1	24,3	5,1	37,5	-
Outro	0,7	-	1,0	-	-
	n= 279	74	195	8	2

- No âmbito da CIS as intervenções de capacitação mais selecionadas, de acordo, com as respostas obtidas foram a Avaliação de Impacto (82%) e o Marketing, Comunicação e Angariação de Fundos (82%). O Modelo de criação de valor e as Estratégias, parcerias e crescimento foram referidas por 57% e 55% dos inquiridos, respetivamente.
- A quase totalidade dos inquiridos com projetos no âmbito da CIS concorda ou concorda totalmente com a eficácia das competências adquiridas nos processos de capacitação (93%) e com o facto de as competências adquiridas estarem relacionadas com o conteúdo da intervenção (97%).
- Para 74% dos implementadores respondentes de projetos no âmbito das PPI e TIS o modelo de financiamento que tem, comparativamente com o modelo de financiamento pelo Estado, é mais inovador.

**Que vantagens identifica neste modelo de financiamento comparativamente com o modelo de financiamento pelo Estado:**



Base: Entidades implementadoras de projetos PIS e TIS (n=203)

- De acordo com as respostas ao questionário, na grande maioria dos casos (85%) o envolvimento dos investidores sociais aconteceu por iniciativa da entidade implementadora do projeto que procurou essa parceria.
- No que diz respeito à preferência pelo apoio sob a forma de subvenções não reembolsáveis, cerca de 77% dos inquiridos respondentes prefere esta forma de apoio. As razões apontadas para a preferência pelo apoio sob a forma de subvenções não reembolsáveis estão sobretudo ligadas às fragilidades financeiras das entidades implementadoras sendo, de acordo com as respostas obtidas, este tipo de apoio lhes permite uma gestão mais flexível do orçamento. Outra das razões apontadas é o facto de ser mais simples.

**Prefere o apoio sob a forma de subvenções globais não reembolsáveis?**

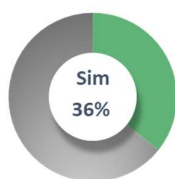
		CIS	PPI	TIS	FIS
Sim	77,1	87,8	75,4	37,5	-
Não	17,6	6,8	19,0	62,5	100,0
NS/NR	5,4	5,4	5,6	-	-

Base: Total (n=279)

**Candidatura**

- A maioria dos inquiridos (63%) refere que não participou em nenhuma ação de comunicação e sensibilização dinamizada pela EMPIS.
- Dos que participaram em ações de comunicação e sensibilização (36%), a grande maioria (87%) considera que a sua participação foi relevante para o desenvolvimento da candidatura apresentada. Mais de 78% dos que participaram concordam ou concordam totalmente com o facto da participação nestas ações ter permitido esclarecer dúvidas relativamente aos instrumentos de financiamento da EMPIS, esclarecer o conceito de IIES e dúvidas relativamente à apresentação da candidatura. Já o esclarecimento de dúvidas relacionadas com o pagamento das despesas foi uma evidência para 59%.

Participou em alguma ação de comunicação e sensibilização dinamizada pela EMPIS?



Base: Total, n=279

Considera que a sua participação foi relevante para o desenvolvimento da candidatura apresentada?



Base: Quem participou, n=101

	4+5*
A ação permitiu esclarecer dúvidas relativamente aos instrumentos de financiamento da EMPIS	81,2
A ação permitiu esclarecer o conceito de IIES	78,2
A ação permitiu esclarecer dúvidas relativamente à apresentação da candidatura	80,2
A ação permitiu esclarecer dúvidas relacionadas com o pagamento das despesas	59,0

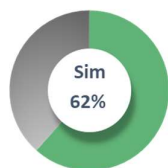
\* Concorda ou concorda totalmente

- Cerca de 61% dos inquiridos refere que teve algum contacto com o ativador regional EMPIS alocado à sua região. Dos que referem ter tido esse contacto, 65,5% aponta como principal motivo o esclarecimento de dúvidas relativamente à submissão da candidatura. A elevada importância de ter acompanhamento de representante/ ativador regional é reconhecida por 85% daqueles que tiveram algum contacto.



## Avaliação das medidas de promoção da Inovação Social – Relatório Final Preliminar VOLUME II

Teve algum contacto com o ativador regional EMPIS alocado à sua região?



Base: Total, n=279

Motivo do Contacto	%	Importância do ativador regional	%
Esclarecimento de dúvidas relativamente à submissão da candidatura	65,5	É muito importante ter acompanhamento de representante/ ativador regional	85,4
Esclarecimento de dúvidas relativamente aos instrumentos de financiamento	21,6	É importante ter acompanhamento de representante/ ativador regional	12,9
Esclarecimento de questões relacionadas com investidores sociais	8,2	É pouco importante ter acompanhamento de representante/ ativador regional	1,2
Encaminhamento para esclarecimento de questões relacionadas com o financiamento das entidades bancárias	0,6	Não é nada importante ter acompanhamento de representante/ ativador regional	0,6
Outras	4,1		

Base: Quem teve contacto, n=171

- No que se refere à avaliação dos avisos, esta é bastante positiva. Mais de 65% dos inquiridos encontra-se satisfeito ou muito satisfeito com a clareza dos avisos, a clareza dos critérios de seleção, a clareza dos critérios de elegibilidade das operações, a clareza da informação prestada e com a adequação da análise do mérito atribuído. A clareza dos critérios de reembolso da despesa e o facto do texto dos avisos e formulários ter permitido orientar o desenho do projeto é motivo de menor satisfação para 15% e 14% dos inquiridos, respetivamente.

### Como avalia os seguintes aspetos relacionados com os avisos:

	1- Nada Satisfeito	2	3	4	5 - Muito Satisfeito	NS/NR
Clareza do aviso	3,2	6,5	14,3	39,8	32,6	3,6
Clareza dos critérios de seleção	2,9	6,8	15,4	40,9	30,1	3,9
Adequação dos critérios de seleção	2,9	3,9	25,8	40,9	22,9	3,6
Clareza dos critérios de elegibilidade das operações	6,8	5,4	17,2	39,8	26,5	4,3
Clareza da informação prestada	6,5	4,7	16,5	37,3	31,5	3,6
Clareza dos critérios de reembolso da despesa	7,9	7,2	19,0	38,4	24,7	2,9
O texto dos avisos e formulários permitiu orientar o desenho do projeto	3,6	10,0	22,6	36,9	21,9	5,0
Adequação da análise do mérito atribuído	3,2	8,6	15,4	41,6	24,7	6,5

Base: Total (n=279)

### Resultados

- O desenvolvimento de práticas colaborativas com outras entidades é admitido pela esmagadora maioria dos inquiridos respondentes (97,5%). Cerca de 31% refere que desenvolve práticas colaborativas com menos de 5 entidades, 32% refere entre 5 a 10 entidades, 24% mais de 10 entidades e 10,4% não consegue especificar o número de entidades com as quais colabora.
- 82% dos inquiridos refere que desenvolve essas práticas colaborativas com municípios, 67% com associações e 61% com empresas. As instituições de ensino superior são referidas por 47% dos inquiridos.
- Os principais objetivos dessas práticas colaborativas são: complementaridade das intervenções (72%), acesso aos destinatários (68%) e divulgação do projeto (61%).

### Quais os principais objetivos dessas práticas colaborativas:

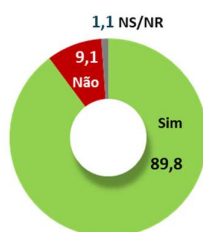
	Total	CIS	PPI	TIS	FIS
Pela complementaridade das intervenções	71,7	64,3	75,1	62,5	-
Para acesso aos destinatários	68,0	47,1	75,6	62,5	100,0
Para divulgação do projeto	60,7	55,7	63,7	25,0	100,0
Para acesso a financiamento	48,9	38,6	52,3	50,0	100,0

## Avaliação das medidas de promoção da Inovação Social – Relatório Final Preliminar VOLUME II

Em termos de capacitação para intervir com os públicos em, causa	39,0	48,6	35,8	25,0	100,0
Em termos de capacitação para a definição de formas de organização das instituições	15,4	34,3	9,3	-	-
Outros	3,7	1,4	4,1	12,5	-
	n= 272	70	193	8	1

- O sentimento de pertença a um ecossistema de Inovação e Empreendedorismo Social é admitido por 90% dos inquiridos. Cerca de 45% dos respondentes considera que pertence a um ecossistema de Inovação e Empreendedorismo Social porque promove práticas inovadoras, diferenciando-se das respostas tradicionais.

**Considera que a sua entidade faz parte de um ecossistema de Inovação e Empreendedorismo Social?**



Base: Total (n=265)

- Os principais constrangimentos à consolidação de um ecossistema de Iniciativas de Inovação e Empreendedorismo Social são, na opinião dos inquiridos, a existência de um elevado número de subvenções não reembolsáveis que não exigem a apresentação de resultados (79%), a não valorização do papel do empreendedorismo social por parte das políticas públicas (64%), o número insuficiente de incubadoras sociais (58%) e a falta de comunicação das boas-práticas existentes (56%).

**Na sua opinião quais são os principais constrangimentos à consolidação de um ecossistema de Iniciativas de Inovação e Empreendedorismo Social (IIES)**



Base: Total (n=279)

- A natureza da intervenção da operação aprovada dos respondentes ao questionário é diversa: Educação (21%), Saúde (21%), Combate ao Isolamento (15%), Inclusão Social (14%) e Emprego (13%). Cerca de 36% dos inquiridos referem que a sua operação aprovada abrange crianças e jovens como público-alvo e 19% refere os idosos. Em termos de dimensão, 26% refere que abrange menos de 100 pessoas e 36% entre 100 a 500 pessoas.
- Em termos de continuidade e replicabilidade da operação aprovada, a grande maioria dos inquiridos afirma que o projeto irá ter continuidade para além do período de apoio (87,5%) e que já foi ou poderá vir a ser replicado noutra região (87%).
- Quanto à avaliação dos resultados da operação aprovada, 45% refere que está em linha com o previsto e 30% que está acima ou muito acima do previsto. Cerca de 9% dos inquiridos não conseguem, ainda, avaliar os resultados.

**Como avalia os resultados da operação aprovada:**

	Total	CIS	PPI	TIS	FIS
Muito abaixo do previsto (<50%)	1,1	-	1,5	-	-
Abaixo do previsto	15,1	16,2	14,9	-	50,0
Em linha com o previsto (100%)	44,8	58,1	40,0	37,5	50,0
Acima do Previsto	22,2	10,8	26,2	37,5	-
Muito acima do previsto (>150%)	7,5	8,1	7,2	12,5	-
NS/NR	9,3	6,8	10,3	12,5	-
	n= 279	74	195	8	2

- Como fatores de sucesso que justificam os resultados alcançados os inquiridos referem a rede de parceiros, o envolvimento do público-alvo, o envolvimento da equipa que operacionalizou o projeto e as práticas inovadoras introduzidas para a resolução do problema social identificado. O fator de insucesso mais referido foi os constrangimentos provocados pela pandemia.

**Inquérito a entidades com operações não aprovadas**

**Caraterização**

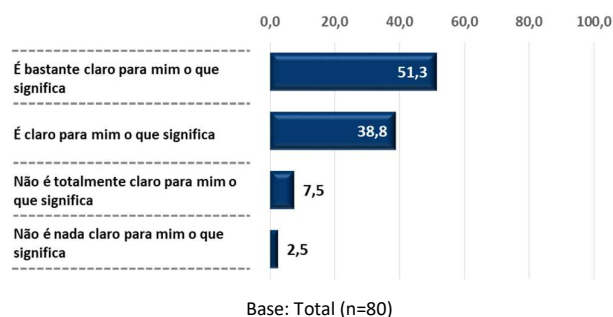
- O inquérito dirigido a entidades com projetos não aprovados foi lançado em agosto de 2021 e foram obtidas 80 respostas válidas, o que evidencia uma taxa de resposta baixa, na ordem dos 21%.
- Não houve respostas relativas a projetos candidatos aos TIS. A distribuição foi a seguinte: 25 respostas de projetos de Capacitação para o Investimento Social (31%), 52 respostas de projetos de Parcerias para o Impacto (65%) e 2 respostas de projetos de FIS (1 FIS Crédito e outra FIS Capital).
- A distribuição por tipo de entidade revela uma predominância das associações (49%).

**Motivações/ Necessidades candidatura**

- A abordagem da inovação social é bastante clara ou clara para a grande maioria dos inquiridos respondentes – 90%.

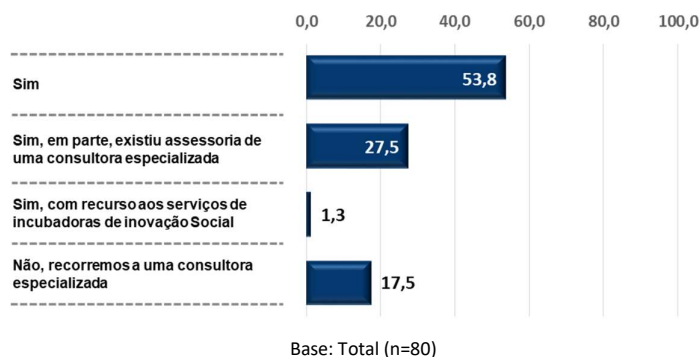
**Na sua opinião e no que se refere à abordagem da Inovação Social diria que:**

## Avaliação das medidas de promoção da Inovação Social – Relatório Final Preliminar VOLUME II



- A principal necessidade interna que justificou a candidatura aos apoios da Medidas de Promoção da Inovação Social foi para 77,5% dos inquiridos respondentes a possibilidade de desenvolver um projeto com resultados sociais num determinado domínio para públicos-alvo específicos. Cerca de 39% refere a necessidade de ampliar a escala de ação da organização e 30% a necessidade de capacitação.
- Cerca de 54% dos inquiridos diz não ter recorrido a uma entidade externa para a elaboração da candidatura ao Portugal Inovação Social.

### A candidatura elaborada ao Portugal Inovação Social foi realizada pela própria entidade?



- No que se refere à avaliação dos avisos, a clareza e adequação dos critérios de seleção são os itens que reúnem mais avaliações negativas do que positivas. Cerca de 29% dos inquiridos encontra-se satisfeito ou muito satisfeito com o tempo entre a publicação de avisos para a capacitação e avisos para PPI e TIS.

### Como avalia os seguintes aspetos relacionados com os avisos:

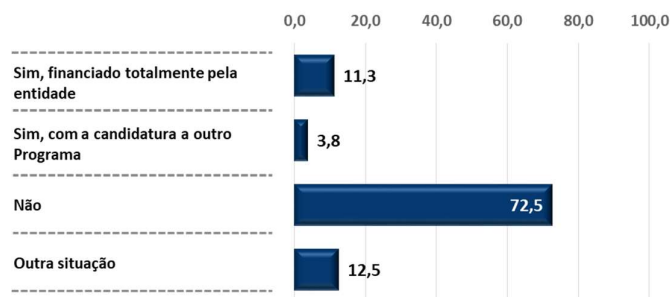
## Avaliação das medidas de promoção da Inovação Social – Relatório Final Preliminar VOLUME II



Base: Total (n=80)

- Quanto à não aprovação do projeto, 53% dos inquiridos compreendeu, em parte, as razões de não aprovação do projeto enquanto 31% não compreendeu de todo.
- Relativamente à adequação dos critérios de seleção cerca de 13% dos inquiridos refere que o problema está mais na análise dos critérios de seleção, que não é muito clara nem objetiva, e menos na questão da sua adequação.
- 72,5% dos inquiridos admite que o projeto candidato não se concretizou e 11% refere que o projeto se concretizou totalmente financiado pela entidade.

### O projeto candidatado concretizou-se?



Base: Total (n=80)

- A grande maioria dos inquiridos (70%) pensa voltar a apresentar nova candidatura ao Portugal Inovação Social.